



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA -TOCANTINS**

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

Marabá-Pará

(Resolução nº 120 de 27 de abril de 2017 - Consepe/Unifesspa)

(Atualização pelo Núcleo Docente Estruturante em 2023)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E
SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Reitor: Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Costa

Vice-reitora: Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante

Pró-Reitor de Ensino de Graduação:

Prof. Dr. Denilson da Silva Costa

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica:

Profa. Dra. Gilmara Regina Lima Feio

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis:

Profa. Dra. Lúcia Cristina Cavalcante da Silva

Diretor do Instituto de Ciências Humanas:

Prof. Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza

Vice-Diretora do Instituto de Ciências Humanas:

Profa. Dra. Andrea Hentz de Mello

Diretora da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):

- Profa. Dra. Luiza de Nazaré Mastop de Lima

Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):

- Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha

Núcleo Docente Estruturante da FACSAT

- Prof. Dr. André Augusto Inoue Oda
- Prof. Dr. Armando Wilson Tafner Junio
- Prof. Dr. Cloves Barbosa
- Profa. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira
- Prof. Dr. Fabiano Campelo Bechelany
- Profa. Dra. Gisela Macambira Villacorta
- Profa. Dra. Luiza de Nazaré Mastop de Lima
- Profa. Dra. ^a Marilza Sales Costa
- Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha
- Profa. Dra. Simone Cristina Contente Padilha

LISTA DE SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FACSAT	Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins
FECAMPO	Faculdade de Educação do Campo
FACED	Faculdade de Educação
FGEO	Faculdade de Geografia
FAHIST	Faculdade de História
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ISA	Instituto Socioambiental
LAPEX	Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais
NAIA	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica
NEES	Núcleo de Educação Especial
NDE	Núcleo Docente Estruturante
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX	Programa Institucional de Extensão
PIBIC	Programa de Institucional de Bolsas Iniciação Científica
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Sumário

- 1. Introdução**
- 2. Justificativa de oferta do curso**
 - 2.1 Memória histórica do Curso de Ciências Sociais em Marabá
 - 2.2 A FACSAT no contexto do Sul e Sudeste paraense
- 3. Características gerais do curso**
- 4. Diretrizes Curriculares do Curso**
 - 4.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos/Didáticos/Pedagógicos
 - 4.2 Objetivos do Curso
 - 4.3 Perfil do Egresso
 - 4.4 Acompanhamento do Egresso
 - 4.4.1 Política de Integração
 - 4.4.1.1 Seminários de Integração Acadêmica
 - 4.5 Competências e Habilidades
 - 4.6 Procedimentos Metodológicos
- 5. Organização curricular**
 - 5.1 Estrutura Curricular do Curso
 - 5.2 Conteúdos Curriculares
 - 5.3 Matriz Curricular do Curso
 - 5.4 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
 - 5.4.1 Procedimentos da Banca Examinadora
 - 5.4.2 Procedimentos de divulgação do TCC
 - 5.4.3 Seminários de Conclusão de Curso
 - 5.5 Atividades Complementares
 - 5.6 Políticas Institucionais no âmbito do Curso
 - 5.6.1 Política de Ensino
 - 5.6.2 Política de Pesquisa
 - 5.6.2.1 Grupos, Linhas e Núcleos de Pesquisa
 - 5.6.3 Política de Extensão
 - 5.6.4 Política de Inclusão Social e apoio ao discente
 - 5.7 Laboratórios de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais(LAPEX)
 - 5.8 Estágio Supervisionado (não obrigatório)
 - 5.9 Trabalho de campo
- 6. Planejamento do Trabalho Docente e técnico-administrativo**
 - 6.1 Coordenação do Curso
 - 6.2 Perfil do Corpo Docente
 - 6.3 Colegiado do Curso
 - 6.4 Núcleo Docente Estruturante - NDE
 - 6.5 Técnicos
 - 6.6 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

7. Política de Avaliação

- 7.1 Avaliação Discente
- 7.2 Avaliação Docente
- 7.3 Avaliação do Projeto Pedagógico
- 7.4 Avaliação do Curso

8. INFRAESTRUTURA DO CURSO

- 8.1 Instalações/Recursos
- 8.2 Instalações da coordenação: Salas da Secretarias (2)
- 8.3 Sala de aula
- 8.4 Sala para a reunião dos docentes
- 8.5 Gabinete de trabalho dos docentes
- 8.6 Sala de apoio/ Biblioteca e sala de informática
- 8.7 LAPEX - Laboratório de ensino, pesquisa e extensão
- 8.8 LAPEX -Laboratório de ensino, pesquisa e extensão-Recursos Humanos
- 8.9 Biblioteca

9. REFERÊNCIAS

10. ANEXOS

- Anexo 1: Desenho Curricular
- Anexo 2: Contabilidade Acadêmica
- Anexo 3: Atividades curriculares por período letivo
- Anexo 4: Atividades curriculares por competências e habilidades trabalhadas
- Anexo 5: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos (abrange as turmas 2013 e anteriores)
- Anexo 6: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015)
- Anexo 7: Representação Gráfica do Desenho Curricular
- Anexo 8: Ementas das disciplinas curriculares -
- Anexo 9: LEI Nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de Sociólogo/a
- Anexo 10: Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de Sociólogo/a

1. Introdução

O Bacharelado em Ciências Sociais é ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), uma Instituição de Ensino Superior pública, multicampi, criada oficialmente em 5 de junho de 2013 com a sanção da presidenta Dilma Rousseff, como resultado do desmembramento do Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A Unifesspa possui como visão “Ser uma universidade inclusiva e de excelência na produção e difusão de conhecimentos de caráter filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico” (PDI 2020-2024) cuja missão é de “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade de vida” (PDI, 2020-2024). Nesse sentido seus princípios norteadores compreendem a,

universalização do conhecimento; (b) o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; (c) o pluralismo de ideias e de pensamento; (d) o ensino público e gratuito; (e) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (f) a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; (g) a excelência acadêmica; (h) a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.” (PDI, 2020-2024).

A Unifesspa é uma Universidade multicampi com cinco *campi* (Marabá, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu e Xinguara) em uma área de abrangência que envolve os 39 municípios da região Sul e Sudeste do Pará. É organizada a partir de Unidades, os Institutos, cada um reunindo um conjunto de Faculdades, as Subunidades. As Faculdades que, grosso modo, representam disciplinas científicas com alguma afinidade epistemológica entre si são reunidas sob a direção comum de um Instituto. A abrangência da direção do Instituto limita-se a um conjunto de faculdades de um mesmo *campus* e cada instituto conta com representações nas instâncias deliberativas da administração superior. A Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT) junto com as Faculdades de Educação do Campo (FECAMPO), de Geografia (FGEO), de História (FAHIST) e de Pedagogia (FACED) constituem o Instituto de Ciências Humanas (ICH).

Justificativa de oferta do curso

2.1. Memória histórica do Curso de Ciências Sociais em Marabá

Em 1957, com a aprovação do Decreto-lei 3.191 foi criada a Universidade Federal do Pará, com sede em Belém, contando com sete faculdades e os cursos de Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Segundo Palhano (2007), naquela época o Curso de Ciências Sociais já estava em funcionamento no Estado do Pará (visto que havia sido autorizado pelo Decreto-lei 35.456, de 04 de abril de 1954) na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém - FFCL, uma das Faculdades que, reunidas em 1957, compuseram a UFPA.

Os cursos oferecidos pela FFCL foram os primeiros, em Belém, destinados à formação docente em disciplinas específicas. O curso de Ciências Sociais integrava a seção de Ciências ao lado de outros cursos como Matemática, Química, Física, História Natural, História e Geografia. A FFCL adotava a estrutura desenvolvida pela Faculdade Nacional de Filosofia, na qual, os três primeiros anos eram dedicados à formação para o bacharelado e, caso o discente desejasse, mais um ano para a licenciatura (ALMEIDA, 2006, p. 89).

A criação de um *campus* avançado no município de Marabá, localizado no sul e sudeste do estado do Pará, deveria atender, prioritariamente, à necessidade de formação de docentes para o ensino fundamental e médio na década de 1990. Porém, no decorrer dos anos, a demanda por profissionais de pesquisa exigiu a inclusão da habilitação de bacharel em Ciências Sociais, envolvendo dimensões que pudessem integrar os três eixos: ensino, pesquisa e extensão.

A justificativa de criação do Curso de Ciências Sociais em Marabá tem início no ano de 1994, quando o antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA, ofertou quarenta (40) vagas para composição de uma turma com habilitação em licenciatura e bacharelado. Entre 1994 a 1999, o curso funcionou em regime intervalar, sendo realizado no período de recesso letivo, com o corpo docente vindo de Belém.

Em 1999, uma segunda turma foi composta também em caráter intensivo

ainda sob coordenação de Belém. Em meados do ano de 2000, a partir de uma discussão com a sociedade civil, foi desenvolvido e aprovado a criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em caráter extensivo, no Campus Universitário de Marabá. A elaboração do projeto pedagógico do curso foi realizada pelos docentes da UFPA do campus de Marabá. Este projeto foi submetido ao parecer do sociólogo Jean Hébette, também da UFPA, em Belém, o qual foi favorável à criação do curso. Sendo assim, o curso teve sua regulamentação aprovada pelo parecer nº 09/2003, de 01 de outubro de 2003, da Câmara de Ensino da UFPA.

Em 2010, o Projeto Pedagógico foi transformado e reformulado. Nesse percurso, envolveram-se coletivamente diferentes sujeitos (discentes, docentes, técnicos, representantes de movimentos sociais e diversas organizações), convidados a refletir sobre a formação, desafios e expectativas para a construção do curso de Ciências Sociais no Sul e Sudeste do Pará. O Projeto Pedagógico representa, nesse sentido, o acúmulo da experiência institucional da FACSAT e um ponto de culminância de nossa formação histórica.

Em 2013, com a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), novos desafios foram colocados à FACSAT, entre eles, a reforma e elaboração dos novos Projetos Pedagógicos de Curso, uma aproximação ainda maior com a sociedade e a integração interdisciplinar das Ciências Sociais com as outras Faculdades do Instituto de Ciências Humanas. Nesse sentido, este Projeto Pedagógico é um elemento importante no movimento de constituição de nossa autonomia e identidade própria enquanto Faculdade dentro de uma nova universidade.

Em 2014, com o desmembramento em licenciatura e bacharelado, com base no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 09 DE 08 de maio de 2001, foi ofertada a primeira turma de Licenciatura em Ciências Sociais com quarenta vagas. Em 2015, ofertamos a segunda turma de licenciatura. Em 2016, a Faculdade ofertou a primeira turma de Bacharelado em Ciências Sociais com 40 vagas. Já em 2017 foram ofertadas duas turmas, uma de Licenciatura (25 vagas) e uma de bacharelado (25 vagas), orientação que se mentem deste então.

Em 2017, o atual Projeto Pedagógico do Curso de graduação Bacharelado em Ciências Sociais foi elaborado, aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante,

pela Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT) e pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unifesspa.

Com o novo PPC buscou-se proporcionar maior dinâmica e flexibilidade ao curso, aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, redimensionando para um desenho curricular do bacharelado, de modo a formar cientistas sociais que possam atuar em diferentes realidades sociais com uma base mais complexa e sólida.

Assim, a nova estrutura para a oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais ora proposto neste projeto pedagógico traz como perspectiva uma atuação em diálogo próximo com a sociedade, pois a vivência da realidade integrada ao contexto acadêmico qualifica o ensino e favorece a produção de novos saberes. Nossa missão é a construção de conhecimento conjugado entre docentes, discentes e egressos, para contribuir no processo de desenvolvimento social e humano da região e de todo o país.

Este documento reflete as aspirações do corpo docente, discente e técnico da FACSAT para o estabelecimento de um curso que garanta a sólida formação dos bacharéis em Ciências Sociais, em uma região com inúmeras contradições sociais e, que, por isso, demanda um debate qualificado sobre os problemas sociais e ações efetivas planejadas e orientadas para o bem-estar das populações da região, pois o processo dinâmico de encontro entre diferentes forças sociais e econômicas trouxe rápidas e profundas transformações no intervalo de apenas algumas décadas. Faz-se necessário um olhar mais analítico, minucioso e prático das Ciências Sociais sobre as ações do poder público, das empresas privadas, das antigas e novas oligarquias, de todos os atores sociais envolvidos nas transformações sociais, econômicas e políticas e seus impactos na região.

Nesse sentido, nossa preocupação com a formação de Bacharéis em Ciências Sociais dá-se não apenas no que diz respeito ao conhecimento objetivo por eles acumulado, senão também no compromisso social orientado por valores éticos e políticos da dignidade humana, da igualdade social, do respeito aos direitos humanos em geral; do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização dos povos e comunidades tradicionais, da laicidade do Estado, do bem-estar das populações locais e do protagonismo de todos os atores sociais

oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento social, político e econômico da região.

A preocupação com uma sólida formação intelectual de bacharéis também passa pela necessidade de darmos visibilidade, em nível nacional e internacional, aos problemas e contradições sociais locais. Ademais, a qualificação das pesquisas produzidas por cientistas sociais formados na própria região amazônica, que concentra uma parte significativa da realidade econômica brasileira, podem indicar, em última instância, uma aprimorada orientação de políticas públicas, tanto em nível local, quanto nacional.

2.2 A FACSAT no contexto do Sul e Sudeste Paraense

As regiões sul e sudeste paraenses encontram-se no espaço oriental da Amazônia Brasileira. Trata-se de uma região que se destaca pelo dinamismo econômico e por profundas transformações da sua base socioprodutiva, motivada por uma forte intervenção estatal, desde a década de 1960, o que muda radicalmente o contexto regional anterior, a saber: o cenário de uma economia extrativista, com poucos vínculos extraregionais, floresta densa e povos indígenas.

Em curto espaço de tempo, a região tornou-se objeto de uma expressiva expansão agropecuária, motivada por isenções fiscais e financiamentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da emergência de atividades de mineração – seja através dos garimpos, como foi o caso de Serra Pelada, nos anos 1980, mas especialmente através da mineração industrial desenvolvida pela companhia VALE S/A, responsável pela exploração da maior jazida de ferro a céu aberto do mundo, localizada na serra dos Carajás (HALL, 1989).

Portanto, essa região deve ser compreendida em sua extrema complexidade desde os pontos de vista histórico, social, cultural e político. Estamos em uma das pontas abertas do sistema econômico mundializado. Nessa região há um fluxo contínuo de dinheiro, particularmente com o comércio exterior e com os investimentos estatais em infraestrutura, dentro de uma realidade em que os atores sociais estão em constantes processos de ajustamento e conflito em relação ao novo cenário econômico. Dentre outros

atores sociais, incluem-se as novas e antigas oligarquias locais, o capital industrial e as empreiteiras do sudeste brasileiro, trabalhadores urbanos e rurais, os novos e antigos movimentos sociais, agências estatais e os militares (que têm em Marabá um centro operacional importante).

O resultado é uma região em processo de crescimento acelerado, com fluxos migratórios massivos, com preços inflacionados, sofrendo com uma especulação fundiária violenta na cidade e no campo, a progressiva proletarianização das assim chamadas comunidades tradicionais, além de todos os conflitos sociais e exclusão que acompanham essas transformações.

Por isso, novas formas de contradições sociais de todas as matizes se configuraram e seguem se reconfigurando nesse processo de desenvolvimento; a região torna-se palco de intensos conflitos fundiários, devastação ambiental, massacre de etnias indígenas, camponeses, garimpeiros, desestruturação urbana, trabalho escravo, dentre outras mazelas sociais. Dessas contradições, surgiram diversos focos de resistência e organizações sociais que compõem, em várias frentes, forças políticas contra as mais diferentes formas de opressão.

A região, vale lembrar, foi palco da Guerrilha do Araguaia, um importante movimento de resistência armada contra a ditadura civil-militar, na década 1960/70. É um espaço de intensas atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), onde realizaram diversas ocupações e conquistaram importantes assentamentos rurais, sem esquecer que foi nessa região, a menos de uma hora da cidade de Marabá, que aconteceu o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, fato que assinala além da urgência do problema fundiário assumido na região a extrema letalidade da violência estatal e, particularmente, das forças policiais estaduais do Pará. Além disso, deve-se ressaltar que o recurso a forças paramilitares por fazendeiros, empresários e oligarcas da região é muitíssimo recorrente (o Pará concentra 38% dos assassinatos do Brasil por conflitos no campo, segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra)¹.

Outros importantes sujeitos sociais e políticos da região são os atingidos por barragens. Esse é o caso do município de Tucuruí, onde milhares de famílias foram deslocadas por ocasião da instalação da grande usina hidrelétrica. Existem projetos para instalação de outra represa no Rio Tocantins, bem na área

¹ Cf. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo - Brasil, 2013. Coord.: Canuto, C.R. S. L. et al. CPT Nacional, 2013.

do município de Marabá. Entre os atingidos por barragens estão os índios da etnia Gavião, entre eles, os Parkatejê, os Kyikatejê e os Akrãtikatejê, sendo que estes últimos já haviam sido deslocados pela hidrelétrica de Tucuruí e possivelmente serão atingidos novamente caso a Usina de Marabá venha a ser construída (PNCSA, 2010).

Além dos Gavião, outras etnias indígenas se encontram na região, na área de influência da bacia do Rio Tocantins (Asuriní do Tocantins, Parakanã, Suruí, Xikrin do Cateté, Anambé, Amanayé, Tembê, Turiwara (ISA), com seus territórios continuamente ameaçados por fazendeiros, agronegócio, pela mineração e todos os contínuos danos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico aqui levado a cabo.

Enquanto zona de fronteira de expansão agrícola e de intensa atividade mineradora em plena Amazônia, encontramos aqui um dos mais importantes campos de batalha dos movimentos ambientalistas nacionais e estrangeiros, bem como a incorporação de valores e articulação política entre o ambientalismo em nível mundial e os diferentes movimentos sociais atuantes na região.

O processo de desmatamento, contaminação das águas e formação de cidades sem estruturas de saneamento são consequências diretas de demandas do agronegócio e dos agentes econômicos que realizam o processamento de metais brutos aqui extraídos.

Nesse contexto, podemos ver o avanço do capitalismo mundial sobre os territórios tradicionalmente ocupados, a formação de novas identidades e transformação das antigas, a destituição de antigos potentados locais e a configuração de novas oligarquias em disputa. No encontro entre tantas séries históricas e suas contradições – que vão desde o local até o global, do “micro” ao “macro”, o curso de Ciências Sociais é fundamental por contribuir na compreensão das relações entre esses múltiplos fenômenos que, normalmente, são vistos de forma dispersa e fragmentária. Assim, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais é imprescindível para a problematização das relações socioeconômicas culturais e ambientais que produzem desigualdades com profundos impactos nas dinâmicas locais.

Além de todos esses elementos apontados, temos um olhar atento para a história de ocupação da região Sudeste do Pará, marcada por diferentes ciclos econômicos que serviram de atrativo tanto para agricultores como para o grande

capital que para cá migraram e se encontraram com povos indígenas e demais populações tradicionais já estabelecidas.

Os diferentes ciclos de exploração de cristais de rocha, extrativismo vegetal, sobretudo o da Castanha-do-Pará (Brasil), implantação e expansão da pecuária, instalação dos Grandes Projetos na região, como hidrelétricas, mineradoras e guseiras, assim como exploração madeireira não se fizeram e não se fazem sem que haja conflitos entre os diferentes sujeitos que constroem essa região². Esses conflitos se dão, entre outros motivos, pela diversidade de interesses e visões de mundo em disputa na construção da região³.

Neste sentido, os sujeitos e os processos de construção do que atualmente se chama Território do Sudeste do Pará demandam diálogo com a Unifesspa para a discussão de problemas sociais, culturais, políticos e econômicos gerados a partir dessas disputas e conflitos que nele se configuram também como reflexo de um contexto mais geral em nível nacional e internacional.

Aspiramos, portanto, formar Cientistas Sociais pesquisadores e profissionais atuantes na sociedade civil, diretamente na produção de conhecimento a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política e, também, na atuação crítica junto aos sujeitos impactados na região, oferecendo a qualificação do debate político e social e as ferramentas de planejamento e de organização social.

² Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999)

³ Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999)

3. Características gerais do curso

Nome do Curso	Bacharelado em Ciências Sociais
Local de Oferta	Instituto de Ciências Humanas / Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins
Endereço de Funcionamento	Unifesspa/Campus Universitário de Marabá/PA-ICH/Instituto de Ciências Humanas-FACSAT (Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins). Folha 31, Quadra 07, Lote Especial-S/N. Bairro: Nova Marabá- Marabá/PA-CEP 68.501- 970
Forma de Ingresso	Processo Seletivo aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe/Unifesspa.
Número de Vagas	25 vagas ofertadas
Turno de Funcionamento	Matutino, Vespertino e Noturno
Modalidade de Oferta	Presencial
Título Conferido	Bacharelado em Ciências Sociais
Duração Mínima	4 anos e meio
Duração Máxima	7 anos
Carga Horária Total	3.200
Regime Acadêmico	Seriado, sendo realizado a cada período letivo, como regulamenta a Resolução n. 008 de 20/5/2014 da Unifesspa
Período Letivo	Extensivo, nos segundo e quarto períodos letivos, de acordo com a organização do Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa (Resolução n. 002 de 08 de janeiro de 2014). Intensivo em oferta de turmas por convênio e/ou contrato.
Formas de Oferta das Atividades*	Paralela
Ato de Autorização do Curso	Portaria nº 180 de 08 de maio de 2013

*O curso poderá ofertar disciplinas na forma modular nas seguintes situações: quando se tratar de atividades ministradas por docentes de outras unidades ou IE.

4. Diretrizes curriculares do curso

4.1 Fundamentos epistemológicos, éticos/didático/pedagógicos

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais tem como princípio geral a responsabilidade social dos profissionais de Ciências Sociais com a sociedade, compromisso este construído a partir do conhecimento, da compreensão e intervenção crítica nas realidades em que irão atuar. Para tanto, é necessário que a construção deste compromisso se faça de maneira dialogada entre os sujeitos sociais e os profissionais a serem formados pelo curso. É nessa filosofia que aqui se formam profissionais aptos a atuar em diferentes realidades sociais, com domínio de métodos e técnicas de pesquisa, próprios das Ciências Sociais, assim como hábeis em interagir com profissionais de outras áreas do conhecimento, de diferentes instituições, movimentos e organizações sociais, a fim de qualificar sua condição de sujeitos transformadores da realidade.

O curso de Ciências Sociais deverá trabalhar de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, despertando em seus discentes a consciência de que são corresponsáveis por sua formação, e de que a construção do conhecimento científico deve partir do conhecimento da realidade, de forma que se crie um compromisso com ela e nela se possa intervir. Para além da simples competência técnica, o curso deve formar profissionais éticos.

Para atender a esta filosofia, o Curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa adotará em sua formação os seguintes princípios:

a) **Formação teórico-prática:** que possibilite ao cientista social diagnosticar, compreender e intervir de maneira qualificada nas realidades sociais, junto aos sujeitos com os quais ele trabalha;

b) **Articulação teoria-prática:** princípio norteador da atividade socioeducativa, que pressupõe a reflexão da teoria em relação à realidade pesquisada, possibilitando, desta forma, um exercício constante de revisão, crítica e reconstrução do conhecimento científico;

c) **Trabalho coletivo:** princípio fundamental para o desenvolvimento de ações sociais e para a construção de relações sociais dentro de uma democracia; nutrimos, no cientista social aqui formado, a consciência de que a

realidade social é fruto do trabalho coletivo, não sendo o cientista social um profissional autossuficiente;

d) **Trabalho interdisciplinar:** a articulação dos diversos tipos de conhecimento, a partir da apropriação das racionalidades que os formam, percebendo as diferentes visões de mundo existentes e as diferentes concepções de construção do conhecimento, para que se possa estabelecer diálogo que se reflita em sua prática profissional;

e) **Pesquisa como princípio socioeducativo:** o profissional a ser formado deverá compreender a pesquisa enquanto mediadora do “desencantamento, da revelação e reconstrução” do mundo social, norteadora da constituição de ações de intervenção que materializem sua práxis enquanto bacharel;

f) **Extensão como produção de novos conhecimentos:** o conhecimento da realidade em que está inserido e a relação dela com o contexto global é de fundamental importância para a atuação do cientista social, que deverá conceber a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, devendo ser realizada de maneira dialogada com os diferentes sujeitos nela envolvidos, enfatizando o compromisso do cientista social com a sociedade;

g) **Relações com o mundo do trabalho como princípio educativo:** A reflexão crítica sobre a organização do mundo contemporâneo a partir do conceito de trabalho como elemento síntese da teoria-prática social, para compreender modificações das condições sociais e econômicas de vida, contribuindo para a formação profissional e atuação crítica na sociedade.

4.2 Objetivos do Curso

O objetivo do curso de Bacharelado em Ciências Sociais é formar pessoas com habilidades e competências para se tornarem profissionais, considerando os princípios norteadores na relação entre teoria e prática, com comprometimento ético e político à luz dos valores fundamentais – já afirmados anteriormente – da defesa da dignidade humana, da igualdade social, dos direitos humanos como um todo, do respeito à cidadania, às diferenças culturais, às diferenças étnico-raciais, à diversidade de gênero, da valorização das culturas tradicionais e do protagonismo dos sujeitos sociais oprimidos e marginalizados

no processo de desenvolvimento regional, em interação com o contexto global.

O Bacharel que desejamos formar deve estar conectado às atualidades tecnológicas e de inovação do mundo do trabalho, no setor público e privado, aos movimentos sociais, ao terceiro setor, aos povos indígenas e comunidades tradicionais, às instâncias de decisão do poder público, a todas as formas de associação humana para as quais seu trabalho contribuirá visando à promoção da cidadania e dos direitos humanos.

Em vista disso, objetivamos formar cientistas sociais atuantes na sociedade civil, no setor público e privado, seja diretamente na produção de conhecimento, a partir da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, ciências que se desenvolvem a partir do rol das disciplinas do curso, seja também na atuação na pesquisa, na assessoria e/ou consultoria junto a empresas, instituições públicas e sociais e aos diversos sujeitos sociais, oferecendo as ferramentas de planejamento, gestão e organização social.

4.3 Perfil do Egresso

O perfil do Bacharel em Ciências Sociais formado pela FACSAT orienta-se segundo os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, publicados em 2010 pela Secretaria de Educação Superior do MEC. A saber:

O Bacharel em Ciências Sociais atua na compreensão do funcionamento dos sistemas sociais [dos conflitos sociais, das relações de poder e dominação, das redes de atores sociais, das realidades culturais e políticas – acréscimo nosso], estabelecendo relações entre seus agentes e a dinâmica das transformações políticas e sociais. Em sua atividade, articula a teoria social, a pesquisa e a prática profissional para a compreensão de questões relevantes do contexto social, político e cultural, podendo subsidiar a formulação e execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e programas de órgãos governamentais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, elabora pareceres, projetos e laudos sobre assuntos sociais e culturais. Em sua atuação, considera as Ciências Sociais como prática que compõe a identidade nacional” (MEC/SESU, 2010).

Ainda segundo o documento:

O Bacharel em Ciências Sociais pode atuar como pesquisador em Instituições de Ensino Superior; em órgãos públicos e organismos

internacionais na elaboração de políticas e programas sociais; em movimentos e organizações sociais; em empresas e institutos de pesquisa. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultorias (MEC/SESU, 2010)

Considerando que apenas a carreira de Sociólogo (que junto com a Antropologia e a Ciência Política compõem as Ciências Sociais brasileiras) está regulamentada definindo os critérios do perfil profissional dos egressos, podemos estender aos três ramos tradicionais das Ciências Sociais brasileiras as atribuições estatuídas ao profissional Sociólogo, segundo a Lei 6.888 de 10 de dezembro de 1980, e, o Decreto nº 89.531 de 05 de abril de 1984, que procurou regulamentar a referida profissão.

Em conexão aos objetivos e às normativas acima destacadas, o profissional formado no Bacharelado em Ciências Sociais deve ter as competências e habilidades necessárias para desenvolver pesquisas e responder a demandas sociais, de mercado, elaborar laudos, relatórios, realizar editoriais e diagnósticos sobre problemas socioambientais, socioeconômicos, culturais e os conflitos sociais, a violência e as desigualdades. Assim como está preparado para a construção, planejamento, assessoria e gestão de projetos de desenvolvimento, a partir das instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

A formação acadêmica proporcionará a esse profissional habilitação para atuar na assessoria a parlamentares e gestores públicos, a partidos políticos, aos movimentos sociais, ONGs, às empresas privadas e públicas, às comunidades tradicionais, aos povos indígenas e grupos sociais diversos.

Essa formação estará focada nas demandas regionais, e aos bacharéis em Ciências Sociais cabe refletir e colaborar na construção de diretrizes de políticas sociais para um desenvolvimento social, econômico, ambiental, político justo e sustentável, na perspectiva dos atores sociais que compõem a região, numa sociedade que reconheça os direitos humanos e promova o respeito ao meio ambiente.

Os profissionais estarão aptos, ainda, ao exercício docente, desde que complementem sua formação com as disciplinas da Licenciatura em Ciências Sociais.

De maneira geral, essa formação acompanha as inovações tecnológicas e demandas qualificacionais exigidas pelo mercado de trabalho, resultado das dinâmicas locais e globais da sociedade, em permanente transformação, possibilitando o envolvimento desses profissionais em novos campos de atuação.

4.4 Acompanhamento do Egresso

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais tem buscado meios de aperfeiçoar suas políticas de atendimento e apoio ao estudante, com vistas a criar as condições de manter uma relação permanente com seus egressos.

Esse esforço tem sido realizado através do cadastramento dos egressos do curso, pois busca-se manter uma relação ativa de divulgação de eventos culturais e científicos, além de informações via email sobre programas de Pós graduação "Lato Sensu e Stricto Sensu" para que os mesmos possam decidir sobre suas trajetórias acadêmicas e profissionais e, em muitos casos, envolvendo a comunidade interna e externa. O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais vem possibilitando aos alunos que concluíram o ensino superior formas favoráveis de serem inseridos na vida profissional.

4.4.1 Política de Integração

A política de integração do bacharelado de Ciências sociais obedece aos princípios supracitados da articulação Teórico-Prática, Trabalho Coletivo, Trabalho Interdisciplinar, Extensão como Produção de Novos Conhecimentos,

com os quais buscamos orientar a prática docente e efetivar na formação de nossos discentes.

Em primeiro lugar, uma integração com a dinâmica sócio espacial da região sul e sudeste do Pará onde o curso está inserido. Nesse sentido, o contato com as comunidades, com a sociedade civil organizada e os poderes públicos locais, se manifestam através dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, convênios, assessorias e outras modalidades de cooperação apresentadas que conectam nosso curso aos processos sociais em curso na região.

No âmbito institucional (Unifesspa), a construção de ações, projetos e políticas que fortaleçam a integração com a administração central e seus órgãos, com os diversos *campi* e institutos, em especial o Instituto de Ciências Humanas, demará a opção de sermos não apenas uma parte de um todo organizado, mas um elemento catalisador de um movimento abrangente que singularize o perfil de nossa instituição.

No âmbito da faculdade, nossa política de integração se efetiva através de diversas iniciativas tais como, cursos, atividades extracurriculares, eventos culturais e científicos, promovidos pela direção da faculdade ou qualquer outro membro da comunidade que compõe o Bacharelado em Ciências Sociais (Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos em Educação Superior - TAES). Nesse processo, buscaremos conectar também alunos egressos e docentes que contribuíram para o desenvolvimento institucional de nosso bacharelado.

No início de cada ano letivo, a direção e os docentes da FACSAT promovem o Seminário de Integração, onde se dá início oficialmente aos nossos trabalhos. Neste momento, serão apresentados aos discentes a estrutura do Bacharelado e os caminhos através dos quais pensamos sua formação profissional como cientista social. Neste seminário os docentes se apresentam aos calouros, divulgando suas trajetórias intelectuais e as linhas de pesquisa nas quais atuam.

O Seminário de Integração é destinado também aos discentes mais antigos, na medida em que as mudanças em nossa atuação pedagógica – alteração de nosso Projeto Pedagógico de Curso, Resoluções normativas deliberadas no Conselho da FACSAT – são compartilhadas e esclarecidas com todos os discentes.

Trata-se de um canal de comunicação complementar entre discentes, docentes e TAES. Junto ao Seminário de Conclusão de Curso, o Seminário de Integração é um momento importante no processo de autoconhecimento da FACSAT.

Pensamos tal evento especialmente como um processo ativo de formação de uma cultura acadêmica e organizacional que aumente nossa produtividade e efetividade na formação de cientistas sociais com todas as competências necessárias para realizarem suas missões profissionais. Além disso, prevemos, ao final do evento, a realização de uma aula inaugural, trazendo à comunidade acadêmica da Unifesspa os debates mais atuais em nossa área de conhecimento.

4.4.1.1 Seminários de Integração Acadêmica

Nos Seminários de Integração Acadêmica são apresentados aos discentes a visão e missão institucional do curso, pensando na formação do profissional das sociais e seu engajamento no espaço social que irá atuar como profissional formado.

Os Seminários de Integração Acadêmica também são ações didático-pedagógicas que permitem, no âmbito curricular do curso, a articulação entre teoria e prática evidenciando saberes e habilidades necessários à formação do estudante. Nesse espaço tem-se como objetivos: o acolhimento, a integração, a discussão acadêmica e a orientação com vistas à participação do aluno nas discussões concernentes aos seus direitos e deveres como estudante.

Nesse momento, os discentes são instigados a participar ativamente das reuniões, através de seus representantes no Conselho da FACSAT, onde estão representadas as três categorias de nosso microcosmo acadêmico (docentes, discentes e técnicos acadêmicos e administrativos). Também são compartilhadas e esclarecidas com todos os discentes as ações acadêmicas atinentes ao percurso de formação no qual estão inseridos.

Outra importante ação realizada nestes seminários é a discussão sobre o papel da pesquisa na formação do cientista social. Neste sentido, enfatizamos desde o início, as diferentes linhas de pesquisa existentes de acordo com os itinerários intelectuais de nosso corpo docente. A pesquisa discente seguirá

preferencialmente essas linhas de pesquisa.

Esse é um elemento importante para assegurar a qualidade dos trabalhos de pesquisa dos discentes, já que o orientador poderá oferecer contribuições mais decisivas em direção ao estado da arte em suas áreas de trabalho, implicando, em sentido inverso, na contribuição da pesquisa discente na produção científica de nosso corpo docente e, de forma geral, na consolidação do Curso de Ciências Sociais.

4.5 Competências e Habilidades

O desenho curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá proporcionar aos discentes um conjunto de atividades e experiências acadêmicas, que assegurem a formação das seguintes competências e habilidades:

- Conhecer e dominar procedimentos teórico-metodológicos referentes aos três (03) campos das Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, que serão acompanhados de disciplinas de outras áreas do saber.

- Compreender as diferentes realidades sociais e nelas atuar de maneira comprometida a partir dos enfoques sociológicos, antropológicos, políticos e econômicos de maneira crítica.

- Estabelecer diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e as demais áreas do conhecimento humano.

- Compromisso com a ética profissional e ideal de justiça e igualdade social, bem como os valores referentes aos direitos humanos fundamentais como norteadores de sua atuação.

- Produzir novas análises e conhecimentos sobre as realidades em que atua, considerando que a educação é resultado de processos formais e informais, estes últimos com o mesmo potencial formativo que os primeiros.

- Contribuir para a construção de instrumentos que visem melhorias nos métodos e técnicas pedagógicas, como também na vida da população em cuja realidade se intervém.

- Ter capacidade de intervenção que contribua para a transformação da realidade, possibilitando a construção de uma sociedade justa e igualitária, com

educação de qualidade para todos.

- Familiaridade com a prática da docência e da pesquisa científica junto aos atores e agentes sociais participantes do processo de construção do conhecimento;

- Conhecer e dominar o processo de pesquisas científicas diagnosticando problemas e propondo soluções para eles. Conhecer e aplicar tecnologias às atividades de pesquisa nas Ciências Sociais.

- Articular teoria e prática nos diferentes níveis do trabalho social.

- Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino.

- Conhecer, criar e utilizar diversas estratégias de pesquisa sabendo adequá-las aos objetivos propostos.

- Atuar em diferentes realidades na esfera do estado, terceiro setor, movimentos sociais.

As competências que aspiramos desenvolver nos discentes são aquelas presentes na seção específica sobre o Bacharelado em Ciências Sociais dos Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura, da Secretaria de Educação Superior do MEC, instituídos no Parecer CNE/CES nº 492/2001, a saber:

Competência 1: Domínio do conhecimento teórico e metodológico básico;

Competência 2: Autonomia intelectual;

Competência 3: Capacidade analítica;

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social;

Competência 5: Compromisso social;

Competência 6: Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

4.6 Procedimentos metodológicos

A formação do bacharel em Ciências Sociais com competência crítica e reflexiva exige planejamento da formação acadêmica, onde sejam desenvolvidas atividades que promovam no discente uma postura interdisciplinar e autônoma, como agente proativo no processo formativo. Isso implicará o desenvolvimento

de projetos e atividades vivenciadas pelos discentes, a partir de princípios formativos com a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Com esta finalidade, ao longo do curso, diversas metodologias serão mobilizadas, tais como aulas expositivas dialogadas, seminários e trabalhos em grupos, oficinas, cursos e minicursos, trabalho de campo, palestras, grupo de estudos, reuniões científico-pedagógicas, visitas científicas, seminários de integração e pesquisa, prática de laboratório de pesquisa e extensão, prática com métodos informacionais e tecnológicos, culminando com a apresentação pública do trabalho de conclusão de curso. Todos esses elementos devem estar pautados na escuta e diálogo com os sujeitos sociais envolvidos no processo de ensino, pesquisa e extensão.

A dinâmica metodológica das aulas pode ser observada nos planos de ensino das disciplinas curriculares da FACSAT, que deve ter o acompanhamento direto do docente. As atividades de pesquisa e extensão serão dinamizadas pelas linhas e projetos de pesquisa, grupos de estudo, além de estruturas de apoio e articulação dessas ações, como o LAPEX e o NDE, diretamente vinculados à faculdade, e outros órgãos da Unifesspa, como a Diretoria de Assistência Estudantil (DAIE), o Núcleo de ações afirmativas, diversidade e equidade (NUADE), o Núcleo de acessibilidade e inclusão acadêmica (NAIA) e a Biblioteca.

No seu conjunto essas atividades ocorrerão tanto nos espaços da Unifesspa como fora dela, em escolas, espaços formativos, comunidades, assentamentos rurais, sindicatos, instituições públicas e privadas, associações, cooperativas, territórios indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais. A ampliação dos espaços de ação das atividades representa um maior engajamento do curso em conjunto com a sociedade, além de contribuir com a dinâmica metodológica de fortalecimento da relação teoria-prática dos conteúdos curriculares do curso e das avaliações de forma coletiva.

5. Organização curricular

5.1 Estrutura curricular do curso

O desenho curricular do Bacharelado em Ciências Sociais, com a divisão em três Eixos de Formação, oferece maior flexibilidade para contemplar os

diferentes interesses de pesquisa e expectativas intelectuais dos discentes, à medida que se concentram os esforços em um conjunto de disciplinas fundamentais obrigatórias, comuns a todos/as, e permite-se a abertura institucional aos discentes em seus processos individuais de formação intelectual; logo, contemplam-se seus interesses mais específicos com as disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre.

Para o Eixo de Formação Específica (A), são destinadas 1360 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui se encontram as disciplinas teóricas essenciais das Ciências Sociais, as disciplinas de método e de formação científica.

Para o Eixo de Formação Complementar (B), são destinadas 816 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui estão as disciplinas que, como foi dito, “fazem interface” e/ou contemplam um objeto mais específico das Ciências Sociais: é o caso das disciplinas de Economia Política e Formação social, econômica e política da Amazônia, do Brasil e do Mundo. Nessa sessão está também a disciplina por meio da qual proporcionamos aos discentes oportunidades para adquirirem ferramentas de compreensão básica e de redação científica – a disciplina Leitura e Produção Textual nas Ciências Sociais, com o intuito de contribuir para a atenuação de eventuais deficiências na formação do ensino básico e permitir a apreensão sistêmica de conteúdos e a construção de conhecimentos.

No Eixo de Formação Complementar encontram-se, também, as atividades do Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais, onde – veremos mais à frente, no item *Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais/LAPEX* – se conjugam tanto a relação entre teoria e prática, quanto a relação entre ensino-pesquisa-extensão. Nesse eixo, desenvolveremos componentes curriculares voltados ao debate dos direitos humanos e ambientais e ao das relações étnico-raciais a exemplo das disciplinas que respondem a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, e a Lei 11.645/2008, que obriga o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Para o Eixo de Formação Livre (C) são destinadas 272 horas em disciplinas *optativas* ofertadas no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e da

Unifesspa. Nossa expectativa é a de oferecer pelo menos 04 disciplinas optativas por período letivo: duas ofertadas pela FACSAT e duas por outras Faculdades da Unifesspa que estejam contempladas em nossa relação de disciplinas.

Para a projeção, elaboração, orientação, aprofundamento na literatura do tema, planejamento e execução das etapas da pesquisa e exposição metódica do texto final do Trabalho de Conclusão de Curso são destinadas 612 horas. (Cf. item sobre o TCC).

Às Atividades Complementares é estabelecida a carga horária é de 140 horas, as quais serão realizadas em atividades acadêmicas diversas que refletirão o projeto individual da trajetória formativa de cada discente.

Como afirmamos anteriormente, no item sobre o perfil do egresso, os direitos humanos são norteadores éticos e políticos de nossa atuação docente. Nesse sentido, como valor imanente às nossas atividades pedagógicas a Educação para os direitos humanos está contemplada nos componentes curriculares de forma transversal como indica os artigos 6 e 7 da Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, além disso é um tema desenvolvido nas linhas de pesquisa e na política de extensão da FACSAT. Em relação à Educação Ambiental, esta será trabalhada de forma direta a partir de componentes curriculares que tem como tema central o debate de questões ambientais na Amazônia, assim como de forma transversal no decorrer de componentes curriculares que trabalham os temas históricos e teóricos como prevê a Resolução CNE/MEC nº 02 de 15 de junho de 2012.

Conforme estabelece Decreto nº 5.626, de 2005, Libras está presente como disciplina optativa.

Na medida em que se integrem novos docentes ao quadro, e que os atuais docentes avancem em suas próprias pesquisas e seus interesses intelectuais se ampliem, novas disciplinas podem ser agregadas e outras suprimidas do atual desenho curricular, promovendo a contínua revisão e dinamização da estrutura curricular do PPC.

5.2. Matriz Curricular do Curso

A matriz curricular do curso de Bacharelado em Ciências Sociais é apresentada no quadro a seguir.

	DISCIPLINAS	CH
1º PERÍODO	Teoria Sociológica I	68h
	Teoria Antropológica I	68h
	Teoria Política I	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68h
	Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	68h
Total do período		340h
2º PERÍODO	Teoria Sociológica II	68h
	Teoria Antropológica II	68h
	Teoria Política II	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68h
	Economia Política	68h
Total do período		340h
3º PERÍODO	Teoria Sociológica III	68h
	Teoria Antropológica III	68h
	Teoria Política III	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais I	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68h
Total do período		340h
4º PERÍODO	Teoria Sociológica IV	68h
	Teoria Antropológica IV	68h
	Teoria Política IV	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais II	68h
	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	68h
Total do período		340h
5º PERÍODO	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	68h

	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	68h
	Etnologia Indígena	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais III	68h
	Relações Étnico-Raciais	68h
Total do período		340h
6º PERÍODO	Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	68h
	Formação Livre I	68h
	Formação Livre II	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais IV	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68h
Total do período		340h
7º PERÍODO	Formação Livre III	68h
	Formação Livre IV	68h
	Tecnologia, Trabalho e Sociedade	68h
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68h
	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68h
Total do período		340h
8º PERÍODO	Diálogos de Pesquisa em Ciências II	68h
	Trabalho de Conclusão de Curso I	272h
Total do período		340h
9º PERÍODO	Trabalho de Conclusão de Curso II	340h
	Atividades complementares	140h
Total de Carga Horária do Curso		3.200h

Disciplinas da Formação Livre	Carga horária
Religião e Sociedade	68h
Teoria e Pesquisa sobre Violência	68h
Estudos de Povos Indígenas	68h
Questões urbanas: Teorias e Métodos	68h
Instituições Políticas Brasileiras	68h
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68h
Pensamento Social Brasileiro	68h
Tópicos Temáticos em Antropologia	68h
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68h
Conflitos Sociais: Terra e Território	68h
LIBRAS	68h

	Carga Horária
Disciplinas de Formação Livre Ofertadas por Outras Faculdades	
Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará FGEO	68h
Questão Regional e Regionalização do Espaço Mundial FGEO	68h
Diversidade Territorial e Regionalização do Espaço Amazônico FGEO	68h
Desenvolvimento Regional e Local FAECON	60h
Economia e Meio Ambiente FAECON	60h
Desenvolvimento Sustentável FAECON	60h
Economia Política Afro-Brasileira FAECON	60h
África Colonial e Pós-Colonial FAHIST	34h
Temas Contemporâneos I FAHIST	68h
Temas Contemporâneos II	68h

FAHIST	
Conquista e Colonização das Américas FAHIST	68h
História e Cultura Afro-Brasileira FAHIST	68h
História do Sul E Sudeste do Pará FAHIST	34h
História Indígena e Indigenismo na Amazônia FAHIST	68h
Ações Afirmativas e Educação FAHIST	34h
História, cidade e Políticas Públicas FAHIST	34h
Direitos Humanos, Diversidade, Cidadania e Educação FACED	60h
Vivência e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva FACED	60h
Sociologia Criminal FADIR	68h
Temas Emergentes do Direito FADIR	68h
Antropologia Jurídica FADIR	68h

5.4. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa a linha de chegada desse processo contínuo de formação, avaliação e de estímulo à pesquisa. Cumpridas todas as condições necessárias para tal, nos três primeiros anos de formação, o discente encontra-se apto a elaborar o seu Trabalho de Conclusão de Curso, a experiência de realização de um TCC é um dos momentos mais profícuos da formação discente.

Compreendemos que o TCC é parte indispensável na formação dos Cientistas Sociais, imprescindível para a formação dos discentes enquanto pesquisadores, mas também no sentido de ser *uma retribuição que o discente deve oferecer à sociedade, no contexto de uma universidade pública*, a fim de

contribuir no avanço dos estudos científicos.

O TCC será desenvolvido na forma de um trabalho científico e está integrado aos seguintes componentes e atividades curriculares:

- I - Diálogos de pesquisa I;
- II - Diálogos de pesquisa II;
- III - Trabalho de Conclusão de Curso I;
- IV - Trabalho de Conclusão de Curso II

Desta a forma a redação do TCC aparece como elemento integrado às atividades de ensino, conforme regido pela Resolução da FACSAT, que estabelece as normas que regem os TCCs.

Os discentes disporão de 612 horas para elaboração do TCC, encontrando-se regularmente com seu orientador, aprofundando seus conhecimentos na literatura sobre o tema, coletando mais materiais para redigir os textos finais.

Nosso entendimento é o de que, para garantir a qualidade da produção científica dos futuros cientistas sociais, assim como para que a experiência de pesquisa seja plena, o discente necessita se dedicar exclusivamente ao TCC, para que possa construir sua problemática de pesquisa, enfrentar as adversidades que surgem naturalmente em todas as etapas da pesquisa, desde a coleta e análise dos dados, a organização lógica dos argumentos até a escrita do texto final.

O tempo dedicado, pelo discente, às atividades de pesquisa está contemplado pelo artigo 61 do Regulamento de Graduação da Unifesspa, onde se lê: “Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação poderão prever um período letivo para que os discentes desenvolvam, exclusivamente, atividades de pesquisa e/ou extensão, como estratégias de formação”. A elaboração e defesa do TCC se configuram, portanto, como disciplina *stricto sensu*, não obstante ser parte indispensável de sua formação acadêmica.

Para os docentes-orientadores, as 612 horas possibilitam acompanhar mudanças acerca do problema de pesquisa, do material empírico, de enfoques teóricos e metodológicos, que ocorrem no processo de pesquisa, dando-lhes maior flexibilidade no processo de orientação. Além dos docentes-orientadores, o graduando será acompanhado pelo docente responsável pelas disciplinas de Diálogos de Pesquisa I e II na elaboração de seu TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Ciências Sociais caracteriza-se por ser um trabalho de caráter monográfico e científico, estando preferencialmente contemplado nas Linhas de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT).

Para fins de integralização da matriz curricular, serão aceitos também como Trabalho de Conclusão de Curso:

I) um artigo científico individual ou em coautoria com o/a orientador/a, publicado, ou com aceite para publicação, em revista científica de antropologia, ciência política e sociologia com mérito reconhecido e que verse sobre material de pesquisa original produzida pelo/a discente. O artigo também será submetido à defesa diante de Banca Examinadora, nos mesmos termos de um trabalho monográfico.

II) Documento audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou cedidos pela Unifesspa ou por outras instituições de fomento à pesquisa. O documento audiovisual deve ser acompanhado de um texto indicando resultado de atividades de pesquisa de campo e bibliográfica e, também deverá ser aprovado por uma Banca Examinadora, nos mesmos termos de um trabalho monográfico.

5.4.1 Procedimentos da Banca Examinadora

O TCC é avaliado em procedimento de defesa pública nos Seminários de Conclusão de Curso (cujos princípios político-pedagógicos explicitaremos no próximo item), em que o discente concluinte deverá fazer uma breve exposição de seu trabalho, responder às arguições dos examinadores convidados e submeter seu trabalho à avaliação dessa banca examinadora.

A defesa pública é um momento importante não apenas para o discente que está concluindo seu curso, senão também para toda a comunidade acadêmica da FACSAT, com alto valor pedagógico na formação de pesquisadores capacitados para o trabalho crítico e analítico.

Os examinadores deverão preencher uma ficha de avaliação com 10 itens discriminados. Busca-se, através desse mecanismo, que o discente possa ter um autoconhecimento acurado e preciso sobre seus pontos fortes e seus pontos fracos. Os critérios da ficha de avaliação são elementos importantes, já que o

processo de construção da formação do cientista social não se encerra com a defesa do TCC e a colação de grau. Mas também é importante como recurso pedagógico destinado ao alunado que acompanhará, como espectadores, essas defesas públicas nos Seminários de Conclusão de Curso.

Além disso, em vista de promover uma prática científica pautada pela ética na pesquisa, alguns mecanismos merecem destaque, como a reprovação imediata nos casos de plágio, e a jurisdição do Conselho da Faculdade sobre os demais problemas éticos.

Outra razão é a concretização de um princípio básico da produção acadêmica, que é o da cumulatividade do trabalho científico. Para não cairmos no erro de “inventarmos a roda” a cada vez que iniciamos a orientação de um discente, a publicização compulsória dos TCCs (e os avanços de pesquisa que representam) faz com que se facilite o avanço das futuras pesquisas para além da produção discente anterior, na medida em que os achados desses discentes-pesquisadores podem ser incorporados por todos os outros pesquisadores, sejam estes docentes ou discentes.

5.4.2 Procedimentos de divulgação do TCC

Na concretização do princípio, já evocado neste Projeto Pedagógico, de integração entre ensino e pesquisa, buscaremos a divulgação ampla dos resultados das pesquisas discentes, fomentando a realização dos Seminários de Conclusão de Curso, onde serão realizadas as defesas públicas dos TCCs, consideradas por nós atividades relevantes de aprendizagem, na medida em que os conteúdos pedagógicos trabalhados em sala encontram ali, nas pesquisas efetivadas, sua manifestação prática, gerando subsídios para esse exercício de autocrítica e conseqüente aperfeiçoamento de nosso trabalho. Cabe ao NDE do Bacharelado a organização do Seminário de Conclusão de Curso.

Os TCCs depois de defendidos, aprovados e devidamente corrigidos devem ser obrigatoriamente entregues a FACSAT para fins de integralização do curso e disponibilização no Repositório Institucional, como forma de registro e divulgação para futuras pesquisas.

5.4.3 Seminários de Conclusão de Curso

Realizaremos, na última quinzena dos períodos letivos, os Seminários de Conclusão de Curso da FACSAT, que se constituem em encontros abertos à toda comunidade acadêmica da Unifesspa, cuja participação será obrigatória aos discentes concluintes em defesa pública dos TCCs, com bancas examinadoras aprovadas pelo Conselho da FACSAT. Em outras palavras, salvo casos excepcionais decididos pelo Conselho da Faculdade, todas as defesas públicas acontecerão no momento do Seminário de Conclusão de Curso.

Na semana do Seminário de Conclusão de Curso, os discentes de todas as turmas são estimulados a assistir às defesas de seus colegas graduandos e às arguições dos docentes nas bancas examinadoras. Esse é um evento que envolve toda a comunidade – docentes, discentes e técnicos administrativos – e é importante por fazer com que os discentes mais novos na instituição se familiarizem desde cedo com a defesa pública no que diz respeito aos procedimentos desse ritual acadêmico e com os diálogos críticos no processo de argumentação e contra argumentação imanentes a ele. Algo importante para que os discentes não se intimidem com um procedimento que apenas lhes assusta porque é pouco conhecido.

5.5 Atividades Complementares

As atividades complementares estão presente no PPC e são aquelas que ultrapassam a estrutura básica das disciplinas contempladas no perfil de formação e possuem relevância para a formação profissional. A experiência extracurricular é essencial para que a formação do discente se amplie de forma interdisciplinar e lhe proporcione itinerários formativos diversos.

As atividades complementares poderão ser realizadas em atividades acadêmicas ofertada pelos diversos institutos da Universidade ou Instituições que possuam caráter acadêmico ou que se caracterizem como campo de estudo de nosso curso na forma de seminário, palestras, minicursos, Wokshop e outros. Junto com formação livre as atividades complementares compõem os componentes curriculares para a diversificação de atuação profissional de nossos egressos.

As atividades que serão contabilizadas para a totalização da carga horária de 140 horas exigidas para este componente curricular estão elencadas em resolução específica. Os casos não contemplados nessa resolução serão deliberados nas reuniões do Conselho da Faculdade. Os documentos que certifiquem a participação nas atividades complementares devem ser disponibilizados pelo discente à secretaria da Faculdade.

A FACSAT estimula prioritariamente que o discente busque atividades fora de sala de aula e externos à universidade. Porém, o discente que tenha dificuldades para fazê-lo poderá preencher sua carga horária de atividades complementares dentro da sala de aula, através de matrícula, frequência e avaliação em disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre para além das quatro disciplinas optativas já previstas no desenho curricular. A carga horária dessas disciplinas extras, frequentadas pelo discente e avaliadas pelos docentes, será devidamente contabilizada como atividade complementar.

5.6 Políticas Institucionais no âmbito do Curso

As políticas institucionais do Bacharelado em Ciências Sociais articulam-se com o PDI (2020-2024) da Unifesspa, o qual postula que:

A missão, visão, valores e os princípios da Unifesspa representam sua identidade institucional, elementos que, articulados, facilitam e promovem a convergência dos esforços humanos, materiais, tecnológicos e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores, que regem e inspiram a conduta e os rumos desta IES na direção do cumprimento do que está pactuado neste Plano, no seu Estatuto e nos demais documentos institucionais chancelados pelas instâncias deliberativas. (PDI, 2020-2024, p. 50).

Como derivação dessa declaração, tem-se dentre os muitos preceitos objetivados, a busca da excelência no ensino, na pesquisa e na extensão no intuito de se articular ao processo de desenvolvimento local e regional, expandindo assim sua oferta de curso de graduação, pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, através de educação continuada com responsabilidade social, num constante processo de atualização curricular a fim de dar conta das mudanças existentes na região que incidem sobre a educação como um todo, valorizando a formação integral do discente.

Sob esta ótica, destaca-se no ensino uma formação para cidadania privilegiando a transdisciplinaridade em seu bojo e a democratização do ensino pensando no compromisso com a região; valorizando princípios éticos e morais necessários à formação e profissionalização do discente. Há o incentivo à qualificação e à capacitação do corpo docente através da concessão de licenças para pós-graduação.

Nesse sentido, busca-se integrar a graduação nos três eixos: ensino, pesquisa e extensão visando à formação sólida tanto para que o aluno egresso acesse o mercado de trabalho em condições favoráveis, quanto para a continuação de sua formação ao nível da pós-graduação. Nesse contexto, as atividades de iniciação científica buscam preparar os discentes para a pesquisa desenvolvendo habilidades e competências voltadas para a produção de conhecimento científico, através de políticas institucionais como projetos e programas que visem melhorias para a região e contribuam na formação do sujeito/discente como cidadão.

O desenvolvimento de projetos e programas de extensão é também fundamental na formação do discente, visto que trazem demandas da região que devem ser discutidas e planejadas em cooparticipação com a comunidade local. Para tanto, o curso de Ciências Sociais busca disseminar o conhecimento profissional e o aprendizado de forma crítica e reflexiva por meio de um processo de ensino e aprendizagem pautado nos debates teórico-metodológicos que qualificam o curso, através de pesquisas associadas aos agentes locais e ações extensionistas que promovam o fortalecimento de sujeitos coletivos específicos e da sociedade civil local em geral. Essas dimensões estão presentes no desenho curricular do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, o qual está voltado para a formação de indivíduos comprometidos e aptos a atuar nas diferentes e diversas realidades da Amazônia.

Com base nessas políticas, o curso de bacharelado em Ciências Sociais faz um apanhado de suas ações e vem desenvolvendo vários programas, projetos e ações que constroem interdisciplinaridade entre sujeitos/professores e discentes no ensino, na extensão e na pesquisa.

O Curso de bacharelado em Ciências Sociais da Unifesspa é oferecido na modalidade presencial tendo em seu quadro dez docentes, sendo nove doutores

e um mestre, os quais são os responsáveis por dar efetividade a essas políticas institucionais.

5.6.1 Política de Ensino

O curso de bacharelado em Ciências Sociais, em acordo com a Política de Ensino da Unifesspa, expressa a partir de seu PDI (2020-2024), compromete-se com a oferta do ensino público, gratuito e de excelência. O ensino ofertado a partir do curso está baseado na construção do conhecimento científico, levando em conta as vivências e experiências de aprendizagem e produção de conhecimento de seus discentes. Entendendo que os docentes também precisam reconhecer e dialogar com os conhecimentos produzidos pelos discentes, sobretudo aqueles originários de povos e comunidades tradicionais, compreende-se que as realidades dos discentes, no meio urbano ou no rural, são importantes ferramentas para a reflexão sobre os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais nas regiões Sul e Sudeste do Pará.

Para tanto, as unidades curriculares do curso de bacharelado em Ciências Sociais são formadas por horas de atividades teóricas e práticas, que permitem aos discentes a imersão nas diversas realidades locais em que estão inseridos, com capacidade de problematizá-las, pesquisá-las a fim de produzir conhecimentos que corroborem em possíveis soluções dos problemas levantados e inspirem aos sujeitos competentes planejar ações de transformação dessas realidades. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, portanto, uma das diretrizes seguidas no curso de bacharelado em Ciências Sociais.

Outra importante ação desenvolvida por discentes e docentes do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, a partir da política de ensino, é a monitoria. A monitoria é uma atividade de caráter didático-pedagógica, desenvolvida pelos discentes e supervisionada pelos docentes, sendo importante ferramenta para contribuir com a formação acadêmica do estudante.

Na Unifesspa existem dois programas institucionais de monitoria, para os quais os docentes do curso submetem constantemente propostas aos editais, sendo o de monitoria geral, vinculado ao acompanhamento do docente em sala de aula, e o de monitoria com prática de laboratório, que visa auxiliar o docente

nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito dos laboratórios de curso, como o LAPEX, por exemplo.

Há que se registrar que as ações de inclusão relacionadas à política de ensino no curso de Bacharelado em Ciências Sociais também são pautadas nas reuniões de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE).

5.6.2 Política de Pesquisa

Nossa política de pesquisa está indissociavelmente ligada ao ensino e à extensão, enquanto bases estruturais do fazer acadêmico. Nesse sentido, objetivamos o estímulo permanente à participação discente em iniciação científica, projetos e/ou programas de pesquisa e extensão, eventos científicos, publicação de artigos. Esse estímulo deve ser consequência do próprio engajamento de nossos educadores com a prática da pesquisa em sintonia com suas atividades de ensino e extensão, de forma que juntas se complementem.

Na dimensão da formação dos discentes-pesquisadores nos primeiros anos do curso, temos um conjunto de disciplinas pensadas para que possamos oferecer aos discentes instrumentos adequados para iniciação no trabalho de produção científica. Para esta finalidade, articulada com a política de ensino, lançamos mão de sete disciplinas: Leitura e produção textual em Ciências Sociais; Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais (I, II, III e IV); Laboratórios de pesquisa (I e II), que destacamos resumidamente a seguir.

A disciplina Leitura e produção textual em Ciências Sociais tem como objetivo primordial a introdução a teorias e conceitos utilizados pelos Cientistas Sociais e às regras de redação científica, como também a aquisição, por parte do discente, de ferramentas analíticas que permitam uma compreensão crítica dos textos trabalhados, através de um aproveitamento cada vez maior dos conteúdos.

Métodos e Técnicas de Pesquisa são ofertados aos discentes do Bacharelado em Ciências Sociais através de quatro componentes curriculares especialmente voltados para o domínio dos métodos científicos de nossa área e para o cultivo de técnicas específicas de pesquisa. As disciplinas que abrangem métodos e técnicas qualitativas, por um lado, e quantitativas, por outro (cf.

ementário em Anexo).

Quanto à pesquisa nas Ciências Sociais, nosso objetivo é o de que o discente esteja apto a elaborar projetos de pesquisas e domine instrumentos de coleta e análise de dados, qualitativos e quantitativos, mais usuais em nossa área, como: a observação participante; a pesquisa documental e a bibliográfica; grupos focais; entrevistas estruturadas e semiestruturadas; história oral e de vida; formulários; questionários; *softwares* (estatísticos; elaboração de mapas; elaboração de gráficos; tratamento de imagens; edição gráfica; transcrição de entrevista).

As discussões de método acompanham passo a passo as disciplinas estritamente teóricas (Teorias sociológica, antropológica e política I, II, III e IV). Teorias e métodos formam um conjunto inseparável. Nas disciplinas de método e técnicas de pesquisa (I, II, III e IV), nossa preocupação é a de oferecer aos discentes os instrumentos necessários para suas práticas de pesquisa, para formularem problematizações dos fenômenos sociais a partir de fundamentos teóricos consistentes, e assim também poderem organizar a coleta de materiais empíricos do modo mais adequado a essas problematizações.

No Laboratório de Pesquisa, na medida em que os discentes se familiarizam com as teorias sociológicas, antropológicas e políticas ao mesmo tempo que as disciplinas de métodos e técnicas transformam as teorias em instrumentos de problematização científica da realidade social, criam-se as condições para a iniciação dos discentes em práticas de pesquisa e extensão efetivas, sob a orientação de nossos docentes-pesquisadores. Para isso, elaboramos as disciplinas Laboratório de Pesquisa I e II, cujo objetivo está em dinamizar e dominar o fazer pesquisa e extensão, onde o discente vivencia o processo de construção da pesquisa (revisão bibliográfica, coleta do material empírico, sistematização e análise dos dados, e produção de relatórios de pesquisa).

A partir da segunda metade do curso, nossas disciplinas metodológicas voltam-se à orientação do aluno para realização do Trabalho de Conclusão de Curso, através das disciplinas de Diálogos de pesquisa I e II e TCC I e II.

Os Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais se dividem em duas disciplinas, Diálogos I e II. A disciplina Diálogos I tem como objetivo e elemento central de avaliação a produção de um Projeto de pesquisa, ponto de partida

para a disciplina Diálogos II. Na disciplina Diálogos II o objetivo central estaria em trabalhar em conjunto com o discente e seu orientador.

Nos Diálogos de Pesquisa, a experiência acumulada ao longo dos anos nos permite formular estratégias especificamente destinadas para um problema comum: o de nos mantermos próximos aos discentes para que eles ao se apropriarem das realidades pesquisadas não se afastem do universo acadêmico, o que nos permite acompanhar o discente desde os primeiros *insights* até a redação final do TCC.

Para além das disciplinas curriculares, o curso dispõe ainda de uma série de mecanismos institucionais metodológicos de incentivo à prática da pesquisa entre os discentes. Entre esses mecanismos – como veremos mais à frente –, destacamos os Seminários de Integração e de Conclusão de Curso, o LAPEX, os trabalhos de campo, as Linhas de pesquisa e grupos de pesquisa.

5.6.2.1 Grupos, Linhas e Núcleos de Pesquisa

Para o desenvolvimento de atividades de pesquisa os docentes do curso de bacharelado em Ciências Sociais organizam trabalhos e projetos de pesquisa a partir de Grupos de Estudo, Grupos e linhas de Pesquisa nas três áreas de saberes: Ciência Política, Sociologia e Antropologia, nos quais se reúnem periodicamente com discentes do curso para compartilhar e debater temas, interesses, atividades e resultados de pesquisas. Importa notar, ainda, que os discentes, para a realização dessas atividades, têm acesso ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPIT).

Os discentes são igualmente estimulados a elaborar projetos de pesquisa na busca de financiamento externo através de agências de fomento, como é o caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará (FAPESPA). A participação dos discentes em eventos científicos pode ser contabilizada para a composição da carga horária das Atividades Complementares.

Um aspecto importante da política de pesquisa é que seus editais contemplam a inclusão e as Ações Afirmativas, integrando estudantes indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Em outra frente, tematiza problemas relacionados aos grupos etnicamente diferenciados da sociedade brasileira com

a transversalidade de temas relacionado aos direitos humanos e às questões ambientais. Em outras palavras, ela se articula com as demais políticas do curso: ensino, extensão e inclusão.

A seguir apresentamos as linhas de pesquisa do corpo docente do curso de bacharelado em Ciências Sociais. Ressaltamos que nelas integramos alguns docentes de outras faculdades e outras universidades com os quais temos parcerias e afinidades de pesquisa.

Partidos Políticos, Eleições, Comunicação e Mídia

A linha de pesquisa possui três grandes eixos entrelaçados nas discussões sobre a política brasileira em consonância com o Grupo de Estudo dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará (GESESULDESPA/Unifesspa): filiação, candidaturas, eleições; partidos, Instituições políticas, participação e representação, políticas públicas, democracia, processo decisório e desempenho eleitoral, políticas públicas na área rural e urbana. Quando falamos de partidos políticos analisamos seu sistema organizacional e seus atores sociais tratando do programa a atuação legislativa e outros. Em se tratando da questão eleitoral, o estudo parte do comportamento político, ações dos atores participantes e os resultados eleitorais. Por fim, discutir sobre as ferramentas de comunicação e mídia que envolve a opinião pública e os reflexos nos partidos e nas eleições, municipais, estaduais e federal.

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT); Gabriela Silva - Diretora da Escola do Legislativo de Marabá (ELMAR/Marabá-PA).

Grupo de Estudos dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará - GESESULDESPA (2008) O grupo tem o objetivo de estudar o sistema partidário e eleitoral da região Sudeste e Sul do Pará, possuindo pesquisadores do nível superior, médio e alunos do curso de Ciências Sociais em diversos nível de formação: Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado, Especialização graduação (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/14816).

Docente: Marilza Sales Costa (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT); Gabriela Silva - Diretora da Escola do Legislativo de Marabá (ELMAR/Marabá-

PA).

Violência, Criminalidade e Segurança Pública

Esta linha de pesquisa analisa três eixos de grande discussão na sociedade brasileira “Violência, Criminalidade e Segurança Pública”, campo e cidade em consonância com o Grupo de Pesquisa sobre Violência - GESA (Unifesspa/2016) e parcerias com o Centro de Referência em Estudos e Pesquisa sobre a História e Memória da região Sul e Sudeste do Para (Unifesspa), o Núcleo de Estudo da Violência, o Observatório da Violência e o Laboratório de Paisagens, Patrimônio e Território (Lab2PT) Universidade do Minho. As altas taxas de homicídios, infanticídios, violência contra a mulher, roubos, furtos, agressões e outros expressam o acentuado aumento da criminalidade brasileira, resultando numa crescente demanda por segurança pública de cunho preventivo que vise questões relativas à exclusão e desigualdades sociais. Há um perceptivo aumento da insegurança e do crescimento da violência nas últimas décadas, principalmente, em regiões urbanas de cidades de médio porte. Nesse contexto, as ações judiciais também passam a fazer parte dessa análise como complemento de indicativo dos resultados de estudo sobre a problemática. Assim, analisando as origens e consequências. Temas sobre a democracia, o Estado, a cidadania, representações sociais, institucionais que tratam sobre a ocorrência da violência; o sistema de justiça incluindo a polícia e outras formas alternativas de controle social.

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT), Letícia Souto Pantoja (FACED). Gabriela Silva - Diretora da Escola do Legislativo de Marabá (ELMAR/Marabá-PA).

Grupo de Pesquisa sobre Violência - GESA (2016)

Na área da Sociologia, o Grupo de Pesquisa sobre Violência - GESA (2016) trabalha com três grandes eixos: Políticas Públicas - Segurança Pública - Violência, Segurança, Qualidade e Confiabilidade. Conta com instituições parceiras como o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA), o Fórum da Comarca de Marabá (PA) e o Centro de Referência em estudos e pesquisas da

História e Memória da região Sul e Sudeste do Pará (CRHM/ Unifesspa), em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, e com a participação de pesquisadores doutores, mestres, especialistas e graduados. Também desenvolvendo projetos, artigos, apresentações em seminários, encontros, Colóquios e outros eventos, nacionais e internacionais (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/214463).

Docente: Marilza Sales Costa (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT), Letícia Souto Pantoja (FACED). Gabriela Silva - Diretora da Escola do Legislativo de Marabá (ELMAR/Marabá-PA).

Núcleo de Estudo da Violência (NEV)

Além de grupo de pesquisa sobre Violência (GESA), o Núcleo de Estudo da Violência também desenvolve pesquisa através do convênio realizado no ano de 2018 com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA), Fórum da Comarca de Marabá(PA) com parceira do Centro de Referência em estudos e pesquisas da História e Memória da região Sul e Sudeste do Pará (CRHM/ Unifesspa) e o Grupo de pesquisa Kairós de estudos interdisciplinares em História, Sociedade e Educação (FACED/Unifesspa). Desenvolvendo atividades diversas: Artigos, publicação e capítulos de livros, participação em simpósios, encontros, seminários e demais atividades em âmbito nacional e internacional (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/304964)

Docente: Marilza Sales Costa (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT), Letícia Souto Pantoja (FACED). Gabriela Silva - Diretora da Escola do Legislativo de Marabá (ELMAR/Marabá-PA).

Políticas Públicas e Educação

Esta linha de pesquisa visa ao estudo de Políticas Públicas no Brasil, focando-se na Educação em diferentes níveis de ensino: educação básica (fundamental, Médio e EJA), superior, profissional, tecnológica e a distância

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT), Raimundo Wanderley Padilha (FACSAT); Yoni Alves dos Santos Guimarães, Lineide Rodrigues Justino da Silva, Gercina Rodrigues da Cruz (SEDUC/PA).

Grupo de Pesquisa sobre as Políticas Públicas e Educação

Nesse contexto, este grupo analisa os conflitos e tensões que envolvem a formulação das políticas sociogovernamentais, a gestão democrática na escola, currículo, avaliação institucional, regulação e reorganização desse espaço que possui diversidades de gênero, étnico-raciais e geracionais. Analisa ainda os aspectos afetivos, sociais, cognitivos em relação à prática pedagógica e o processo de aprendizagem no cotidiano escolar e na realidade social, campo/cidade.

Docente: Marilza Sales Costa (FACSAT)), Cloves Barbosa (FACSAT), Raimundo Wanderley Padilha (FACSAT); Yoni Alves dos Santos Guimarães, Lineide Rodrigues Justino da Silva, Gercina Rodrigues da Cruz (SEDUC/PA).

Mundo Rural, Meio Ambiente e Conflitos Sociais

Esta linha de pesquisa tem o propósito de investigar aspectos teórico-metodológicos, epistemológicos e experiências empíricas relacionados ao mundo rural, suas configurações, formas de trabalho, sociabilidades, modos de vida, relação homem-natureza, conflitos, resistências, gêneros, reprodução de sujeitos sociais, memória social, ações coletivas e criação de unidades de conservação, políticas públicas para o campo e reforma agrária. Estudos teórico-metodológicos contemporâneos têm refletido sobre as novas configurações do espaço rural em interação com o mundo urbano, emergência de novos atores sociais e criação de novos territórios, resultado das mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais que o planeta vivencia e que promovem transformações profundas nas formas de relações sociais e, também, na paisagem rural. A linha se volta para estudos sobre o contexto do sul e sudeste paraense, cuja história é marcada por conflitos, violências e resistências, com abordagens disciplinares e interdisciplinares, em interação com contextos globais.

Docentes: Edma Moreira da Silva (FACSAT), André Augusto Inoue Oda (FACSAT) e Simone Cristina Contento Padilha (FACSAT)

Relações Étnicos Raciais, Gênero, Racismos E Diversidade na Contemporaneidade

Esta linha de pesquisa se propõe a problematizar os processos socioculturais e econômicos de mulheres; LGBTQIAPN+; indígenas e afrodescendentes – com especial atenção para as relações raciais, as formas de violência simbólica, os racismos, os sexismos, as normas sociais e as relações de poder inseridas no corpo, a formação de diferentes identidades étnicas e de gênero no Sul e Sudeste do Pará. O Grupo de Pesquisa Relações Étnicas Raciais, Gênero, Racismos e Diversidade na contemporaneidade está vinculado a esta linha.

Docente: André Oda (FACSAT)

Estado, Trabalho, Sindicalismo e Sociedade no Sudeste Paraense

Esta linha tem por objetivo debater os efeitos regionais dos grandes projetos de exploração mineral no sudeste paraense, cujo suporte fundamental se constitui pelas políticas de Estado. Bastante complexas, as discussões propostas exigem um exercício multidisciplinar, o que supõe abordar os efeitos econômicos, sociais e políticos sobre as populações atingidas nos aspectos rural e urbano. Propõe-se também refletir sobre as diferentes modalidades de trabalho subsumidas ao capital, suas formas de organização e lutas que esses projetos ensejam. A esta linha está vinculado o Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Sindicalismo e Sociedade no Sudeste paraense

Docentes: Cloves Barbosa (FACSAT), Wanderley Padilha (FACSAT) e Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT)

Frações Capitalistas, Elites Regionais e Relações de Poder

Nesta linha de pesquisa estão contidos trabalhos que versam sobre a consolidação de frações dominantes de poder na região, vinculadas ao grande capital ou às elites tradicionais. São considerados relevantes ainda, observar diferentes mecanismos de recrutamento, formação e reprodução dessas frações e elites, nos diversos campos sociais- político, econômico, cultural, acadêmico, jurídico, midiático, etc, bem como, o estudo dos conflitos intra-fração hegemônica de poder e com as classes contra-hegemônicas, no sentido de apreensão das estratégias de poder diante desses conflitos. A esta linha está vinculado o Grupo

de Pesquisa Frações Capitalistas, Elites Regionais e Relações de Poder.

Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (FECAMPO), Edma do Socorro Moreira (FACSAT) e Simone Contente (FACSAT).

Pensamento Social Amazônico nos Séculos XX e XXI

Nesta linha de pesquisa, são contemplados os diversos autores – brasileiros e estrangeiros (brasilianistas e latino- americanistas), das Ciências Sociais e de outras áreas do conhecimento – que, ao longo dos séculos XX e XXI, produziram e ainda produzem explicações acerca das questões sociais e políticas da Amazônia e que, portanto, norteiam e condicionam os debates em nossa área. Além do interesse nos diferentes referenciais teóricos que balizam os diálogos entre pesquisadores, nessa linha de pesquisa busca-se também compreender também os efeitos culturais dessas diversas produções intelectuais, tanto na formação de uma imaginação social sobre a Amazônia, quanto na constituição de diferentes identidades amazônicas e nas múltiplas apropriações e ressignificações dessas identidades no Norte brasileiro. O Grupo de Pesquisa Pensamento Social Amazônico nos Séculos XX e XXI está vinculado a esta linha de pesquisa.

Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (FECAMPO), Edma do Socorro Moreira (FACSAT) Simone Contente (FACSAT)

Mudança Social no Sudeste Paraense

O grupo emerge a partir de pesquisas de professores e discentes em diálogo com atores sociais da região que, a partir do primeiro Iº Seminário - Amazônia: Interações entre o global e o local, realizado em 2009, debateu temas sobre mudança social no sudeste paraense. Temos como perspectiva abordagens críticas que, de forma dialética e plural, investigam fenômenos que contribuem para a compreensão e ação frente aos problemas políticos, culturais e socioambientais da região que, no geral, resultam de impactos causados pela atividade agropecuária, madeireira e da grande mineração, que atuam na região

apoiados por um modelo de desenvolvimentista do Estado, que tem intensificado a exclusão social, as desigualdades, conflitos e destruição da natureza. É nesse contexto que camponeses, comunidades tradicionais, povos indígenas e diversos grupos sociais têm construído formas alternativas de solidariedades e resistências contra a destruição de seus territórios, o que evidencia a característica de fronteira nessa região, tornando importante laboratório de pesquisa e extensão sobre as mudanças sociais em curso.. Integram o GEPEMSSP os docentes. Edma Silva Moreira, Simone Contente, Raimundo Wanderley Padilha, Cloves Barbosa, além de discentes da graduação e da pós-graduação. O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP) está vinculado a esta linha de pesquisa.

Docentes: Edma Silva Moreira, Simone Contente, Raimundo Wanderley Padilha, Cloves Barbosa, além de discentes da graduação e da pós-graduação.

Elites Regionais, Campos Sociais e Relações de Poder

Nesta linha de pesquisa estão contidos trabalhos que versam sobre os diferentes mecanismos de recrutamento, formação e reprodução de elites nos diversos campos sociais – político, econômico, cultural, acadêmico, jurídico, midiático, etc. – das regiões Norte e Nordeste. São consideradas relevantes as trajetórias dos diferentes agentes sociais da região, bem como suas estratégias de conservação e de subversão do campo, isto é, das regras de distribuição do capital específico dentro de um determinado campo. As pesquisas nessa linha buscam responder como estão configurados historicamente os conflitos entre as frações de elite hegemônicas e contra-hegemônicas de cada campo, como são acionados diferentes capitais específicos – nacionais e internacionais – nas estratégias dos representantes dessas elites. O Grupo de Pesquisa Elites Regionais, Campos Sociais e Relações de Poder está vinculado a esta linha de pesquisa.

Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (FECAMPO), Edma do Socorro Moreira (FACSAT) e Simone Contente (FACSAT).

Xamanismos, Religiões, Epistemologias Ecológicas e Saúde

Esta linha de pesquisa estuda as relações contínuas entre xamanismos, religiões e espiritualidades, como as relacionadas à saúde/doença, misticismo ecológico, percepção sagrada do ambiente e relações de gênero no Sudeste do Pará. Esta linha de pesquisa também tem entre seus objetivos mapear as religiões Ayahuasqueiras quase que inexistentes nas pesquisas nesta região. Busca-se ainda problematizar temas envolvendo as seguintes questões: diversidade religiosa e espaço público escolar, nova consciência religiosa, tradução e reinterpretação entre o que se convencionou denominar como Novos Xamanismos, os estudos com as religiões de matriz africanas, portanto afroamarabenses, assim como as influências dessas matrizes culturais na configuração religiosa que se manifesta na região. A esta linha de pesquisa está vinculado o Grupo Xamanismos, Religiões, Epistemologias Ecológicas e Saúde.

Docentes: Gisela Macambira Villacorta (FACSAT), Ivan Cardoso Lima (UNILAB/CE)

Núcleo de Estudos Xamanísticos na Amazônia (NEOXAMAM)

Questões ambientais vêm se tornando cada vez mais o foco de problematizações nos estudos sobre xamanismos. Neste universo estão curadoras(es) e lideranças espirituais que constroem suas relações com o ambiente de forma não dualista. Neste sentido, este núcleo busca um diálogo com os protagonistas dos mais diversos contextos dos chamados Novos Xamanismos. O objetivo é também fazer uma aproximação das experiências presentes na Amazônia paraense e em outras regiões do Brasil. O núcleo tem realizado pesquisas prioritariamente na região sudeste e Nordeste do Pará.

Para os diálogos com essas formas de conhecimentos teremos como referenciais teóricos o "Paradigma Ecológico" de Tim Ingold, "Epistemologias Ecológicas" de Carvalho Steil e "Percepção Sagrada do Ambiente" de Gustavo Ruiz Chieza. Desta forma, a perspectiva de uma epistemologia não dualista tem permeado as discussões das pesquisas, nos fazendo repensar as epistemologias dualistas ocidentais que operam a partir da oposição entre natureza e cultura, e não do fluxo contínuo entre elas. Atualmente o núcleo é composto por pesquisadoras(es) da graduação (Unifesspa), pós-graduação

(UFPA) e um docente da UNILAB/Ceará.
(dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2970072849496867)

Etnologia Indígena

A linha de pesquisa em etnologia indígena abrange temas relacionados às populações indígenas que vivem nas terras baixas da América do Sul, com ênfase nos povos do Sul e Sudeste do Pará. Agrega pesquisas etnográficas e de caráter comparativo sobre temas clássicos tais como a organização social e política, regimes de conhecimento, relações entre natureza e cultura, cosmologia, rituais, mitologia, parentesco, gênero e xamanismo. A história dos povos indígenas e suas relações com a história de grupos não-indígenas também constitui tema de interesse. Além desses tópicos, esta linha de pesquisa procura desenvolver e incorporar trabalhos que tratam dos trânsitos e traduções indígenas, que emergem das relações estabelecidas com o Estado e outros atores no contexto da implantação de políticas públicas, culturais ou de desenvolvimento, como é o caso da educação diferenciada, do atendimento à saúde, dos processos de patrimonialização e os que envolvem territorialidades e meio ambiente. O campo do indigenismo e das políticas indígenas também é abarcado, a partir da atenção aos movimentos indígenas e às questões políticas e jurídicas que afetam os grupos indígenas. A linha de pesquisa procura articular áreas como antropologia, história, ecologia e linguística na abordagem dos contextos interétnicos, históricos e ambientais dos povos indígenas. O Grupo de Pesquisa Etnologia Indígena está vinculado a esta linha de pesquisa.

Docentes: Fabiano Campelo Bechelany (FACSAT), Valéria Moreira Coelho de Melo (FAHIS), Luiza Nazaré Mastop de Lima (FACSAT).

5.6.3 Política de Extensão

Considerando a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, a política de extensão do curso de bacharelado em Ciências Sociais está associada às políticas de ensino, de pesquisa e de inclusão social como forma de possibilitar uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A partir da relação com o ensino e com a pesquisa

são propostas ações extensionistas à sociedade de uma maneira geral, assim como às comunidades urbanas e rurais locais e regionais com as quais deverá discutir e planejar o atendimento destas demandas, pois através das atividades de extensão o discente amplia sua formação ao desenvolver ações que permitam refletir sobre questões e construir uma formação compromissada com a sociedade.

Desta forma, com o intuito de possibilitar que a extensão faça parte da vida acadêmica do curso será assegurado, em consonância com a Política de Extensão da Unifesspa expressa em seu PDI (2020-2024), no mínimo, 10% da carga horária total do curso para realização de atividades extensionistas, podendo essa carga horária ser ofertada a partir de minicursos, oficinas, visitas orientadas, palestras, seminários, elaboração de material de apoio didático (textos, cartilhas, vídeos, exposições etc.), elaboração de projetos e programas de extensão, respondendo a editais internos e externos à Unifesspa (PROEX, CNPq etc.), entre outras atividades ou eventos.

Essas atividades são realizadas ao longo dos períodos letivos tanto na carga horária prática das atividades curriculares como na realização de atividades complementares (seminários, fóruns, cursos, projetos, entre outros, promovidos pela FACSAT podendo assim gerar produtos que fortaleçam as ações extensionistas e a política de inclusão social do curso.

Dentro da política de extensão do curso de bacharelado em Ciências Sociais, inclui-se nossa aproximação aos movimentos sociais, aos grupos de ativismo em direitos humanos, sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade, instituições do poder público e da sociedade civil. Nesse sentido, as ações do LAPEX (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais), já descritas em item anterior, ocupam posição privilegiada para o desenvolvimento da extensão de forma conjugada à pesquisa e ao ensino.

As ações de extensão estão ligadas também à pesquisa, na medida em que as ações extensionistas devem, necessariamente, estar acompanhadas de instrumentos de diagnóstico e monitoramento, bem como aqueles necessários para uma análise apropriada de seus resultados. Nesse sentido, lembramos que – apenas contando a carga horária de disciplinas previstas na matriz curricular, sem contar as horas de Atividades Complementares – 578 horas de nossas

atividades curriculares (18% da carga horária total do curso) estão destinadas à prática em pesquisa e extensão.

As ações de extensão da Unifesspa articulam-se à Política Nacional de Extensão, especialmente nas linhas temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão, a saber: “Cultura, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Saúde, Comunicação e Trabalho.” (Unifesspa, PDI 2020-2024, p. 90)

[...] [A] Extensão Universitária da Unifesspa é concebida no âmbito de uma política cultural universitária abrangente, e que envolve a construção democrática da universidade, a expansão do ensino superior em permanente processo de interlocução com sua região de abrangência. Nestes termos, a política cultural se assenta na proposta de construir uma universidade que seja um espaço de formação intercultural, de promoção da pluralidade cultural e epistemológica e de combate às desigualdades sociais (Unifesspa, PDI 2020-2024, p. 90)

A participação dos discentes em atividades de extensão coordenadas por docentes, técnicos e mesmo pelos próprios discentes, resulta em carga horária reconhecida na estrutura curricular, podendo resultar em até 40 horas registradas na forma de Atividades Complementares.

Por fim, a política de extensão no curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá ser implementada através da submissão de projetos aprovados em editais; incentivo à participação dos discentes em projetos de extensão universitária; participação na organização de cursos, eventos técnicos, científicos ou culturais; apoio a programas e projetos de extensão e de arte-cultura-educação; apoio à realização de eventos culturais e acadêmicos; apoio às ações que visem à democratização do acesso ao ensino superior e incentivo à organização de projetos, participação em atividades comunitárias com estruturação de escritórios de assessoria sociocultural.

Os docentes e discentes respondem aos editais internos da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), e editais externos que fomentem as atividades de extensão através da concessão de bolsas. Com essa atuação na extensão, os projetos desenvolvidos por docentes e discentes do curso de bacharelado em Ciências Sociais alcançam também os alunos do Ensino Básico com bolsas que aproximam a universidade pública dos alunos e alunas do ensino médio.

5.6.4 Política de inclusão social e Apoio ao discente

Os estudantes de Ciências Sociais são oriundos, em sua grande maioria de outros lugares, demonstrando intenso processo migratório e diversidade sociocultural que caracterizam nosso corpo discente. São predominantemente provenientes da escola pública, prioritamente em uma faixa etária jovem o que requer da Unifesspa uma política permanente de assistência e integração estudantil, de modo a oferecer apoio contínuo, aspirando superar os efeitos das desigualdades de condições socioeconômicas entre os discentes da Universidade e, assim, evitar ao máximo que essas disparidades se aprofundem e impactem de forma negativa o desempenho acadêmico.

Além disso, os discentes do curso de bacharelado em Ciências Sociais apresentam diferenças quanto às suas pertencas socioculturais e às suas especificidades de aprendizagem. No curso, temos discentes indígenas, quilombolas, PcD e de vários gêneros que compõem a diversidade na universidade e que, assim como os demais discentes, também são alvo da política de inclusão social da Unifesspa e do curso.

A educação inclusiva é uma diretriz seguida pelo curso, tal como consta no PDI da Unifesspa, sendo que ela é pensada e organizada a partir do diálogo com dois núcleos e um departamento na universidade: o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA), o Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (NUADE) e o Departamento de Apoio Psicossociopedagógico (Dapsi). Essa diretriz é trabalhada no curso de Bacharelado em Ciências Sociais tanto a partir de discentes com deficiência, quanto de discentes pertencentes a povos indígenas e comunidades quilombolas, além da inclusão referente à diversidade de gêneros.

O NAIA trabalha a educação inclusiva de discentes com deficiência, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação. De acordo com o PDI da Unifesspa, a partir do NAIA a inclusão é feita através da acessibilidade de materiais didáticos, tradução e interpretação de LIBRAS, audiodescrição, materiais em braile, ampliados, em relevo 3D, serviços de orientação e mobilidade nas dependências da Unifesspa, uso de tecnologias

assistivas e formação neste tema para todos os servidores e discentes da universidade. Além disso, no âmbito da inclusão a pessoas com deficiência, a Unifesspa também oferece o “Programa de Apoiadores a discentes com deficiência em ações de acessibilidade e inclusão”, mais uma importante ferramenta que é acessada pelo curso de Bacharelado em Ciências Sociais, quando necessário.

A inclusão também é pensada para discentes pertencentes a povos indígenas e comunidades quilombolas que ingressam na universidade a partir de Ações Afirmativas. É importante ressaltar que a implementação das Ações Afirmativas na Unifesspa são fruto de um processo histórico de luta tanto dos povos indígenas quanto dos quilombolas por garantia e conquista de direitos.

Os povos indígenas na mesorregião do Sudeste paraense são: Amanayé; Akuáwa-Assurini do Trocará; Aikewara-Suruí; Xikrin do Catete; Tenetehara-Guajajara; Karajá; Mebêngôkre-Kayapó; Guarani-Mbya e Guarani-Ñandeva; Parkatêjê; Kyikatêjê; Akrãtikatêjê; Parakanã e Atikum e estão organizados em 27 aldeias, cujas línguas originárias são de tronco Tupi-Guarani e Jê (PPC/IFPARURAL/ 2012).

Quanto aos quilombolas, o Pará é o quarto estado em comunidades quilombolas (FCP, 2013). Além dessa diversidade, no território do sul e sudeste do Pará estão as mulheres quebradeiras de coco babaçu, que fazem parte do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), um movimento que organiza as mulheres quebradeiras de coco babaçu em uma luta de garantia pelos seus direitos a acessar esse bem comum.

No Brasil, as políticas afirmativas para grupos sociais historicamente marginalizados iniciaram no ano de 2000. Um dos avanços na implementação de uma política afirmativa, foi o estabelecimento de um sistema de cotas nas IES, inicialmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi a primeira universidade do país a criar um sistema de cotas em vestibulares para cursos de graduação.

Outras universidades aderiram ao sistema de cotas em seus processos seletivos, destinando reserva de vagas não só para negros, como também para quilombolas e indígenas – por meio de cotas raciais – e também para pessoas com deficiências e estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas – o que chamamos de cotas sociais.

No decorrer dos anos, cada IES vem definindo seus regulamentos quanto ao sistema de cotas, em que pese em 2012, a Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. E no seu art 3º :

Art. 3o Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

Em 2005, a UFPA definiu por cotas (50% das vagas ofertadas) para pessoas oriundas de escolas públicas, das quais 40% são destinadas aos negros. Em 2007 Sistema de cotas no Processo seletivo diferenciado para alunos oriundos do sistema público de ensino e negros – ingresso/vestibular. Em 2008 das 5.036 vagas ofertadas pela UFPA 4.494 foram preenchidas, 2.192 por estudantes cotistas e 2.302 por estudantes não cotistas.

Em 2009 a UFPA implementou o Programa de vagas reservadas para povos indígenas em todos os cursos de graduação da UFPA; em 2011, ela definiu duas vagas para quilombolas, em todos os cursos da UFPA.

Na Unifesspa, a Resolução nº 22 de 13 novembro de 2014 designou a reserva de vagas nos cursos de graduação às pessoas com deficiências, quilombolas e indígenas. A Resolução nº 97 de 2016 acrescentou e estabeleceu o argumento de inclusão regional:

Os parâmetros do SiSU que serão adotados na Unifesspa quanto ao percentual de vagas reservadas para cotistas, as notas mínimas exigidas, os pesos das provas no processo seletivo e cria o argumento de inclusão regional com o objetivo de estimular o acesso à Unifesspa pelos estudantes que residem nos municípios que integram as regiões de influência das cidades nas quais estão implantados os campi da Unifesspa, além de Imperatriz e Araguaína (Resolução 22 de nov. 2014).

Todas as iniciativas legais para garantir o ingresso de grupos

historicamente marginalizados são importantes para que as IES garantam a democratização do ensino superior, mas esses mecanismos de acesso são apenas um dos aspectos das Ações Afirmativas, pois há que se garantir a permanência dos discentes indígenas e quilombolas na universidade, assim como a conclusão dos cursos que os mesmos acessaram. Neste sentido, em 2016 foi criado o Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (NUADE), a partir do qual são implementadas políticas de atendimento aos estudantes por meio de formação e oficinas, mediação de conflitos e proposição de ações.

A política de inclusão do curso de Ciências Sociais (Bacharelado) é trabalhada sob a ótica da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão. Por isso, no campo do ensino, a inclusão social é discutida a partir de componentes curriculares como: Relações Étnico-Raciais (68h); Etnologia Indígena (68h); Estudos de Povos indígenas (68h); Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos (68h); Conflitos sociais: terra e território (68h); Tópicos Temáticos em Antropologia (68h); Religião e Sociedade (68h); Economia Política (68h); Teoria e pesquisa sobre violência (68h) e Sistemas partidários e eleitorais no Brasil (68h).

Estes componentes curriculares têm como tema principal problematizar sobre a diversidade sociocultural em seus aspectos políticos, particularmente seus conflitos culturais, econômicos. No âmbito da pesquisa, as questões sobre inclusão social são trabalhadas a partir das linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes do curso (Ver política de pesquisa); no âmbito da extensão, a partir de programas e projetos desenvolvidos pelos docentes do curso, que atendem a editais específicos, conforme explicamos a seguir.

Considerando esse contexto, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais recebe discentes indígenas e quilombolas e os docentes que atuam no curso procuram valorizar essa pertença no cotidiano das atividades acadêmicas, em sala de aula ou fora dela, apoiando esses discentes também através da submissão de propostas de projetos e programas a editais institucionais voltados para este público, como é o caso do Programa de Apoio ao Estudante Quilombola (PAEQUI), do Programa de Apoio ao Indígena (PAIND), e do Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI), todos vinculados à Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG).

Além disso, a coordenação do curso de Bacharelado em Ciências Sociais dá orientações aos discentes indígenas e quilombolas para acessar editais da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) destinados a apoiar a permanência desses estudantes na universidade, como é o caso do Programa de Apoio à Permanência, que abrange as modalidades permanência, moradia, transporte e creche.

O relatório anual de 2021 destaca as ações da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos estudantis tendo como uma de suas diretorias a de Assistência e Integração Estudantil - DAIE, fomentada na Resolução CONSEPE no 31/2015. Essa Diretoria tem como objetivo proporcionar ao discente o acesso e sua permanência na Universidade até a conclusão da graduação, assim promovendo a sua integração no ambiente acadêmico de forma inclusiva e crítica.

Tais ações estão em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto 7234/2010 de 19 de julho de 2010, que busca dar condições de permanência no ensino superior público, através da concessão de auxílio financeiro, a alunos que estejam dentro do contexto de vulnerabilidade social, fornecendo atendimento em diversas áreas, procurando diminuir o fosso existente que reforça as desigualdades, particularmente regionais, incidindo sobre as taxas de retenção e evasão e contribuindo para a inclusão social dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a concepção de Assistência Estudantil, no âmbito da Unifesspa, parte da visão da educação como direito e um compromisso na formação desse sujeito sendo orientada por marcos legais, as políticas ou programas governamentais e estando relacionada às políticas de inclusão e Ações Afirmativas. Partindo de uma compreensão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/ 9.394/96) e destacando o "Art. 3o: O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...".

Na estrutura organizacional da Universidade, a DAIE aglutina a Divisão de Assistência Estudantil (DIAE), no apoio à Permanência (PROAP), o Conecta Unifesspa, apoiando a Inclusão Digital e, ainda uma Coordenadoria de Integração Estudantil (CAEST), tratando da vivência estudantil, de ações afirmativas e ao gerenciamento do Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP), como registrado no Relatório Anual de atividades (2021),

Cabe ressaltar que existem políticas afirmativas de programas de bolsas de permanência (MEC) e, por intermédio da PROEX, especificamente através do Programa de Apoio e Permanência (PROAP), tem se dado o atendimento constante de discentes indígenas, quilombolas, além de outros sujeitos em situação de vulnerabilidade e de discriminação. São programas voltados para fortalecer a trajetória acadêmica desses discentes respeitando seus saberes e suas histórias de vida e na defesa de suas comunidades tradicionais, assim fazendo parte das demais comunidades existentes na mesorregião do sudeste paraense, onde localiza-se a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Ainda tratando de questões voltadas para a permanência dos estudantes e diminuição dos índices de evasão no curso, os discentes também podem acionar o Departamento de Apoio Psicossociopedagógico (DAPSI), criado em 2015, a partir do qual se oferece o Programa de Acompanhamento Psicológico Estudantil (PAPSE), que estabelece constante diálogo com a coordenação do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, quando algum discente está sendo atendido.

Além das ações e políticas citadas, o apoio ao discente na Unifesspa é efetivado também por meio de concessão de Bolsas: PROUNI – Programa Universidade para Todos, PIBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica. Há também estágios remunerados/ bolsas de emprego com convênios público e privado, fomento à publicação científica, incentivo à participação em atividades extracurriculares acadêmicas, bem como o fomento à participação em eventos científicos, culturais e/ou esportivos.

5.7 Laboratórios de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LAPEX)

O LAPEX é um programa permanente de ensino, pesquisa e extensão do Bacharelado em Ciências Sociais, uma concepção de longo prazo de formação de conhecimento conjuntamente entre discentes e docentes da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT).

Inserir-se como elemento eminentemente prático do processo de acumulação de conhecimento dos discentes e pesquisadores, visando ser espaço de articulação entre as disciplinas do curso com as políticas de pesquisa

e extensão da faculdade, através de atendimento diário a discentes e docentes do curso, proporcionando atividades integradoras e complementares à sala de aula a partir da demanda surgida, tais como: seminários, minicursos, oficinas, palestras, incentivo à participação de eventos acadêmicos, dentre outros.

Através dessas atividades buscamos proporcionar aos nossos discentes um espaço complementar de formação e apoio; aos nossos docentes um espaço de diálogo e construção integradora entre as várias disciplinas, pesquisas, linhas e grupos vinculados ao curso de bacharelado em Ciências Sociais e quiçá de outras faculdades e áreas, buscando integração interdisciplinar e articulada às questões regionais e sociais mais amplas.

Dessa forma, o LAPEX constitui-se como um eixo importante para que a política de pesquisa do curso de bacharelado em Ciências Sociais não se reduza à soma de pesquisas individuais de seus docentes e discentes, mas se torne geradora permanente de conhecimentos sobre a região. São objetivos do LAPEX: a) integrar os conteúdos pedagógicos do curso com a prática em pesquisa e extensão; b) preparar os futuros profissionais das Ciências Sociais para o trabalho em equipe e, eventualmente, dependendo da evolução do programa, para o trabalho interdisciplinar, ao lado de cientistas de outras formações acadêmicas.

As atividades do LAPEX serão realizadas na forma de disciplinas regulares obrigatórias, como elemento imprescindível da Formação Complementar do curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Planejadas com antecedência na instância do NDE do curso, as atividades do LAPEX enquanto disciplina se darão em três etapas: (A) a coleta, (B) a sistematização e análise dos dados e (C) produção de relatórios parciais de campo.

5.8 Estágio Supervisionado (não obrigatório)

Por se tratar de um curso de bacharelado, o estágio curricular não é obrigatório no curso de Bacharelado em Ciências Sociais, tal como previsto pelo Parecer nº 224 de 04 de agosto de 2004 do CNE/MEC. No entanto, o estágio não obrigatório é ofertado aos discentes do curso a partir de convênios da Unifesspa com instituições públicas e privadas que desejam acolher os discentes do curso.

Para tanto, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais tem uma coordenação de estágio, em que um docente é nomeado por meio de portaria, com carga horária, para acompanhar as atividades relativas ao estágio não-obrigatório, participando de ações desenvolvidas a partir do Comitê Permanente de Estágio, da PROEG, e estabelecer diálogo permanente com a Central de Estágios da Unifesspa, a partir da qual se promovem convênios com instituições públicas e privadas que oferecem estágios na região, além de propor instituições que sejam importantes para a formação do bacharel em Ciências Sociais.

Atualmente, a Unifesspa tem convênios com escolas públicas e privadas para estágio obrigatório e não-obrigatório, assim como com instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT); Ministério Público Federal; Ministério Público do Trabalho, e tantas outras que podem receber os discentes do Bacharelado em Ciências Sociais. A relação atualizada de instituições conveniadas, bem como a documentação necessária, pode ser acessada na página da Central de Estágios. (<https://proeg.unifesspa.edu.br/2014-10-09-20-09-34.html>)

5.9 Trabalho de campo

O trabalho de campo (viagens, visitas, incursões, imersões etc.) faz parte das atividades curriculares, momento em que o docente planeja um cronograma com ações que visam pesquisas de campo sobre temas desenvolvidos em sala de aula. A atividade de pesquisa de campo está prevista em todos os componentes curriculares com alocação de carga horária prática.

Essa atividade inclui trabalhos com objetivo de promover experiência etnográfica, observação participante e uso de técnicas de pesquisa documental, entrevistas, grupo focal e história oral, registro fotográfico, entre outras técnicas de pesquisa. As atividades de pesquisa de campo são programadas pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares e constam de seus planos de ensino.

Além disso, há envolvimento dos discentes em eventos científicos – Simpósios, Seminários, Congressos (cf. sessão sobre Atividades Complementares) – cuja participação é contabilizada como Carga Horária de Atividade Complementar e, nessa condição, são consideradas para fins de integralização do curso.

6. Planejamento do trabalho docente e técnico-administrativo

6.1 Coordenação do Curso

A coordenadora do curso de bacharelado em Ciências Sociais possui formação na graduação de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, mestrado em Antropologia e doutorado em Antropologia Social também pela Universidade Federal do Pará, possui 19 anos de experiência docente no magistério superior e 5 anos e meio de gestão.

A experiência de gestão se deu a partir de diferentes cursos e faculdades: em 2005, ano de ingresso no Ensino superior como docente permanente do Quadro da Unifesspa, lotada na Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá (FCAM), ocupou o função de vice-diretora, até 2007; desenvolvendo novamente esta função em 2018 e, em parte de 2019 e 2020 atuou como diretora da FCAM, coordenando o curso de Agronomia da Unifesspa. Em setembro de 2020 foi redistribuída para a Universidade Federal do Pará, onde exerceu a função de coordenadora do do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Em fevereiro de 2021, através de nova redistribuição, compôs o quadro docente da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, onde passou a exercer a função de coordenadora do curso de bacharelado em Ciências Sociais a partir de agosto de 2022 (Portaria ICH n.º 1637/2022).

Considerando o princípio da gestão democrática, os docentes devem ser incentivados a participar ativamente do cotidiano do curso e a Faculdade deve criar condições para que isso se concretize. Para a realização das atividades curriculares propostas são necessárias a criação e manutenção de uma política de formação continuada de docentes e de técnico-administrativos, buscando apoio interno e externo à Unifesspa na viabilização da qualificação de seus quadros.

O Plano de Capacitação Docente da Faculdade é uma contribuição para que isto aconteça de fato. Em relação ao apoio interno à Unifesspa, é fundamental que o curso acione a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) para solicitar cursos de capacitação necessários à organização de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como a política de inclusão do curso. Além de solicitar ações específicas conforme as

demandas dos cursos da Faculdade, os docentes também deverão atentar para o Plano de Capacitação que a Unifesspa oferece a seus servidores.

Outra estratégia a ser adotada é a autoformação realizada através da oferta de cursos pelos próprios docentes dos cursos da Faculdade a eles mesmos e aos técnico-administrativos, a fim de socializar suas áreas de estudo e fomentar o diálogo para o planejamento de atividades conjuntas.

Os docentes deverão planejar em conjunto as atividades curriculares a serem ofertadas a cada período letivo. Para tanto, deverá estar previsto no calendário acadêmico dos cursos, períodos de até uma semana, reservados para que os docentes possam se reunir, discutir e planejar as atividades.

Durante a semana de planejamento acadêmico deverão ser discutidas as estratégias que possam ser adotadas pelos docentes para a realização de interdisciplinaridade, o planejamento de atividades complementares que possam ser ofertadas pelo curso, a socialização dos trabalhos realizados pelas linhas de pesquisa, assim como a relação dos mesmos com as atividades de extensão que deverão ser concretizadas conforme as políticas de pesquisa e extensão do curso.

Cada docente deverá, ao início de cada atividade curricular, apresentar um plano de ensino, referenciado no SIGAA, com elementos básicos para o desenvolvimento da atividade, tais como ementa, metodologia, bibliografia básica e complementar, critérios de avaliação, a ser discutidos e ajustados com os discentes. O afastamento de docentes para qualificação deverá ser discutido e aprovado pelo conselho da Faculdade, devendo-se observar o planejamento feito. Após a aprovar o afastamento do docente, a Faculdade deverá encaminhar ao Conselho do Instituto de Ciências Humanas o planejado para que o mesmo referende o afastamento do docente.

As atividades curriculares ofertadas pelo curso de Bacharelado em Ciências Sociais são planejadas pelo quadro docente da Faculdade, segundo princípio de gestão democrática e dialogada, com o planejamento das atividades realizando-se antes do início dos períodos letivos. As mudanças de maior escopo são decididas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e no Conselho da Faculdade, onde docentes, discentes e técnicos-administrativos se reúnem regularmente para tratar dos assuntos pedagógicos e administrativos do curso e da FACSAT.

6.2 Perfil do Corpo Docente

Hoje a Faculdade onde situa-se o curso de bacharelado em Ciências Sociais conta com 10 (dez) professores efetivos. O corpo docente tem se dedicado a discutir o PPC e promover oportunidades para participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Cada docente possui suas atividades registradas em Planos Individuais de Trabalho. O corpo docente é constituído por mestres um (01) e nove (09) doutores. A experiência de magistério em ensino superior do corpo docente apresenta uma média de quatorze anos e nove meses.

6.3 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é formado pelos seguintes professores, TAES e discente:

- Prof. Dr. André Augusto Inoue Oda
- Prof. Dr. Armando Wilson Tafner Junio
- Prof. Dr. Cloves Barbosa
- Profa.Dra. Edma do Socorro Silva Moreira
- Prof. Dr. Fabiano Campelo Bechelany
- Profa.Dra. Gisela Macambira Villacorta
- Profa.Dra. Luiza de Nazaré Mastop de Lima
- Profa. Dra. Marilza Sales Costa
- Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha
- Profa.Dra. Simone Cristina Contente Padilha
- TAES. Rudson Resplandes Orlando
- Representante discente - matriculado no curso.

O colegiado do curso está devidamente institucionalizado e possui diversas competências e atribuições, entre elas, orientar e se responsabilizar pelas demandas existentes no colegiado; considerar as discussões realizadas do Núcleo Docente Estruturante (NDE); discutir o perfil do egresso e suas competências e habilidades; debater a aprovação de projetos de pesquisa,

extensão; aprovar a oferta de disciplinas em cada período letivo; divulgar e participar da avaliação do curso, em consonância com o cronograma de avaliação institucional, traçando planos de ação com base nos resultados da avaliação; apreciar a aprovação das demandas originária de reuniões do colegiado superior; colocar em discussão e aprovar os gastos que serão utilizados de acordo com as demandas do curso; tomar decisões, observando as normas institucionais e a legislação em vigor; aprovar licenças e designar comissões examinadoras de concursos destinados ao provimento de vagas do corpo docente, professores substitutos e efetivos, além de manifestar-se sobre acordos, parcerias e convênios, eventos e outros.

O colegiado da FACSAT, integrado pelos cursos de bacharelado e de Licenciatura em Ciências, realiza suas reuniões de forma periódica, mensal, ordinária, ou aperiódica, extraordinárias, cada qual com sua respectiva ata de registro, assinada por todos os membros que participam de suas reuniões. Importante frisar, que a representação discente, com direito a voz e voto, faz parte das reuniões ordinárias/extraordinárias do Conselho da Faculdade, onde suas reclamações e sugestões são acolhidas, analisadas e deliberadas.

6.4 Núcleo Docente Estruturante - NDE

O NDE do curso de Bacharelado em Ciências Sociais foi instituído em 2015, por meio da Resolução Nº 070, de 26 de Novembro de 2015, que dispõe sobre a estruturação e definição de carga horária para os NDEs dos cursos de graduação da Unifesspa. A composição do NDE segue conforme o disposto na referida resolução, sendo suas reuniões realizadas ao menos uma vez por mês.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de bacharelado em Ciências Sociais, nos termos de suas atribuições, tem papel importante na construção da avaliação institucional do curso, e trabalha com ações permanentes de organização e acompanhamento do processo avaliativo do projeto pedagógico, podendo apontar os mecanismos de ajustes para os sujeitos participantes do curso: docentes, técnicos e discentes, conforme estabelecido no Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa e envolver, ainda, membros da sociedade civil, importantes para a construção crítica e compromissada do

curso na região.

Quanto ao aspecto propriamente acadêmico, o Núcleo Docente Estruturante se encontra mensalmente para avaliar as atividades desenvolvidas no âmbito do curso de bacharelado em Ciências Sociais, visando aperfeiçoar as ações pertinentes ao ensino, a pesquisa e a extensão, a fim de alcançar sua excelência.

Composição:

Coordenação: Profa. Dra. Luiza de Nazaré Mastop de Lima

- Prof. Dr. André Augusto Inoue Oda
- Prof. Dr. Cloves Barbosa
- Profa. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira
- Prof. Dr. Fabiano Campelo Bechelany
- Profa. Dra. Gisela Macambira Villacorta
- Profa. Dra. Luiza de Nazaré Mastop de Lima
- Profa. Dra. Marilza Sales Costa
- Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha
- Profa. Dra. Simone Cristina Contente Padilha

6.5 Técnicos Administrativo em Ensino Superior (TAES)

A FACSAT conta, desde o primeiro semestre de 2015, com um TAES (Técnico Administrativo em Ensino Superior) concursado e dedicado à organização administrativa da Faculdade junto à Direção e as Coordenações de Curso. A faculdade conta, ainda, com o apoio, sempre que necessário, dos técnicos do Instituto de Ciências Humanas, para o encaminhamento de processos em instâncias superiores.

Quadro 4: Relação de Técnicos da FACSAT

TÉCNICO	FORMAÇÃO
Rudson Resplandes Orlando	Graduando em Engenharia de Minas e Meio Ambiente

Temos ainda, por demanda, a admissão de um segundo TAES para que possamos dar conta das incontáveis tarefas administrativas e acadêmicas, segmentadas entre a parte especificamente acadêmica – registro dos alunos, organização de eventos acadêmicos intra e extra-salas, organização das atividades de estágio, etc. –, e a parte dos aspectos especificamente administrativos – compromissos da FACSAT com as Pró-reitorias e outras instâncias da Administração Superior, comunicação com outras Faculdades e Institutos, registro das atividades nos sistemas eletrônicos, demanda de materiais e serviços, controle de gastos e prestação de contas, organização dos arquivos passados, etc.

Nas reuniões do Colegiado da Faculdade o TAES, possui assento com direito a voz e voto, constituindo-se dessa forma em sujeito ativo dos processos acadêmico-político-administrativos conforme registrado nas atas das reuniões dessa instância do conselho da FACSAT.

6.6 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Sobre a produção científica, cultural, artística, tecnológica e acadêmica, os docentes da FACSAT, como resultado de seus empenhos profissionais, se qualificaram e ampliaram suas produções, o que poderá ser verificado em seus Currículo Lattes (<https://lattes.cnpq.br/>). Uma síntese (abaixo) dos trabalhos de pesquisa, ensino e extensão realizados, ao longo, dos últimos três anos (2020-2023), demonstra essa dinâmica.

Quadro 2 - Atividades em Pesquisa:

Ano	Projeto de Pesquisa	Nº Registro	Coordenador
2020	“ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e	PORTARIA Nº 031/2020 - ICH/Unifesspa	EDMA DO SOCORRO SILVA MOREIRA http://lattes.cnpq.br/0954675948923654

	desestruturação de sistemas de conhecimento”		
2021	“ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”	PORTARIA Nº 054/2021 - ICH/Unifesspa	EDMA DO SOCORRO SILVA MOREIRA http://lattes.cnpq.br/0954675948923654
2022	“ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”	PORTARIA Nº 135/2022 - ICH/Unifesspa	EDMA DO SOCORRO SILVA MOREIRA http://lattes.cnpq.br/0954675948923654
2022	Estudos Amazônicos, Diversidades Socioculturais e Práticas Sustentáveis.	PORTARIA Nº 1261/2022-ICH/Unifesspa	EDMA DO SOCORRO SILVA MOREIRA http://lattes.cnpq.br/0954675948923654
2021	Um estudo de caso sobre a violência na mesorregião do sudeste do Pará através dos processos criminais da Comarca do Fórum de Marabá (1980 a 1988). (PROPIT/Unifesspa)	PORTARIA N 0026/2021-ICH/Unifesspa	MARILZA SALES COSTA http://lattes.cnpq.br/5673712805104580
2022	Por uma teoria da Sociologia Rural	_____	ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR http://lattes.cnpq.br/5842065956823540

2022	A Regularização Fundiária no Sul e Sudeste do Pará: Dinâmica da Titulação de Terras pelo INCRA SR27 entre 2017-2017	PORTARIA Nº 0015/2022 ICH/ Unifesspa	SIMONE C. CONTENTE PADILHA http://lattes.cnpq.br/7484250530855145
2023	Projeto de estudo e pesquisa sobre a história e a memória da região Sul e Sudeste do Para: Tratamento e estudo de violência e de conflitos trabalhistas ns região Sul e Sudeste do Para (1923-1988)	PORTARIA Nº 0037/2023 ICH/ Unifesspa	MARILZA SALES COSTA http://lattes.cnpq.br/5673712805104580
2023	XAMANISMO EM MOVIMENTO: Nas trilhas do paradigma ecológico"	PORTARIA Nº 0005/2023 ICH/ Unifesspa	

Fonte: PROPIT/FACSAT (2022)

Quadro 3- Atividades em Ensino:

ANO	Projeto de Ensino	Coordenador (a)
*Mon. Geral EE/ 2020/ *Mon. Geral / 2020 *2ª Seleção/ 2021	Monitoria/PAIND	Fabiano Campelo Bechelany
*MON.LAB. / 2020 *PROLAB / 2020 *PROLAB / 2021 *MON. LAB. / 2021 *MON.GERAL / 2022	Monitoria/ PROLAB	André Augusto Inoue
Mon. Geral / 2021	Monitoria	Cloves Barbosa
*PADI/2021	PADI	Edma do Socorro Silva Moreira
Edital 07/2021/ Cadastrado ED07- 20211044609	A pesquisa científica enquanto princípio pedagógico na formação	Edma do Socorro Silva Moreira

	do Cientista Social na Unifesspa	
*Mon. Geral/2021	Monitoria	Gisela Macambira Villacorta
*Mon.Geral EE/2020 *Mon. Geral/2020 *Mon. Geral/2022	Monitoria	Marilza Sales Costa
*Mon. Geral 2021 *Mon.Geral 2022	Monitoria	Raimundo Wanderley Correa Padilha
*PROLAB/2022 *Mon.Lab/2022	Monitoria/PROLAB	Simone Cristina Contente Padilha

PROEG/FACSAT (2022)

Quadro 4 - Atividade em Extensão:

Código/Ano/Portaria	Projeto de Extensão	Coordenador (a)
PORTARIA Nº 0018/2021	PELO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA: Organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia.	Edma Do Socorro Silva Moreira
PORTARIA Nº 00134/2022	PELO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA: Organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia.	Edma Do Socorro Silva Moreira
2019 a 2020 (renovação)/Portaria n0161/2019. Portaria n 0035/2021-ICH Unifesspa.	<i>Programa de Extensão “Prevenção da violência contra a mulher”: estudos e ações de intervenção em escolas públicas do Município de Marabá-PA. (Edital 016/2019/PROEX/Unifesspa)</i>	Marilza Sales Costa
PJ001-2022 PJ005-2021	<i>Preservação do Acervo Iara Ferraz</i>	Fabiano Campelo Bechelany

PJ073-2020 PJ021-2020	Conservação e divulgação do acervo Iara Ferraz	
CR005-2021	A Representação da mulher na política, no social, na cultura e as formas de violência: narrativas e abordagens	Marilza Sales Costa
*CR010-2020 *PJxxx-2020	Anarcocapitalismo do XXI	Célia Regina Congilio
*CR005-2020	Xamanismo e Encantaria na aterra baixas da América do Sul	Gisela Macambira Villacorta
*CR002-2020	Curso de Extensão: Políticas socioambientais na Pan-Amazônia	Edma do Socorro Silva Moreira
*PJ045-2019	Implantação do Jardim Sensorial do Instituto de Ciências Humanas (ICH)	Joseline Simone Barreto Trindade

PROEX/FACSAT(2022)

7. Política de Avaliação

A avaliação do processo educativo tem por objetivo possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo, uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando. Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades em sala de aula e fora desta, principalmente na relação professor/aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste e fora deste espaço.

Assim, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento. Ao professor e discente cabe aferir o desempenho acadêmico no processo de ensino-aprendizagem quanto à apropriação de competências e habilidades no processo educativo. Ao conjunto do corpo acadêmico deve-se aferir o desempenho docente e discente previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

7.1. Avaliação Discente

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, pensando na consolidação de habilidades e competências a se adquirir no processo educativo e deve constar no projeto político-pedagógico do curso em consonância com os objetivos gerais, específicos e o perfil profissional existente no curso.

Nesse sentido, a avaliação a ser realizada no percurso deve ter caráter formativo, processual, diagnóstico e contínuo, por permitir as análises no que se refere ao processo de conhecimento dos sujeitos envolvidos, com vistas a repensar e reavaliar as ações pedagógicas, assim preponderando as avaliações qualitativas sobre as quantitativas, ou seja, os critérios formativos envolveram os usos de metodologias diversas.

Dessa forma, propiciando uma contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, assim possibilitando um diagnóstico sobre o processo de ensino e de aprendizagem favorecendo ao professor a análise de sua própria prática e ao discente a percepção de sua trajetória acadêmica. Assim, tornando possível a mudança em suas ações práticas quanto ao ensino e à aprendizagem.

Nesse sentido, alguns instrumentos poderão ser utilizados no processo de aprendizagem: nas atividades práticas, em provas objetivas/dissertativas, em seminários, na produção de relatórios, análises de casos, avaliação entre pares, na divulgação de trabalho científico (pôster), portfólio, visitas de campo, exercícios, trabalhos teórico-práticos aplicados individualmente ou em grupos, projetos, dentre outros.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/9394/96) a avaliação da aprendizagem deve assumir um caráter educativo, levando o discente a analisar o seu próprio percurso, assim como o professor e o curso que faz parte; dessa forma, viabilizando a identificação das dificuldades e potencialidades individuais e coletivas, assim discernindo os níveis de domínio de conhecimento/competências e o desenvolvimento das dimensões cognitivas, psicomotoras, dialógicas, atitudinais e culturais.

Cabe ressaltar que o processo de avaliação de cada disciplina, assim como os instrumentos e procedimentos realizados no percurso do ensino e da aprendizagem, quando planejados devem ser informados aos discentes de

forma clara no início de cada período letivo, isso garantirá a realização de alguns ajustes, caso seja necessário. Nesse processo, alguns pontos poderão servir de critérios para o processo de avaliação; a apropriação do conhecimento, a análise e a interpretação, a participação nas atividades como um todo; a criatividade, a autoavaliação do processo de estudo, dentre outros aspectos. O prazo de entrega dos conceitos dos discentes corresponderam ao calendário acadêmico Institucional, com prazos para os cursos e os resultados.

As avaliações, geralmente são realizadas, no mínimo três (03) por semestre e, ao final delas os conceitos são lançados no SIGAA, após o fechamento do período letivo para acesso dos estudantes aos conceitos obtidos.

A Unifesspa adota o modelo de avaliação através de conceitos: Excelente, Bom, Regular e Insuficiente. Nos programas das disciplinas, pode-se usar, não obstante, um sistema de notas de 0,0 a 10,0. Nesses casos, o registro dos conceitos finais dos discentes são inseridos na plataforma digital SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), através da seguinte tabela de referência:

Quadro 2 - Sistema de Notas/conceitos

Nota	Conceito
0,0 a 4,9	Insuficiente
5,0 a 6,9	Regular
7,0 a 9,0	Bom
9,0 a 10,0	Excelente

Entendemos que a avaliação discente não se limita à medição simples e aferição de uma nota ou conceito, senão que, através dela, pretendemos estimular o processo de aquisição das ferramentas intelectuais necessárias à produção científica na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política. O fim último é estimular a curiosidade intelectual dos discentes, fomentar o pensamento crítico, o debate qualificado com outros autores e, em última instância, fazer com que a construção do conhecimento científico em nossa área se torne algo prazeroso e instigante, fixado na experiência de nossos egressos.

Nesse sentido, a avaliação não deve apenas mensurar, mas também ensinar: seja no que estimula, nos discentes, a formação de conjecturas próprias, o desejo de expressar suas reflexões, seja na construção textual adequada ao trabalho científico, e também na consolidação dos valores éticos que compõem o perfil do egresso.

Os processos de avaliação do Bacharelado em Ciências Sociais são, por isso, instrumentos de vital importância no desenvolvimento das competências e habilidades, do comprometimento social e humano, requeridas pelo/a profissional que desejamos formar: ou seja, um cientista social qualificado e comprometido com a justiça social e os direitos humanos. Nesse sentido, seguimos, para fins de avaliação discente, o quadro de Atividades Curriculares por Competências (cf. abaixo) como objetos e objetivos primários de avaliação.

Competência 1: Domínio do conhecimento teórico e metodológico básico

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Dessa forma, além da frequência obrigatória em 75% das aulas nas disciplinas, é pertinente ressaltar que os critérios de avaliação deverão ser discutidos entre docentes e discentes conforme planejamento das atividades do curso. Serão consideradas, ainda, para a avaliação as normas vigentes no Regulamento da Graduação quanto à frequência, à segunda-chamada, à revisão de conceitos, e às avaliações substitutivas.

7.2 Avaliação Docente

Ao final de cada atividade curricular deverá acontecer a avaliação docente, constituída por dois momentos, preenchimento de um formulário pelo aluno e autoavaliação docente disponibilizado pelo Sistema Integrado de Gestão

e Atividades Acadêmicas (SIGAA). Ao se reportar ao processo de avaliação do docente é necessário que o discente avalie a execução dos conteúdos curriculares; a metodologia de ensino; a bibliografia utilizada bem como relacionamento professor-aluno, entre outros aspectos que possam surgir.

O segundo momento terá início com o recebimento por parte do corpo docente das avaliações feitas pelos discentes. A partir disso, cada docente fará uma autoavaliação, considerando as observações advindas do corpo discente.

7.3 Avaliação do Projeto Pedagógico

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais será avaliado e revisado na medida em que se fizer necessário e oportuno. A cada final do ano letivo o NDE do curso realizará reunião com os docentes para avaliar as atividades desenvolvidas nos dois períodos letivos, como forma de aprimorar as ações planejadas e promover a integração didático-pedagógica.

Vale destacar que a esse processo avaliativo associamos outros momentos específicos onde ocorrem também discussões de planejamento como os encontros, fóruns, seminários com participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e convidados.

Esses momentos contribuem para a consolidação do processo avaliativo desse projeto pedagógico a partir da reflexão sobre a formação do profissional desejada, as competências e conteúdos curriculares, e, posteriormente, se for o caso, melhorar e encaminhar novo texto aos setores competentes para apreciação e implementação das mudanças.

Assim, a avaliação deste projeto envolverá a participação da comunidade acadêmica do curso de bacharelado em Ciências Sociais que, por meio de instrumentos específicos, opinarão sobre as atividades ofertadas, o desempenho dos professores, a estrutura disponível, outrossim, poderão apontar proposições a serem discutidas com os docentes e o técnico, membros importantes nesse processo, pois também vivenciam o cotidiano do curso. Todos juntos têm a possibilidade de contribuir para uma avaliação séria e estimulante, que aponte mudanças necessárias para a permanente revisão e melhoria do curso.

7.4 Avaliação do Curso

No processo contínuo de avaliação sobre o curso que visa discutir alguns aspectos estruturais, de atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, podemos destacar:

a) Avaliação Interna que decorrer de ações de avaliação realizada no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhada com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI- 2020-2024) da Unifesspa, com vista a promover o aperfeiçoamento da Universidade como um todo. Existem outros instrumentos de avaliação interna que são: os dos Cursos e do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

b) Avaliação Externa: estando relacionada à visita *in loco*, realizada para autorização reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso, momento de avaliação das três dimensões que dizem respeito aos cursos, avaliando adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Também contempla os resultados obtidos pelos alunos do curso no ENADE e os apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Tais avaliações servem para indicar o alcance dos objetivos esperados, presentes no Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ações acadêmico-administrativas visando à melhoria continuada do curso.

Além desses elementos que operam cotidianamente na formação do conhecimento do curso sobre si mesmo, atualmente são três mecanismos – institucionais e interinstitucionais – que atuam no processo de avaliação do ensino. Entre os mecanismos externos de avaliação, os discentes e, nesse sentido, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais está submetido às avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Além do ENADE, também as avaliações regulares do MEC fazem parte dos mecanismos externos que possibilitam o autoconhecimento do curso. Desde outubro de 2014, foi instituída na Unifesspa a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os resultados dessas avaliações institucionais e interinstitucionais nos dão subsídios para a avaliação de nosso Projeto Pedagógico e as reformas

efetivadas na infraestrutura disponível que são necessárias para as atividades ordinárias do quadro docente, e que é também um item de avaliação do curso pelo MEC.

8.1 Instalações/Recursos

A Faculdade de Ciências Sociais, onde está integrado o bacharelado em Ciências Sociais, localiza-se na Folha 31, Quadra 7, Lote Especial - Nova Marabá, CEP: 68.507.970, Marabá/PA - no Campus I da Unifesspa.

A infraestrutura do Curso de bacharelado em Ciências Sociais, proporciona um bom ambiente de trabalho, e está dividido da seguinte forma: três (3) salas de aula, nove (9) gabinetes de trabalho à disposição de todo o corpo docente, duas (2) salas para as Coordenações de curso e Diretoria e Vice-diretoria da Faculdade; uma (1) sala de convívio dos Professores; uma (1) sala reservada para o trabalho de nosso(s) técnico(s) administrativo(s) em Educação e também para o atendimento ao público; e um (1) espaço onde projetamos organizar uma sala de estudos e informática para nosso corpo docente. Possui ainda 1 biblioteca setorial. Na Unidade 1 funciona ainda o DAPSI e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA)

8.2 Instalações da coordenação: salas da direção-coordenação e secretaria

Nos altos do prédio da biblioteca do campus 1, existem diversas salas administrativas, com a da direção do ICH, a Secretaria do ICH, as salas da Direção da Faculdade de Educação, da Faculdade de Geografia e a da Faculdade de Ciências Sociais. A Sala da FACSAT está dividida em duas, onde funciona uma secretaria para o atendimento ao público, e o gabinete destinado à Direção e Vice-direção da FACSAT. A diretora da FACSAT é ao mesmo tempo Coordenadora do bacharelado em Ciências Sociais, e o Vice-diretor o da licenciatura em Ciências Sociais, conforme resolução da Unifesspa. A sala da direção-coordenação possui os mobiliários necessários ao bom atendimento das necessidades da FACSAT, com computador conectado a internet, móveis e utensílios, possuindo ótima ventilação, acessibilidade e comodidade para o

atendimento personalizado de professores e alunos. Todos os dias pela manhã, antes do início do expediente normal de trabalho, a sala é limpa e preparada para receber a público. O mobiliário da sala da Direção-coordenação é constituído de 2 armários metálicos, 3 armários padrão, 1 armário pequeno porte, 1 impressora, 2 computadores de mesa, 1 mesa de escritório com gavetas à chave, 1 escrivaninha, 4 cadeiras. A sala da secretaria da FACSAT, onde labora o TAES, possui 1 bebedouro, 1 ar condicionado, 1 frigobar, 1 impressora, 1 computador de mesa, 1 armário, 1 mesa de escritório com gavetas à chave, 1 escrivaninha, 3 cadeiras e 1 telefone com ramal da Unifesspa.

Além disso, a Coordenadora do bacharelado em Ciências Sociais e o corpo docente e discente contam com um bom sistema de controle acadêmico *online*, utilizado para consulta e imprimir notas, históricos, planos de ensino, acessar a biblioteca virtual e solicitar serviços e documentos à secretaria acadêmica, acessado a página <https://crca.unifesspa.edu.br/>.

8.3 Sala de aula

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais ocupa rotineiramente três (3) salas de aulas, a sala 4, 5 e 10. Cada sala com aproximadamente 46 cadeiras, incluindo 1 cadeira para cadeirantes, 1 para pessoas canhota, e 1 para pessoas com obesidade mórbida. As salas possuem ainda 1 lixeira, 2 ar condicionado, quadro branco, mesa, cadeira, cada. As salas 4 e 5, possuem suporte e datashow instalado no teto para uso ordinário dos professores; na sala 10, para o uso de datashow, o professor deve agendar na secretaria. Os banheiros utilizados pelos discentes/docentes e visitantes, 10 ao todo, estão localizados em pontos estratégicos no campus 1 com a devida acessibilidade.

8.4 Sala para a reunião dos docentes

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais possui 1 sala própria de reunião dos docentes, que fica em dependência próxima aos gabinetes dos professores e comporta 1 mesa, 6 cadeiras, 1 quadro de avisos, 1 sofá, 1 bebedouro. Além dessa sala, existe a sala de reunião do ICH, a qual pode ser utilizada com pela FACSAT com agendamento.

8.5 Gabinete de trabalho dos docentes

Os gabinetes de trabalho dos docentes estão localizados em duas salas no prédio da Unifesspa campus 1:

1) Sala 14. Dividida em 6 gabinetes, com 4 armários, 6 mesas, 17 cadeiras, 2 estantes, 5 computadores e 2 ar condicionado.

2) Sala de Gabinetes. No pavilhão de Ciências Sociais, onde ficam as salas de aula 4 e 5. Possui 3 gabinetes, com 3 mesas, 7 cadeiras, 1 lixeira, 1 ar condicionado, 1 armário.

Os gabinetes são destinados a professores em regime de trabalho em Dedicção Exclusiva (DE). Cada gabinete apresenta dimensões ajustáveis às necessidades docentes, equipados com computadores pessoais conectados a internet, móveis e utensílios, contando com limpeza nos horários de expediente normais de trabalho, com uma boa iluminação, acessibilidade, ventilação e comodidade.

8.6 Sala de Informática

Sala de estudos e informática coletiva que atende todos os discentes do Instituto de Ciências Humanas/ICH/campus I, mediante agendamento, e também o LAPEX, laboratório da FACSAT, que auxilia os(as) professores(as), nesse processo.

8.7 LAPEX - Laboratório de ensino, pesquisa e extensão

Um Laboratório de ensino, pesquisa e extensão - LAPEX com três ambientes, sendo um de acervo, uma sala com computadores para uso da comunidade da Faculdade e outra sala para reuniões. Edificação que fica em frente às Salas 04 e 05 da Unidade I do Campus Marabá, onde pretendemos contar com 6 computadores "all-in-one", mesas de estudos e bolsistas encarregados de administrar os equipamentos para uso didático nas aulas e para as pesquisas individuais dos discentes. Todos esses espaços têm como finalidade precípua o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas do Bacharelado em Ciências Sociais.

Dispomos de nove (9) gabinetes de trabalho docentes, seis em uma sala e três em outra, para atender ao leque de atividades docentes que acontecem no espaço acadêmico, incluindo-se aqui orientações, preparação de aula, pesquisa e produção científica, empréstimo do espaço para bolsistas dos docentes, etc.

A sala de docentes da FACSAT – onde ocorrem as reuniões de trabalho do Conselho da Faculdade e do Núcleo Docente Estruturante – está localizada junto aos gabinetes dos professores, dispendo de uma mesa e 06 cadeiras.

8.8 LAPEX - Laboratório de ensino, pesquisa e extensão- Recursos Humanos

O LAPEX (Laboratório de ensino, pesquisa e extensão) funciona sob a Coordenação de uma docente do quadro da FACSAT e com a colaboração de 4 bolsistas alocados por meio editais de monitorias em laboratório e por projetos de ensino.

Os bolsistas realizam as seguintes atividades no LAPEX:

- a) digitalização e catalogação do material acumulado, organização do Banco de dados e disponibilização deste na internet;
- b) auxílio no trabalho administrativo das diferentes instâncias do curso de bacharelado em Ciências Sociais tendo por alvo as comunidades/instituições vinculadas as atividades do LAPEX.

8.9 Biblioteca

O Curso do Bacharelado em Ciências Sociais utiliza os serviços prestados pela Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares (BSJST), localizada no Campus I da Unifesspa, sediado em Marabá, e integra o Sistema de Bibliotecas da Unifesspa (SIBI/UNIFESSPA).

O SIBI/UNIFESSPA, é coordenado tecnicamente pelo Centro de Biblioteca Universitária (CBIU). As bibliotecas do Campus Sede (I,II e III) são abertas à comunidade interna e externa a Unifesspa, de segunda a sexta-feira, com horário de funcionamento de 8h às 19h ininterruptamente.

O acervo físico total das bibliotecas é composto de aproximadamente 14.477 títulos e 58.584 exemplares. Destes universo, 5.768 títulos e 14.938

exemplares pertencem à biblioteca da Unidade I, onde esta situado o curso de bacharelado em Ciências Sociais. O acervo bibliográfico está tombado e catalogado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas/módulo biblioteca (SIGAA/BIBLIOTECA). A consulta pode ser feita livremente com acesso ao acervo físico, ou de qualquer lugar a qualquer momento através do link:

<https://sigaa.unifesspa.edu.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca>.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará possui ainda contrato vigente com a biblioteca virtual “Minha Biblioteca”, com a finalidade de complementar as bibliografias básicas e complementares dos cursos da Unifesspa. A biblioteca virtual oferece mais de 11 mil títulos acadêmicos, disponíveis para acesso simultâneo, integral e ilimitado.

A política adotada pela Instituição para ampliação e atualização do acervo se baseia nas referências registradas nas ementas de cada disciplina ofertada, conforme registrado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

As bibliotecas da Unifesspa possuem também a política de empréstimo entre si, o que permite ao discente ou servidor emprestar livros que se encontrem em outro Campus da Unifesspa, possibilitando que o usuário tenha acesso à informação que deseja.

A Universidade disponibiliza a toda comunidade acadêmica o acesso ao Portal de Periódicos da Capes possibilitando o contato com as informações científicas produzidas por pesquisadores nacionais e internacionais, ampliando assim, as fontes de pesquisa e estudo. Oferecemos treinamentos regularmente para realização de cadastros e pesquisas no Portal de Periódicos.

A biblioteca disponibiliza 10 cabines e 08 mesas para estudo individual, 04 mesas com 04 cadeiras e 04 mesas com 06 cadeiras para estudo em grupo. Dispõe de 10 computadores, sendo 01 preferencialmente para pesquisa ao acervo e 09 para pesquisas acadêmicas, todos estão equipados com o Software DOSVOX e NVDA e possuem acesso a internet.

Proporciona às pessoas com deficiência melhores acomodações com mesas adaptadas para cadeiras de rodas, nanismo etc. O acervo possui identificação em braille, placas de identificação do acervo com fonte verdana tamanho 32, o espaço entre as estantes é de 92 cm, respeitando a orientação

estabelecida pela Norma 9050 da ABNT que é de 90 cm. O empréstimo domiciliar é diferenciado para pessoas com deficiência visual, ou outra deficiência que requeira um tempo maior de leitura.

Não há salas reservadas somente à discentes com necessidades especiais, porém, existe o cuidado com a sinalização, a linguagem em braille está presente, assim a Biblioteca setorial possui instalações coletivas localizadas no Campus 1 da Unifesspa sob a direção do Instituto de Ciências Humanas (ICH).

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Mariano de. **A educação Superior no Brasil**. São Paulo: Humus, 2006. EMMI, Maria Emília. **A Oligarquia do Tocantins**. Belém: Paka-Tatú, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2001.

BELTRAO, J; Monteiro Brito Filho; A. Maués. **Das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará**. Disponível in https://www.upf.edu/dhes-alfa/events/docs_brasilia/UFPA.pdf Acesso 9 de Fev. de 2017. 2013

BRASIL. FUNAI. **Dados Demográficos das Populações Indígenas**. Coordenação Regional da Funai do Baixo Tocantins. 2016

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <http://indigenas.ibge.gov.br> > Acesso: setembro de 2016.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Portaria 98/2007. Disponível em < <http://www.palmares.gov.br> > Acesso em maio de 2015

HEBETTE, Jean. **Cruzando fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I, II, III, e, IV. Belém: Universitária, 1996.

PALHANO, Antônio José Ribas. **Apontamentos educacionais**. São Paulo: Cidade Express, 2007.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

PNCSA. Boletim **“O direito de dizer Não à Hidrelétrica de Marabá”**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém. 2010.

Projeto Político Pedagógico. Marabá. IFPA rural. 2012
UNB. Análise do Sistema de Cotas para Negros na UNB Disponível in http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf. Acessado in 10 de fevereiro de 2017. 2013.

Anexos

Anexo 1. Ata de aprovação do PPC na Sub-Unidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS ARAGUAIA-TOCANTINS

PORTARIA “AD REFEREDUM” Nº 007/2016 – FACSAT/UNIFESSPA

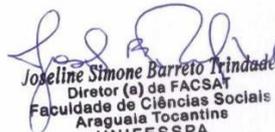
A **DIRETORA** da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, **Prof. Dra. Joseline Simone Barreto Trindade**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Portaria nº467/2016, do magnífico Reitor da UNIFESSPA, Profº Dr. Carlos Renato Lisboa Francês.

RESOLVE:

APROVAR, *Ad referendum do conselho da Faculdade de Ciências Sociais*, o Projeto Pedagógico Curricular do curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

De ciência, e cumpra-se.

Marabá, 14 de setembro de 2016.


Joseline Simone Barreto Trindade
Diretor(a) da FACSAT
Faculdade de Ciências Sociais
Araguaia Tocantins
UNIFESSPA
Portaria nº 467/2016

Anexo 2: Desenho Curricular

DISCIPLINAS	HORAS	
Epistemologia das Ciências Sociais I	68	Formação Específica
Epistemologia das Ciências Sociais II	68	
Teoria Sociológica I	68	
Teoria Sociológica II	68	
Teoria Sociológica III	68	
Teoria Sociológica IV	68	
Teoria Antropológica I	68	
Teoria Antropológica II	68	
Teoria Antropológica III	68	
Teoria Antropológica IV	68	
Teoria Política I	68	
Teoria Política II	68	
Teoria Política III	68	
Teoria Política IV	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	

Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	68	
Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	
Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II	68	
Subtotal de Horas do Eixo	1360	
Economia Política	68	Formação Complementar
Formação Histórica do Mundo contemporâneo	68	
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	68	
Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	68	
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68	
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68	
Relações Étnico-raciais	68	
Leitura e produção textual em Ciências Sociais	68	

Etnologia Indígena	68	
Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	68	
Corpo, Gênero e Sexualidade: teorias e métodos	68	
Tecnologia, Trabalho e Sociedade	68	
Subtotal de Horas do Eixo	816	
Formação Livre I	68	Formação Livre
Formação Livre II	68	
Formação Livre III	68	
Formação Livre IV	68	
Subtotal de Horas do Eixo	272	
Total de Horas dos Três Eixos	2448	
Desenho Curricular		
Disciplinas	2448	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	612	
Atividades Complementares	140	
Total de Carga Horária do Curso	3200	

No quadro abaixo destacamos as disciplinas de formação livre

Sociedade, Natureza e Educação ambiental
Religião e Sociedade
Teoria e Pesquisa sobre Violência
Estudos de Povos indígenas
Questões Urbanas: teoria e métodos
Conflitos sociais: terra e território
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil
Instituições Políticas Brasileiras
Pensamento Social Brasileiro
Tópicos Temáticos em Antropologia
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Anexo 3: Contabilidade Acadêmica

Responsável pela oferta	Atividades curriculares	Carga Horária			Total (horas)
		Total do período letivo (Semestral, em horas)	Semanal		
			Teórica (horas)	Prática em pesquisa e extensão (horas)	

Eixo de Formação Específica

FACS AT	Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	
FACS AT	Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	
FACS AT	Teoria Sociológica I	68	4	0	
FACS AT	Teoria Sociológica II	68	4	0	
FACS AT	Teoria Sociológica III	68	4	0	
FACS AT	Teoria Sociológica IV	68	4	0	
FACS AT	Teoria Antropológica I	68	4	0	
FACS AT	Teoria Antropológica II	68	4	0	
FACS AT	Teoria Antropológica III	68	4	0	
FACS	Teoria Antropológica IV	68	4	0	

AT					
FACS AT	Teoria Política I	68	4	0	
FACS AT	Teoria Política II	68	4	0	
FACS AT	Teoria Política III	68	4	0	
FACS AT	Teoria Política IV	68	4	0	
FACS AT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	3	1	
FACS AT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	3	1	
FACS AT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	68	3	1	

FAC SAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV		3		
FAC SAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I		0		
FAC SAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II		0		
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Específica		68		

Eixo de Formação Complementar

ICH e IED AR	Economia Política		3		
ICH e IED AR	Formação social, econômica e política da Amazônia		3		
ICH e IED AR	Formação social, econômica e política do Brasil		3		
ICH e IED AR	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo		3		
FAC SAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I		0		
FAC SAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II		0		
ICH	Relações Étnico-Raciais		2		
ICH	Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais		2		
FAC	Etnologia Indígena		2		

SAT					
ICH	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos		2		
ICH	Estado, Movimentos sociais e políticas públicas		2		
ICH	Tecnologia, Trabalho e Sociedade		2		
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Complementar		24		

Eixo de Formação Livre

-ICH	Formação Livre I		-	-	
ICH	Formação Livre II		-	-	
ICH	Formação Livre III		-	-	
ICH	Formação Livre IV		-	-	
	Subtotal das disciplinas do Eixo de Formação Livre		-	-	

do optativas Eixo de Disciplinas Formação Livre

ICH	Religião e Sociedade	68	2	2	
ICH	Teoria e Pesquisa sobre Violência	68	2	2	
ICH	Estudos de Povos Indígenas	68	2	2	
ICH	Questões urbanas: Teorias e Métodos	68	2	2	
ICH	Instituições Políticas Brasileiras	68	2	2	
ICH	Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68	2	2	
ICH	Pensamento Social Brasileiro	68	2	2	
ICH	Tópicos Temáticos em Antropologia	68	2	2	
ICH	Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68	2	2	

ICH	Conflitos Sociais: Terra e Território		2	2	4
ICH	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68	3		

Anexo 4: Demonstrativo das atividades curriculares por competências e habilidades trabalhadas

Competência 1: Domínio do conhecimento teórico e metodológico básico

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Disciplinas	Principais competências e habilidades trabalhadas e avaliadas
Epistemologia das Ciências Sociais I	01, 02, 03
Epistemologia das Ciências Sociais II	01, 02, 03
Teoria Sociológica I	01, 02, 03
Teoria Sociológica II	01, 02, 03
Teoria Sociológica III	01, 02, 03
Teoria Sociológica IV	01, 02, 03
Teoria Antropológica I	01, 02, 03
Teoria Antropológica II	01, 02, 03
Teoria Antropológica III	01, 02, 03
Teoria Antropológica IV	01, 02, 03
Teoria Política I	01, 02, 03
Teoria Política II	01, 02, 03
Teoria Política III	01, 02, 03
Teoria Política IV	01, 02, 03
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	01, 02, 03, 04, 06

Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	02, 03, 04, 05, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	02, 03, 04, 05, 06
Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	01, 02, 03, 05
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	01, 02, 03, 05
Formação Histórica do mundo contemporâneo	01, 02, 03, 05
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 05, 06
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 05, 06
Relações étnico-raciais	01, 02, 03, 05
Etnologia indígena	01, 02, 03, 04, 05

Estado, movimentos sociais e políticas públicas	01, 02, 03, 04, 05
Tecnologia, trabalho e sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade: teoria e métodos	01, 02, 03, 04, 05
Leitura e produção textual em Ciências Sociais	02, 03
Economia política	01, 02, 03
Religião e Sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre violência	01, 02, 03, 04, 05
Conflitos Sociais: terra e território	01, 02, 03, 04, 05
Questões urbanas: teoria e métodos	01, 02, 03, 04, 05
Estudos de Povos Indígenas	01, 02, 03, 04, 05
Tópicos Temáticos em Antropologia	01, 02, 03, 04, 05
Instituições Políticas Brasileiras	01, 02, 03, 04, 05
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	01, 02, 03, 04, 05
Pensamento Social Brasileiro	01, 02, 03, 04, 05
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	01, 02, 03, 04, 05
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	01,02,05,06

Anexo 6: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos (abrange as turmas 2013 e anteriores)

LICENCI. + BACH. Turma 2013 pra tras Leitura e Produção Textual	Lic. 2014-2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
	ok.	Leitura e produção textual em Ciências Sociais	Leitura e produção textual em Ciências Sociais
Fundamentos do Conhecimento Científico	ok.	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos das Ciências Sociais	Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Pensamento Político Social Brasileiro	Pensamento social brasileiro	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]
Sociologia Durkheimiana	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I
Teorias Políticas Clássicas I	Teoria política I	Teoria política I	Teoria política I
Teorias Antropológicas	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais I	(não há equivalente)	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I
Economia Política I	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Sociológicas da Educação	Sociologia da educação	Sociologia da educação [Eixo de formação livre]	Sociologia da educação
Economia Política II	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Políticas Clássicas II	Teoria política II	Teoria política II	Teoria política II
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Estatística descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Diversidade Cultural Brasileira	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I
Sociologia Weberiana	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II
Organização Social e Parentesco	Etnologia indígena e políticas indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas no Brasil	(não há equivalente)	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	Estado, movimentos sociais e políticas públicas
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	ok.	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais II	(não há equivalente)	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciências	(não há equivalente)
Didática Geral	Didática do ensino nas Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Teorias Políticas Contemporâneas	ok.	Teoria política IV	Teoria política IV

Tecnologia e Sociedade	ok.	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação II]
Geografia Humana e Econômica: Meio Ambiente e Sociedade	Formação histórica e social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Sociologia Marxista	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III
Antropologia da Religião	(não há equivalente)	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]
Sociologia do Trabalho	(não há equivalente)	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação II]
Teoria Sociológica Contemporânea	ok.	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Política Brasileira	(não há equivalente)	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação II]	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação IV]
Estágio de Docência I	Estágio supervisionado de docência I	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência I
Sócio-Antropologia Rural	Sociologia rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação]	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação I]
Etnologia Indígena	Etnologia indígena e políticas indigenistas	ok.	ok.
Sociologia Econômica	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	ok.	(não há equivalente)	ok.
Estágio de Docência II	Estágio supervisionado de docência II	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência II
Socio-Antropologia Urbana	Sociologia urbana	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de formação]	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de formação]
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	(não há equivalente)	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de formação]	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de formação]
Políticas e Relações Internacionais	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo
Antropologia Econômica	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III
Estágio de Docência III	Estágio supervisionado de docência III	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência III
Tópicos Temáticos em Ciências Sociais	(não há equivalente)	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão em Ciências	(não há equivalente)
Estágio de Docência IV	Estágio supervisionado de docência IV	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência IV
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	ok.	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso
Fundamentos da Educação Especial/Linguagem Brasileira de Sinais	ok.	(não há equivalente)	ok.

Anexo 7: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015)

	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos do Conhecimento Científico	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	ok.	ok
Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	ok.	ok.
Teoria Sociológica I	ok.	ok.
Teoria Antropológica I	ok.	ok.
Teoria Política I	ok.	ok.
Formação Histórica e Social do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil
Estatística Descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Teoria Sociológica II	ok.	ok.
Teoria Antropológica II	ok.	ok.
Teoria Política II	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais I	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)
Sociologia da Educação	ok. [Eixo de formação livre]	ok.
Teoria Sociológica III	ok.	ok.
Teoria Antropológica III	ok.	ok.
Teoria Política III	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais II	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ci	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Teorias Sociológicas Contemporâneas	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Teorias Antropológicas Contemporâneas	Teoria antropológica IV	Teoria antropológica IV
Teorias Políticas Contemporâneas	Teoria política IV	Teoria política IV
Estágio Supervisionado de Docência I	(não há equivalente)	ok.
Tecnologia e Sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação II]
Pesquisa Educacional	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	(não há equivalente)	ok.
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Pensamento Social Brasileiro	ok. [Eixo de formação livre]	ok. [Eixo de formação livre]
Estágio Supervisionado de Docência II	(não há equivalente)	ok.
Etnologia Indígena e Políticas Indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Sociologia Rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação]	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação I]
Didática do Ensino das Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Formação Histórica e Social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Estágio Supervisionado de Docência III	(não há equivalente)	ok.
História e Cultura Afro-Brasileira	Relações étnico-raciais	Relações étnico-raciais
Sociologia Urbana	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de

	formaç	formaã
Sociologia da Infância e Adolescência	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	(não há equivalente)	ok.
Estágio Supervisionado de Docência IV	(não há equivalente)	ok.
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclus	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão

Anexo 8: Representação Gráfica do Desenho Curricular por Semestre Letivo

	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	Disciplina 4	Disciplina 5
1º semestre	Teoria Sociológica I	Teoria Antropológica I	Teoria Política I	Epistemologias das Ciências Sociais I	Leitura e Produção textual nas Ciências Sociais
2º semestre	Teoria Sociológica II	Teoria Antropológica II	Teoria Política II	Epistemologias das Ciências Sociais II	Economia política
3º semestre	Teoria Sociológica III	Teoria Antropológica III	Teoria Política III	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I
4º semestre	Teoria Sociológica IV	Teoria Antropológica IV	Teoria Política IV	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo
5º semestre	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	Etnologia Indígena	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais III	Relações Étnico-Raciais
6º semestre	{Formação Livre I}	[Formação Livre II]	Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais IV	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II

7º semestre	[Formação Livre IV]	[Formação Livre IV]	Tecnologia, Trabalho e Sociedade	Corpo, Gênero e Sexualidade: Teorias e Métodos	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I
8º semestre	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II
9º semestre	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC

Anexo 9. Ementas das disciplinas curriculares

Anexo 9. Ementas

Logo abaixo apresentamos todas as ementas das disciplinas do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, juntamente com suas respectivas bibliografias básicas e complementares, conforme diretrizes.

EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Epistemologia das Ciências Sociais I

Ementa: Fundamentos filosóficos do conhecimento humano. Aspectos da visão de ser humano, sociedade, economia, cultura e educação que contribuíram para fundamentar e subsidiar a produção de conhecimentos nas Ciências Sociais.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Tópicos. Dos argumentos sofísticos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. Poética, Organon, Política. Constituição de Atenas. São Paulo: Nova Cultural, 2004. KANT, I. Crítica da razão pura. Vol I e Vol. II, 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Bibliografia complementar

BACON, F. Novum organon ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2. ed. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

HUSSERL, E. Investigações lógicas (Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

MARX, K. Para a crítica da economia política. Coleção os pensadores. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2005. REALE, G. Aristóteles. Metafísica. Volume I, II e III. São Paulo: Loyola, 2005.

Epistemologia das Ciências Sociais II

Ementa: As Ciências Sociais no contexto da modernidade; as principais contribuições de seus antecessores. A construção do objeto nas Ciências Sociais e seus conceitos fundamentais.

Bibliografia básica

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. Ofício de sociólogo. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015.

COMTE, A. Discurso sobre o espírito positivo. (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005

Bibliografia complementar

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014 COELHO, R. Indivíduo e sociedade na teoria de Auguste Comte. São Paulo: Perspectiva,

2005 FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007

STAROBINSKI, J. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FORACCHI, M; MARTINS, J. Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1978

BORON, Atílio (org) Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO/ São Paulo: USP, 2006

MÉSZAROS, István. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

Teoria Sociológica I

Ementa: Fundamentos do pensamento sociológico na tradição da sociologia brasileira. Panorama da obra do sociólogo Émile Durkheim. Evolução do pensamento durkheimiano: teoria, método e estudos de caso. Contexto histórico-político francês no século XIX e começo do século XX. A fundação de uma nova disciplina científica e seus percalços. O suicídio e as religiões ditas "primitivas". Evolução de suas formulações éticas e políticas

Bibliografia básica

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

DURKHEIM, E. Regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

Bibliografia complementar

ALEXANDER, J. (ed) Durkheimian sociology: cultural studies. Cambridge University Press, 1990

DURKHEIM, E. Lições de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

DURKHEIM, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015

DURKHEIM, E. Sociologia e filosofia. Bauru: EDIPRO, 2015

GIDDENS, A. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

Teoria Sociológica II

Ementa: Conceitos fundamentais da sociologia de Max Weber. Contexto histórico alemão e europeu do final do século XIX e começo do XX. Crítica do racionalismo moderno, teoria do conhecimento e sociologia compreensiva, sociologia histórica, sociologia da ação, sociologia política e da dominação, dilemas éticos na cultura moderna.

Bibliografia básica

WEBER, M. Economia e sociedade (volume 1): fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009

WEBER, M. Economia e sociedade (volume 2): fundamentos da sociologia compreensiva (Volume 2). Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009

WEBER, M. Ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

Bibliografia complementar

MARCUSE, H. Cultura e sociedade, vol. II. Traduzido por Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998

WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 14ª edição. Tradução Hegenberg, L. & Mota, O. S. São Paulo: Cultrix, 2007

WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 17ª edição. São Paulo: Cultrix, 2015

WEBER, M. Textos selecionados (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Organizador: Gabriel Cohn. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1997

WEBER, Marianne S.. Max Weber: uma biografia. Casa Jorge Editorial, 2003

Teoria Sociológica III

Ementa: Fontes constitutivas do materialismo histórico dialético. A constituição da sociedade em classes, os processos sociais de conflito e antagonismo, as relações entre Estado e classes sociais. Crítica marxista ao modo de produção e reprodução social da sociedade capitalista. A concepção do Estado no materialismo histórico e dialético.

Bibliografia básica

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010. MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012. MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

Bibliografia complementar

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Global, 1986.

MARX, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2010.

Teoria Sociológica IV

Ementa: Sociólogos eminentes dos séculos XX e XXI que condicionam os debates contemporâneos na área da sociologia. O novo pensamento social posterior da Segunda Guerra Mundial; as diferentes críticas da razão no século XX e os processos históricos da modernidade na leitura desses autores; a teoria dos campos e as novas leituras sociológicas dos conflitos sociais.

Bibliografia básica

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. I). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015
BOURDIEU, P. O poder simbólico. 7ª edição. Trad.: F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

Bibliografia complementar

ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução: Kern, D. & Teixeira, G. J. F. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização (vol. II). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 15ª edição; organizado e traduzido por R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000
WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F. Bastos, 2001

Teoria Antropológica I

Ementa: O processo de formação da antropologia. Panorama das suas perspectivas fundamentais (evolucionismo, funcionalismo, culturalismo). Conceitos-chave da antropologia: cultura e sociedade, raça, alteridade, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural, diferença e identidade, discutindo brevemente a relação entre a antropologia e outras disciplinas (a Antropologia e seus espelhos).

Bibliografia básica

BOAS, F. Antropologia cultural. 6ª edição. Editora Zahar, 2010
CASTRO, C. (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Jorge Zahar Editor, 2012
MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1977. (Coleção Os Pensadores).

Bibliografia complementar

HARRIS, M. A natureza das coisas culturais. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1968.
LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2009.
LARAIA, R. Cultura: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Partes I e II). Mana 3(1): 41-73, 1997
TAX, S. (org.). Panorama da Antropologia. Brasil: Fundo Cultural, 1996.

Teoria Antropológica II

Ementa: A consolidação da antropologia no campo das Ciências Sociais. As especificidades da abordagem antropológica. A tradição antropológica: os clássicos e suas perguntas sobre o homem, a cultura e a sociedade.

Bibliografia básica

DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992
LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2015
MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2013

Bibliografia complementar

DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.
DURKHEIM, E. e MAUSS, M. Sobre algumas formas primitivas de classificação. In: Durkheim, E. Sociologia, Rodrigues, J.A. (org.), Editora Ática, 1984
EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 2014
LEVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural I. São Paulo: Cosac & Naify, 2013
VIVEIROS DE CASTRO, E. Antropologia do Parentesco - Estudos Ameríndios, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

Teoria Antropológica III

Ementa: A diversidade de perspectivas e enfoques da antropologia. Contribuições da Antropologia para análise da sociedade. Processo de formação da antropologia e suas principais abordagens teóricas. Principais tradições teóricas da antropologia clássica da primeira metade do século XX. As principais tendências recentes da Antropologia, com ênfase nas abordagens que marcam a Antropologia a partir da década de 1960

Bibliografia básica

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Coleção Os Pensadores, Ed. Victor Civita. 1984
MEAD, Margareth. Sexo e temperamento. São Paulo.1988.ed. Perspectiva
GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008
GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 12ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015

Bibliografia complementar

LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 8ª edição. Trad.: Pellegrini, T. Campinas: Papyrus, 1989
LEVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
GEERTZ, Clifford. Obras & Vidas: O Antropólogo como autor. Ed UFRJ. 2005.

Teoria Antropológica IV

Ementa: Panorama do pensamento antropológico após a segunda guerra mundial. As diferentes teorias da cultura e a diversificação dos paradigmas antropológicos em reação às escolas clássicas. Teoria antropológica a partir da repercussão e da revisitação da antropologia feita até a primeira metade do século XX. Proposições para as antropologias processuais,

históricas, interpretativas e simbólicas. As críticas pós-coloniais e as novas expressões da antropologia. O estruturalismo, os paradigmas clássicos e o método etnográfico a partir das fronteiras entre a(s) antropologia(s) e outras disciplinas. Desdobramentos mais recentes da teoria antropológica: a antropologia interpretativista de Clifford Geertz, as discussões metodológicas da antropologia pós-moderna, a revisitação contemporânea de temas constituintes da disciplina, tais como natureza e cultura, indivíduo e sociedade e as possibilidades de uma antropologia reflexa ou/e simétrica.

Bibliografia básica

SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 2003
STHARTHEN, Marlyn. O Efeito Etnográfico e outros Ensaios. São Paulo. Ed. Cosac Naify,
WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo .Cosac Naify, 2010.256 p.

Bibliografia complementar.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
GEERTZ, Clifford. Nova Luz sobre a Antropologia.
INGOLD, Tim. Estar Vivo: Ensaio sobre Movimento, Conhecimento e Descrição. Vozes, 2017.
INGOLD, Tim. Antropologia: Para que serve? Vozes, 2019.

Teoria Política I

Ementa: Abordagens clássicas e contemporâneas sobre Democracia, Regimes políticos e Formas de Governo. Apresenta uma gênese da evolução da cidade-estado, suas instituições jurídicas, familiares, econômicas, culturais, políticas. Destaca ainda a formação e desenvolvimento da tradição filosófica ocidental, no exame do pensamento pré-socrático e na análise de obras importantes de Platão e Aristóteles e suas diferenças em relação ao pensamento político moderno.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. S. A Política. Editora da Universidade de Brasília – Brasília, 1985.
MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Prefácio de R. Aron. São Paulo: Martins Fontes, 1999. PLATÃO. A República. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015

Bibliografia complementar

ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999
BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007
BOBBIO, N. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000
WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. I. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004
WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. II. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004

Teoria Política II

Ementa:
Origens do pensamento político moderno. A construção do objeto da Ciência Política. Os pensamentos Jusnaturalistas e Contratualistas: primeiras teorias políticas modernas acerca da natureza do Estado.

Bibliografia básica

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ROUSSEAU, J.J. O contrato social. (coleção Os Pensado

Bibliografia complementar

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 2005

BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, N. PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vols. I e II, 3a ed., Brasília. UnB, 1991.

BRUM TORRES, J. C. Figuras do Estado moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010

LOPES, Marcos Antônio. Para Ler os Clássicos do Pensamento Político. Rio de Janeiro, Editora, 2002.

Teoria Política III

Ementa: Aspectos teóricos de duas correntes de pensamento político do século XX: a teoria política socialista marxista, o liberalismo político, Max Weber, Mosca, Pareto e Michels.

Bibliografia básica

BOTTOMORE, T. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Correa, M. Campinas: Papirus, 1996

BOGO, A. Teoria da Organização Política V.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Bibliografia complementar

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985

GRYNSPAN, M. "A teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada". BIB - Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n 41, 1o Sem/1996.

MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 8a ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Teoria Política IV

Ementa: Teorias políticas posteriores à segunda guerra mundial. As transformações no interior da teoria política marxista e a emergência de outros autores que sentarão as bases do pensamento político contemporâneo.

Bibliografia básica

ARENDDT, H. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
MILIBAND, R. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes. 1972.

Bibliografia complementar

ARENDDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
ALTVATER, E. El Estado capitalista contemporâneo. México: Siglo XXI. 1991. EASTON, D. Uma teoria da análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
LACLAU, E. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa no século XX. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
OFFE, C.. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I

Ementa: Modelos teóricos-metodológicos e técnicas de pesquisa que envolvem a abordagem qualitativa: observação participante, entrevistas, grupos focais, pesquisa documental.

Bibliografia básica

CARDOSO, Roberto. O trabalho do Antropólogo. Brasília Paralelo 15. 2000.
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia social. 6 edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2000

Bibliografia complementar

ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Porto Alegre: Artmed, 2011
FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. (Coleção Pesquisa Qualitativa) Porto Alegre: Editora Artmed, 2008
LAKATOS, E; MARCONI, M. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1986. LAPLATINE, F. A Descrição etnográfica. São Paulo: Terceira-margem, 1943. WHYTE, W. F. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
BEAUD, S ;WEBER, F. Guia para pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Editora Vozes: Petrópolis, 2007.
BECKER, Howard. Segredos e Truques da Pesquisa. Zahar
HAGUETTE, Teresa. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2010

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos, comparação entre percentuais, frequências e taxas. Amostragem: conceito e plano de amostragem (survey), organização e apresentação dos dados estatísticos em tabelas e gráficos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

Bibliografia básica

KIDDER, Louise H. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. 9. ed. São Paulo: EPU, 2005.

LEVIN, Jack. Estatística aplicada a Ciências Humanas. 2ª ed. São Paulo: HARBRA, 1987.

RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2008.

Bibliografia complementar

ACKOFF. R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1988.

MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#N01#N01. Acesso em 28/11/14.

Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III

Ementa: Modelos teóricos e de pesquisa que envolva pesquisa qualitativa. Identidade entre sujeito e objeto da pesquisa. Objetividade e subjetividade na produção do conhecimento. Métodos qualitativos (o estudo de caso, a história de vida, pesquisa participante a etnografia). Instrumentos de pesquisa (entrevistas, observação). Da Etnografia: como produzir etnografias; Análise e tratamento de dados qualitativo.

Bibliografia básica

MAUSS, Marcel, Manual de Etnografia. Lisboa, Póstico, sd.

OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo. São Paulo Unesp.paralelo, 1998

Bibliografia complementar

BRANDÃO, C. R.(org). Pesquisa participante.3ª edição. São Paulo: Brasiliense, sd. OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer Pesquisa Qualitativa. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008. BARBOUR, R. Grupos focais. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Artmed, 2011.

Malinowski, Bronislaw. Tema , método e objetivo desta pesquisa in Argonautas do Pacífico Ocidental.Sai Paulo , Abril Cultural, 1976.

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais IV

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos de análise dos dados. Comparação de frequências. Elaboração e aplicação de plano de amostragem, com os respectivos testes, provas, desvios, coeficiente de análise. Organização e apresentação dos dados estatísticos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

Bibliografia básica

GATTI, B. & FERES, N. L. Estatística básica para ciências humanas. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LEVIN, J. Estatística aplicada às ciências humanas. Pearson – Universitários Kotler: 2012

RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 1989.

Bibliografia complementar

ACKOFF. R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975. BLALOCK. H. M. Jr. Estatística social. México: Fondo de Cultura Económica. 1992. FONSECA. J. S. da E. Estatística aplicada. São Paulo: Atlas. 1976.

HOFFMANN, R. Análise de regressão: uma introdução à economia. São Paulo: HUCITEC. 1998. KIDDER, L. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. São Paulo: EPU. 1987.

PRADO. A. N. Estatística básica para planificação. Rio de Janeiro: Fórum. 1969.

Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I

Ementa: Avaliação e produção de um Projeto de pesquisa. Revisão bibliográfica. Construção das hipóteses de trabalho. Planejamento para a coleta de dados de análise. Definição de Cronograma de Pesquisa.

Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II

Ementa: Seminários de pesquisa. Avaliação e apresentação do texto definitivo de Trabalho de Conclusão de Curso.

EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais

Ementa: Ferramentas para a construção e elaboração de textos científicos. As características do texto argumentativo-científico: concepções, sentidos, linguagem, coerência textual, coesão textual. O efeito de unidade do texto científico e pedagógico. Prática de produção e redação de textos de diferentes tipologias e gêneros. Fichamento. Resumos. Resenhas. Relatórios. Diagnósticos. Pareceres.

Bibliografia básica

BARRAS, R. Os Cientistas precisam escrever. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

SILVA, J. B. C. da. A Dissertação clara e organizada. Belém: EDUFPA, 2007.

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita : atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo:

Cortez, 2010. 133 p.

Bibliografia complementar

CITELLI, A. Aprender e ensinar com textos não escolares. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 196 p. (v.3)

FALSTICH, E.L.J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Vozes, 1980.

KOCH, I. G. V. ; ELIAS, V. M. Ler e compreender : os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 216 p.

_____. Ler e escrever : estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 220 p.

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SERAFINI, M.T. Como escrever textos. Rio de Janeiro: Globo, 1974.

Formação Social, Econômica e Política da Amazônia

Ementa: História de ocupação da Amazônia. A Amazônia no contexto histórico social e econômico brasileiro: o ciclo da borracha e as relações de trabalho e a constituição diversificada de sua ocupação territorial. A formação da sociedade amazônica. Os grandes projetos na Amazônia e os impactos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Problemas locais e globais na contemporaneidade na Amazônia.

Bibliografia básica

COSTA, M. J. J. (Org.). Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p. 71-103.

HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

PETIT, P. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará. Belém: Editora Paka-Tatu, 2008.

Bibliografia complementar

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012.

D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs). A Amazônia e a crise de modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994

OLIVEIRA, A. U. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papius, 1989

SANTOS, R. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudos do progresso de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

Economia política

Ementa: A crítica da economia política por K. Marx: o processo de produção capitalista enquanto processo de trabalho e de valorização, o processo de circulação e o de reprodução

do capital, enfatizando os aspectos: de valor de troca, dinheiro e capital e relacionando essa reprodução a transformação das relações econômicas e sociais nas formas de valor e preços.

Bibliografia básica

- HOBBSBAWM. E. J. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
MARX, K. O capital. Livro I. Volume I, São Paulo: Nova Cultural, 1983.
MARX, K. O capital. Livro I. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

Bibliografia complementar

- BEAUD. M. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense. 1987.
DOBB, M. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
GORENDER. J. Introdução da edição brasileira das obras de Marx. São Paulo: Nova Cultural. 1983. MARX, K. O capital. Livro I. Volume III. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
SWEEZY. P. A teoria do desenvolvimento capitalista. São Paulo: Nova Cultural. 1983.

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Ementa: O processo de formação social do Brasil. A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e Colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e o surgimento de novos atores políticos. Inserção e dependência no sistema capitalista. Modernização conservadora no período pós 64. O fim do milagre. Transição democrática e neoliberalismo. O Brasil do século XXI.

Bibliografia básica

- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974
SANTOS, W. G. do. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Bibliografia complementar

- CARVALHO, J. M. de. A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo. 2. ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1975.
ROUQUIÉ, A. A estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984 SKIDMORE, T. De Castello a Tancredo, 1964-1985. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
SODRÉ, N. W. Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional. Organizado por Sodré, O. IPEA – Instituto de Pesquisa Econ mica Aplicada. Itui: Ottoni Editora, 2010
CARDOSO DE MELO, João Manuel. O capitalismo tardio. Contribui o   revisão crítica da forma o e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.
BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

Forma o Histórica do Mundo Contemporâneo

Ementa: O período de transição do mercantilismo para o capitalismo liberal a partir do no século XVIII até a crise do modelo liberal na terceira década no século XX. Crises e conflitos internacionais. A Guerra Fria, a configuração da nova ordem mundial e seus aspectos econômicos, sociais, cultural e políticos com base na orientação historiográfica de autores inclinados à história social. O neoliberalismo e a globalização do mundo contemporâneo

Bibliografia básica

ANDERSON, P. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.
HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008
MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa do século XX. Trad.: Feist, H. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

Bibliografia complementar

CALAZANS FALCON, F. J. A época pombalina. São Paulo: Ática, 1993.
CASTRO, R. G. de. Relações econômicas internacionais. Brasília: VESTCON, 2000.
FERNANDES, F. Marx e Engels. História. São Paulo: Ática, 2003.
HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14 ed. [São Paulo]: Loyola, 2005.
MELLO, A. F. De. Capitalismo e mundialização em Marx. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I

Ementa: a) Montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) Trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) Produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II

Ementa: a) Montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) Trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

Relações Étnico-Raciais

Ementa: Teorias raciais do século XIX e suas consequências no Brasil; Relações raciais e miscigenação; Analisar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos e processos de colonização e póscolonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de

educação anti-racista. Currículo e política curriculares. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença.

Bibliografia básica

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

GUIMARÃES, A. S. Classes, raça e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à USP, Editora 34, 2002.

SOUZA, J. (org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia complementar

HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ/Ucam, 2005

MACHADO, M. H. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Editora da UFRJ/Edusp, 1994

MATTOS, H. M. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

MUNANGA, K. (1999); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

NOGUEIRA, O. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. Tempo social– Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, novembro de 2006. _

Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos

Ementa: O corpo pelas lentes das Ciências Sociais e seus principais questionamentos, em particular as questões de gênero e sexualidade que decorrem dessa novidade teórica. Introdução às abordagens pós-estruturalistas e contextualização histórica dos novos movimentos sociais em todo mundo a partir dos anos 1960-70.

Bibliografia básica

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Aguiar, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad.: Albuquerque, M. T. da C. & Albuquerque, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

MAUSS, M. Sociologia e antropologia (Sexta parte: as técnicas do corpo). Precedido de Introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Levi-Strauss. 2ª edição. Trad.: P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Bibliografia complementar

FRIEDAN, B. A mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971

GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Trad.: Lopes, M. São Paulo: Editora da UNESP, 1993
MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2006
SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Rev. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul/dez 1995.
SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Tradução de Almeida, S. R. G. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Ementa: Análise de políticas públicas a partir das concepções de Estado e das políticas sociais que sustentam seus programas de intervenção. A relação entre políticas públicas e as reivindicações dos movimentos sociais históricos.

Bibliografia Básica

CARNOY, M. Estado e teoria política. 17ª Ed. São Paulo: Papyrus, 1913.
OLIVEIRA, A. U. de. Integrar para não entregar políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP, Papyrus, 1991.
GOHN, M. G. M. Movimentos sociais no início do século XXI : antigos e novos atores sociais, Vozes, 2015

Bibliografia complementar

CARVALHO, A.M DE. Políticas sociais: afinal do que se trata? Agenda Social. Revista do PPGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, v.1, n.3, set-dez/2007, Disponível em http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf. Acesso em 15.04.2022
CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
MONTAÑO, C. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
POULANTZAS, N. Poder Político e Classe Sociais Paulo. Martins Fontes. 1986.
SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1987

Tecnologia, Trabalho e Sociedade

Ementa: Tecnologia enquanto relação social fundamental. Desenvolvimento social, tecnologia e cultura. Processos de mudança tecnológica, seus impactos sobre a sociedade e as novas relações estabelecidas no mundo do trabalho.

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed., 2002
HARVEY, David. Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural

22 ed., 2012

SCHAFF, Adam. A Sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 199

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6 ed., 1999

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. 1999 SCHAFF, Adam. História e verdade. 5 ed., 1991

MARX, Karl. Grundrisse manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 2011

LOJKINE, J. A Revolução informacional. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

Etnologia Indígena

Ementa: Noções de etnologia indígena. Organização social e política indígena. Terras e territórios indígenas. Educação Escolar Indígena e Ensino Superior. Saúde dos povos indígenas no Brasil. Povos indígenas no Brasil e políticas indigenistas. Identidade étnica, etnicidade e etnogêneses. Arte indígena. Economia indígena e Etnodesenvolvimento. Cosmologia, mito e identidade étnica. Etnografias de povos indígenas no Brasil.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “Regime dos aldeamentos missionários (1549-1755)”. In: A presença indígena na formação do Brasil. (Introdução). Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, pp.: 17-61.

LUCIANO, Gersem dos Santos. “Quem são e quantos são os índios no Brasil”. In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Bibliografia complementar

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Batalha. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 12, n.1-2, p. 101-114, 1979.

OLIVEIRA, Roberto. “Identidade étnica, identificação e manipulação”. In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Pioneira, 1976. BARTH, F. 2000.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”. Mana 12(1): 39-68. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104.

LUCIANO, Gersem dos Santos. “Economia Indígena”. In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação.

EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE

Ementa: Introdução às diferentes abordagens das Ciências Sociais acerca da relação entre homem e natureza, com foco nas questões ambientais da contemporaneidade, na emergência do ativismo ambientalista e a incorporação desses discursos pelos diferentes agentes sociais: desde empresas, o poder público, até movimentos sociais. Aprofundamento teórico-prático na temática das relações entre sociedade e natureza, e preparação dos discentes para a ação e educação ambientais.

Bibliografia básica

GARAY, I; BECKER, B. K.(orgs.). Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB, 1994
LOUREIRO. V. R. Amazônia: Estado - homem - natureza. Belém: CEJUP. 1992.

Bibliografia complementar

ALONSO, A. & COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n.53, 1º semestre, 2002
GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2012.
LOPES, C. V. G. Políticas públicas e iniciativas da sociedade civil em educação ambiental. Curitiba, FAEL. 2010.
MARTINS, J.P. de A. Educação ambiental crítica e formação de docentes fundada na investigação-ação e na parceria colaborativa. Tese. Piracicaba-SP, 2016.
VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (OrgS.). As Ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro; Belém: NAEA, 1993.

Ementa: Os clássicos das Ciências Sociais e temas, tradicionalmente estudados tanto pela Antropologia quanto pela Sociologia. A crise do conceito de religião. A relação entre religiões e xamanismos. Espiritualidades. Pesquisas sobre religiosidades na Amazônia. Religiões Verdes, Religião e Espaço público, Ensino religioso, Religiões Ayahuasqueiras.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989
GEERTZ, Clifford. “A religião como sistema cultural”. In: _____. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
WEBER, Max. A ética protestante e o “Espírito do Capitalismo”. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

Bibliografia Complementar

STEIL, Carlos Alberto, TONIOL, Rodrigo. A crise do conceito de religião e sua incidência sobre a antropologia In: Religión, cultura y política en las sociedades del siglo XXI. 1 ed. Buenos Aires: Biblos editora, 2013, p. 137-158.

KOPENAWA, Albert Bruce, Davi. A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami. Companhia das Letras, 2015.

EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, oráculos e magia entre os azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

LEVI-STRAUSS, Claude. "O feiticeiro e sua magia"; "A eficácia simbólica". In:_. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

Teoria e pesquisa sobre violência

Ementa: Introdução aos trabalhos consagrados das Ciências Sociais brasileiras e estrangeiras acerca dos fenômenos de violência estatal e não-estatal. Introdução à pesquisa na temática das violências: os diferentes fundamentos teóricos e as abordagens próprias da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

Bibliografia básica

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/ A, 1989.

COSTA, Marilza Sales. "O Homicídio na Mesorregião do Sudeste Paraense: período de análise 1980-2010. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - UNICAMP/Campinas. 2015.

EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais. 2.ed Belém. Núcleo de Altos Amazônicos. 1999, p. 113.

Bibliografia complementar

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987

IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1988.

LOUREIRO, Violeta Refhalefsky. Amazônia: estado. Homem, natureza. Belém: Cejup. 1992.

FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano - A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2a ed. São Paulo: Edusp, 2001.

GIRARD, R. A violência e o sagrado. 3ª edição. Trad.: Grambini, M. C. São Paulo: Paz e Terra, 2008

TELES, E. & SAFATLE, V (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Estudos de Povos Indígenas

Ementa: Os caminhos da etnologia no Brasil e, em particular, na Amazônia. Introdução à etnologia indígena. A sociodiversidade nativa brasileira e na região amazônica. Problemas vivenciados pelos povos indígenas na Amazônia. Problemas e desafios etnológicos no estudo dos povos indígenas no estado do Pará.

Bibliografia básica

BESSA FREIRE, J. R. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia, Atlântica – UERJ, Rio de Janeiro, 2004

CUNHA, M. C. (Org.) História dos índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SILVA, L., (Org.), Coletânea da legislação indigenista brasileira, Brasília, Editado por CGDTI/FUNAI, 2008

Bibliografia complementar

FAUSTO, C., Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

MASTOP-LIMA, L. N. O tempo antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA. 2002

OLIVEIRA, R. C. de. A Crise do Indigenismo, Campinas: Editora da UNICAMP 1988

SAMPAIO & ERTHAL (orgs.). Rastros da Memória: Histórias e Trajetórias das Populações Indígenas na Amazônia, Manaus: EDUA, 2006

VIVEIROS DE CASTRO, E. & CUNHA, M. C. da (Orgs.). Amazônia – Etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/USP, 1993

Questões urbanas: teoria e métodos

Ementa: Conceitos antropológicos e sociológicos sobre a vida nas cidades e os processos sócio-espaciais no Brasil. As dinâmicas urbanas através das organizações sociais e políticas e culturais. As políticas urbanas e a estruturação das cidades. Uso e controle social das cidades e as suas formas de violência.

Bibliografia básica

BANFIELD, E. C. A crise urbana: natureza e futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. Florença: Avante, 1975.

VELHO, G. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Bibliografia complementar

ELIAS, N. A solidão dos moribundos: envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FREITAG, B. Teorias da cidade. Campinas: Papirus, 2006

KOWARICK, L. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEEDS, A. & LEEDS, E. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1978

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Record, 2001.

Instituições Políticas Brasileiras

Ementa: A Formação do Estado Nacional Brasileiro. Poder Local na Política Brasileira. O Populismo na Política Brasileira. O Militarismo na Política Brasileira. O Novo Sindicalismo na Política Brasileira.

Bibliografia básica

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1995. IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 2a edição. Revista – Civilização Brasileira. Rio de Janeiro-1971.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

Bibliografia complementar

CARVALHO, J. M. De. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, 3°. Ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

HOLLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

SODRÉ, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil

Ementa: O sistema partidário e eleitoral no Brasil: conceitos básicos e perspectivas teóricas e metodológicas. A formação do sistema partidário e das eleições municipais no contexto do Sul e Sudeste paraense.

Bibliografia básica

FRANCO, A. A. de M. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 3a Edição. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1980.

MOTTA, R. P. S. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008

NICOLAU, J. M. Sistemas eleitorais. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas, 1999.

Bibliografia complementar

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são as suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000

MMEZZARROBA, Or. Partidos políticos: princípios e garantias constitucionais. Lei 9.096/95 – anotações jurisprudenciais. Curitiba: Juruá, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil e outros estudos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Brasil Império)

SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Orgs.) Reforma política: lições da história recente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, M. do C. C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Pensamento Social Brasileiro

Ementa: Interpretações do Brasil nos séculos XIX e XX que buscaram compreender nossa particularidade histórica, explicar nossas desigualdades sociais e determinar a natureza própria do poder político no Brasil. As perspectivas de hierarquias raciais, de uma sociedade de

classes, até a de um estado patrimonialista e a de um estado de direito incompleto. Embates teóricos entre diferentes narrativas e suas implicações políticas, sociais e culturais.

Bibliografia básica

CUNHA, E. da. Os sertões: campanha de Canudos. 39ª.edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000
FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 42ª.edição. Rio de Janeiro: Record, 2001
HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

Bibliografia complementar

BASTOS, T. A província: estudo sobre a descentralização no Brasil. Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira n 105, 3a ed. São Paulo, 1965
CASTRO, J. de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946
FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000
NABUCO, J. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000
RICÚPERO, B. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. Alameda, São Paulo, 2007
SCHWARTZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª edição. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012
VIANNA, O. Populações meridionais do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973

Tópicos Temáticos em Antropologia

Estado, movimentos sociais políticas publicas.

Emente: Disciplina ministrada com foco na linha de pesquisa desenvolvida no campo da Antropologia, aberta ao desenvolvimento de um tema de interesse específico do docente e/ou dos discentes.

Conflitos Sociais: terra e território

Ementa: Atores envolvidos nos conflitos por terra na Amazônia e conformação histórica deste conflito: campesinato, agronegócio, mineração, empreiteiras, comunidades tradicionais

Bibliografia básica

EMMI, M. Oligarquia dos Tocantins e o domínio dos castanhais. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999
HARVEY, D. Os limites do capital. (Cap. 12: A produção das configurações espaciais: as

mobilidades do capital e do trabalho) São Paulo: Boitempo, 2013

WAGNER, A. Carajás: a guerra dos mapas. 2ª ed. rev. e ampliada. Belém: [s.n.] 1995.

Bibliografia complementar

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. Paper apresentado no II Seminário internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em < <http://www.unisc.br/slide/sidr/2004/conferencias/02.pdf> > Acesso em julho de 2015

COSTA, W. M. O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997

ESTERCI, N. et al. (org.). Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. Rio de

Janeiro: 7 Letras, 2014.

GRAMKOW, M. M. (org.) Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002

HALL, A. L. Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no

Programa Grande Carajás. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ALMEIDA, Alfredo Wagner [et all]. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Fronteira da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CATER, Miguel (org) Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

EMENTA: Proporcionar a aproximação dos falantes do Português de uma língua viso-gestual utilizada pela comunidades que usam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), principalmente, nos espaços educacionais visando uma inclusão social, assim como rompendo as barreiras linguísticas e gramaticais, assim alcançando a cidadania plena dos sujeitos no processo de ensino e de aprendizagem

Bibliografia básica

Kátia Andréia. Introdução à Língua Brasileira de Sinais. Editora: DEAD. Belém: PA. Ano Publicação, 2009.

BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, Fernando Cesar. A Libras em suas mãos. São Paulo- Editora: EdUSP: Ano Publicação, 2017.

Bibliografia complementar

COUTO, Cleber. Aprendendo Língua de Sinais - Atividades Pedagógicas em Libras: Editora BOOKESS, 2015. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC. Decreto n 5.626 de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais? Libras, e o art. 18 da Lei n 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais. Volume I e II: Sinais de A a Z (Vol. I e II). São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001..

FELIPE, Tanya A. e MONTEIRO, Myrna S. Libras em contexto: programa Nacional de Apoio à

Educação de Surdos, curso básico. Brasília, MEC: SEESP:2001.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. Libras: aprender está em suas mão. 1. Ed.- Curitiba, PR: CRV, 2013.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora. UFSC, 2008.

EMENTA: 1. A abordagem da geografia histórica e a análise da formação territorial da região. 2. As frentes de expansão e a formação territorial do Sudeste do Pará 3. A mineração e as políticas de desenvolvimento regional. 4. Os conflitos sociais no Sul do Pará: conflitos socioambientais e luta pela terra. 5. A atualidade do debate da fronteira para entender a formação territorial do Sul e Sudeste do

Questão Regional e Regionalização do espaço mundial

Pará.

Referências Obrigatórias

EMMI, M. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: UFP/NAEA, 1999.
HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém: Edufpa, 2004 (4 volumes).
VELHO, O. G. Frentes de expansão e estruturas agrárias: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

Referências Complementares:

CASTRO, E.; MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. (orgs.) Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995.
COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. de A. (orgs.) Mineração e reestruturação espacial da Amazônia. Belém: NAEA, 2007.
MARTINS, J. de S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do Humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

*OFERTA DE DISCIPLINAS DE OUTRAS FACULDADES

Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará

EMENTA: 1. A expansão do mundo europeu e a construção do conceito de espaço mundial. 2. O debate da globalização/fragmentação, da mundialização da cultura, da internacionalização da economia e a organização regional do mundo contemporâneo 3. As diferentes propostas de regionalização/dominação do espaço mundial 4. As particularidades da formação territorial da América Latina e sua organização regional. 5. Estado e movimentos sociais na regionalização do espaço latino-americano.

Referências Obrigatórias

ARRIGHI, G. O longo século XX. RJ: Contraponto, 1994.
SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: RECORD, 2000.
WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico & Civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Referências Complementares

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 5 ed. SP: Paz e Terra, 2001.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. SP: Xamã, 1996.

EMENTA: 1. A (re)invenção da Amazônia e a formação territorial da região. 2. A Amazônia como fronteira: Estado, atores sociais e conflitos territoriais. 3. A organização do espaço amazônico a partir

Desenvolvimento Regional e Local

da geopolítica dos recursos naturais: a geopolítica das águas, a produção energética, a mineração e o agroextrativismo. 4. O papel dos povos indígenas, quilombolas, mulheres e comunidades tradicionais locais na construção de novas territorialidades, na luta por reconhecimento e por direitos territoriais na Amazônia. 5. Diversidade territorial na Amazônia e meio técnico-científico e Informacional.

Referências Obrigatórias

BECKER, B. K., MIRANDA, M. & MACHADO, L. O. Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do território. Brasília/Rio de Janeiro: UNB/UFRJ, 1990.

CASTRO, E. et alli. Industrialização e Grandes Projetos. Belém: EDUFPA, 2004;

MELO, N. A. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

Referências Complementares

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COELHO, M.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (orgs.). Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão dos recursos naturais. Belém: Cejup, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. Amazônia, amazônias. São Paulo: contexto, 2000

EMENTA: Caracterização do modo capitalista de produção. Diferenciação dos modos de produção pré-capitalistas. Discussão sobre o enquadramento do modo de produção dos povos indígenas como

Diversidade Territorial e Regionalização do Espaço Amazônico

caça e coleta. Análise da natureza do modo de produção de povos nativos localizados no município de Marabá e de outras regiões da Amazônia. Investigação de campo sobre o modo de produção de povos nativos no município de Marabá

Bibliografia Básica

MARX, Karl. Grundrisse. Sao Paulo: Boitempo Editorial, 2011, I.S.B.N. 9788575591727. FAUSTO, R. A apresentação marxista da história: modelos em Marx lógica e política III. São Paulo: Editora 34, 2002.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 7ª Ed., 2009, I.S.B.N. 9788577531431.

Bibliografia complementar

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. São Paulo: Campus, ISBN 853525076X.

PINSKY, Jaime. Modos de produção na Antiguidade. Editora Global, 1988. LEVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores, vol. 50), 1976.

SOFRI, Gianni. O Modo de Produção Asiático: história de uma controvérsia marxista. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, Darci. Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro, Vozes, 1972. SCHRODER, Peter. Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2003.

Desenvolvimento Sustentável

EMENTA: A problemática da localização industrial na era dos custos decrescentes de transporte. Hirschman: o modelo primário exportador em regiões em desenvolvimento. Perroux: o desenvolvimento a partir de polos. A tendência para as desigualdades regionais em um país e o papel do Estado. O princípio da teoria circular e cumulativa de Myrdal. A noção de distrito industrial de Marshall. A teoria da base de exportação de Douglas North. A nova geografia econômica segundo Krugman. Uma discussão sobre a teoria dos aglomerados. 68

Bibliografia Básica

HIRSCHMAN, Alberto O. Desenvolvimento por Efeitos em Cadeias: uma abordagem generalizada. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18, p. 13, out./dez. 1976.

SOUZA, Naly. Desenvolvimento socioeconômico. São Paulo: Atlas, 2013.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Francisco. Crítica À Razão Dualista: O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. I.S.B.N. 8575590367.

PIRES, Jose Otávio M. O vale do alumínio na Amazônia Oriental. Belém: UNAMA, 2005. PORTER, Michael. Vantagem competitiva. São Paulo: Elsevier, 1990. PORTER, Michael. Competição. São Paulo: Campus, 2009.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000. I.S.B.N. 8522502102.

EMENTA: Mercado e externalidades. As principais externalidades ambientais negativas do desenvolvimento econômico contemporâneo. A tragédia dos comuns: conceito e aplicações sobre casos concretos: florestas públicas, ar, mares, etc. O processo histórico do desenvolvimento capitalista e o meio ambiente. A reação à destruição ambiental até o conceito de desenvolvimento sustentável. A ação global para a promoção do desenvolvimento sustentável, inclusive a Agenda 21.

Bibliografia Básica

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Vozes, 2006. FAUCHEUX, S. NOEL, Jean. Economia dos recursos naturais e do meio ambiente. Instituto Piaget. 1997. ISBN 9728407386

MAY, Peter. Economia do meio ambiente. 2ª Ed. São Paulo: Campus, 2010. ISBN 8535237658

Bibliografia Complementar

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva, 2011.

BELLIA, Vitor. Introdução à Economia do Meio Ambiente. Brasília: IBAMA, 1996.

DUPAS, G.; Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais. Ed. UNESP, São Paulo, 2008.

FAUCHEUX, S.; NOEL, F. J. Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. MARGULIS, S. (ed.). Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos. IPEA, Brasília, 1990. 246p.

EMENTA: Conceitos introdutórios sobre a atual concepção de economia dos recursos naturais e ecodesenvolvimento. Apresentação de estudos de caso com aplicações dos conceitos apresentados em aulas, visando promover uma discussão acadêmica com relação ao desenvolvimento da região e políticas públicas ambientais de uma forma geral. Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais.

Bibliografia Básica

Economia Política Afro-Brasileira

CAIRNCROSS, F. Meio Ambiente: custos e benefícios. São Paulo: Nobel, 1992.

MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília, DA VINHA, Valéria. Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ª Reimpressão. 2003

MARGULIS, S. Economia do meio ambiente. In S. Margulis (Ed.), Meio ambiente - aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA / PNUD, 1996.

Bibliografia Complementar

MOTTA, R. S. Análise de custo-benefício do meio ambiente. In S. Margulis (Ed.), Meio ambiente - aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA / PNUD, 1996. 72

SILVA, M. A. R. Economia dos recursos naturais. In P. May, M. C. Lustosa & V. d. Vinha (Eds.), Economia do meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Nosso futuro comum. Editora de Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1987.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DA MOTTA, Ronaldo Seroa. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal Brasileira. Brasília.

EMENTA: Apresentação; Definição de conceitos (raça/cor/etnia) e desconstrução de mitos; Contexto histórico e formação econômico-social dos povos africanos; Expansão comercial internacional mercantilista e formação da mão-de-obra escravizada africana; Impacto e significação do

Economia e Meio Ambiente

colonialismo na África; Subdesenvolvimento e a luta pela independência econômica: de 1935 aos dias atuais; Trabalho escravo no Brasil e formação da mão-de-obra assalariada; Conjuntura e perspectiva: Brasil e África.

Bibliografia Básica

PNUD-BRASIL. Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005.

Racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005. Cap.1. “História, mitos e crenças”.

REZENDE, Cláudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne (Orgs.). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UNESCO. Coleção História geral da África da UNESCO. Brasília: UNESCO; Secad/MEC, UFSCar, 2010.

Bibliografia Complementar

APPIAH, Kwame Anthony, Na casa do meu pai: A África na filosofia da cultura, Rio de Janeiro,

Contraponto, 1997.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

DU BOIS, W. E. B. As almas da Gente Negra. Rio de Janeiro: Lacerda ED, 1999.

ARAÚJO, Tarcisio Patrício & outros(org). 50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado, Rio de Janeiro, IPEA, 2009.

FILHO, Luiz Viana. O Negro na Bahia, coleção documentos brasileiros, Livraria José Olympio, São Paulo

Ementa: O impacto do imperialismo no continente africano. A diáspora africana. A expansão europeia no continente entre os séculos XIX e XX. A África no período entre-guerras. O impacto da segunda Guerra na região. O contexto mundial do pós-guerra no continente africano. O neocolonialismo na África: dominação e resistência. Os movimentos de libertação nacional. A importância cultural, econômica, política e social da África no contexto mundial. Os desafios contemporâneos: conflitos étnicos, apartheid e direitos humanos.

Bibliografia Básica

KI-ZERBO, Joseph (org.). História Geral da África. v.7. Brasília: MEC/UNESCO, 2010. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/. Acesso em: 07 jul.2017.

GILROY, Paul. O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro/São Paulo:

Tempos Contemporâneos -I

Universidade Cândido Mendez/Editora 34, 2001.

HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Bibliografia Complementar

BRAUNTSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FURTADO, Junia F. (org.). Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG: PPGH-UFMG, 2008.

SILVA, Alberto da Costa. Um rio chamado Atlântico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

M'BOKOLO, Elikia. África Negra. História e civilizações. v. 2. São Paulo/Salvador: EdUFBA, Casa das Áfricas, 2011.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico. Rio de Janeiro/São Paulo: Campus Elsevier, 2003.

Ementa: Conceito de Revolução, Imperialismo, Ideologia, Classes Sociais. Revoluções Científica – Industrial e a Era do Iluminismo. Revolução Francesa. Revoluções Liberal-Burguesas Século XIX. Expansão Imperialista e partilha da África e Ásia. Conflitos internacionais. Modernismos. Partidos

Africa Colonial e Pós Colonial

Políticos. Movimento Operário. Crises Econômicas.

Bibliografia Básica

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bibliografia Complementar

ARENDDT, Hannah. Sobre a Revolução. Lisboa: Relógio d'Água, 2001.
HOBSBAWM, Eric. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
LÊNIN. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Lisboa: Edições Avante, 1975.
PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Ementa: Revolução Soviética. Fascismo e Nacional-Socialismo. Revoluções socialistas após o fim da II Guerra Mundial. Guerra Fria: EUA-URSS. Movimentos de Libertação Nacional: Ásia e África. Os múltiplos impactos de 1968 e dos enunciados pós-modernos. Blocos Econômicos Capitalistas. Fim do Bloco Socialista.

Bibliografia Básica

ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
JAMESON, Frederic. Pós-Modernismo. São Paulo: Ática, 1996.
REIS FILHO, Daniel Aarão. A aventura socialista no século XX. São Paulo: Atual, 1999.
WARNIER, Jean-Pierre. A mundialização da cultura. Bauru: Edusc, 2000.

Conquista e Colonização das Américas

Bibliografia complementar

ANDERSON, Perry. A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984.
ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
BLACKBURN, Robin (org.). Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
LÖWY, Michael (org.). Revoluções. São Paulo: Boitempo, 2009.
PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (org.). História da vida privada. Da primeira guerra aos nossos dias. v. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Ementa: A "invenção" da América. A colonização da América e a formação do mundo Atlântico. A colonização do imaginário: movimentos messiânicos indígenas e resistência. Formas de trabalho e sistema colonial: escravidão e trabalho forçado na Américas.

Bibliografia Básica

Tempos Contemporâneos II

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina. v. 1 e 2. São Paulo: Edusp, 2007.
BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. História do Novo Mundo: as mestiçagens, São Paulo: EDUSP, 2006.
O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América: Reflexão a Respeito da Estrutura Histórica do Novo Mundo e do Sentido do seu Devir. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

Bibliografia Complementar

- LEON-PORTILLA, Miguel. A conquista da América vista pelos índios. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart B. A América Latina na época Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VAINFAS, R. (org.). América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A Questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Ementa: Identidade negra brasileira e democracia racial. Branquitude e branqueamento no Brasil. Congressos Afro-Brasileiros e Negros. Raça e racismo no Brasil. Religiões de matriz africana: unidade e diversidade. Quilombos e remanescentes de quilombos. Resistências históricas e movimentos sociais negros. Cultura e diversidade no Brasil. Ações Afirmativas e Lei 10.639/03.

Bibliografia Básica

- BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. Psicologia Social do Racismo –Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MUNANGA, Kabengele; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto. Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, INEP, 2003.
- PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina. O movimento negro brasileiro. Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

Bibliografia Complementar

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (org.). Tirando a máscara: ensaios sobre o

História do Sul e Sudeste do Pará

- racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e políticas de combate ao racismo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. 3. reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SOUZA, Marina de Mello. Reis negros no Brasil escravista. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- Ementa: Os povos indígenas no vale do Araguaia, Tocantins, Itacaiúnas e Xingu. Povoamentos não indígenas. Relações e conflitos Inter étnicos. Migrações. Ciclos Econômicos. A Guerrilha do Araguaia. Colonização da Transamazônica. Grandes Projetos. Conflitos Agrários e Violência no Campo. Trabalho Escravo Contemporâneo. Questões Socioambientais. Formação das Cidades. Movimentos Sociais do Campo e da Cidade.

Bibliografia Básica

História e Cultura Afro-Brasileira

- EMMI, Marília. A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

PETIT, Pere. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: editora UFPE, 2015.

História Indígena e do Indigenismo na Amazônia

Bibliografia complementar

HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: ADUFPA, 2004.

IANNI, Otávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

LARAIA, Roque de Barros; DA MATTA, Roberto. Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sobra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Ementa: Formação de um campo de estudos. Políticas indigenistas na Amazônia portuguesa e no Brasil imperial e republicano. Políticas indigenistas e sua relação com as questões ambientais no passado e no presente; Trabalho, territorialidade, meio-ambiente e etnicidade. Papel das populações indígenas na história e sua relação com o meio-ambiente. As populações indígenas na e em sala de aula. Ensino de história e populações indígenas.

Bibliografia Básica

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas: Tese de Livre Docência/UNICAMP, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. A temática indígena na escola. Brasília:

Ações Afirmativas e Educação

MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Bibliografia Complementar

DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000.

GARFIELD, Seth. A luta indígena no coração do Brasil. São Paulo: Edusp, 2011.

HEMMING, John. Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

Ementa: Ações Afirmativas. As Leis 10.639/03 e 11.645/08. História e Cultura Afro-Brasileira e os Povos Indígenas do Brasil. Relações das ações afirmativas com as demandas do ensino de história instaurados a partir da promulgação dos referidos decretos.

Bibliografia Básica

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida et al. Povos Indígenas e Educação. Medição, 2008.
SILVA, Cidinha. Ações Afirmativas em educação. Experiências brasileiras. São Paulo: Selo Negro, 2003.
SOUZA, Marina de Mello e Souza. África e Brasil Africano. São Paulo: Ática, 2012.

Bibliografia Complementar

- AMÂNCIO, Isis Maria da Costa.; GOMES, Nilma Lino.; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas Africanas e Afro-Brasileiras na Prática Pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

História, Cidades e Políticas Públicas

- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 1. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.
BONIN, Iara Tatiana. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade? Currículo sem Fronteiras. v. 10, n. 1, p.133-146, jan/jun. 2010.
GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto. Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, INEP, 2003.
Ementa: Estudo e reflexão sobre o História, Cidade e Políticas Públicas na perspectiva do direito à cidade, situada como produção social e cultural de seus moradores. Problematizar as perspectivas e olhares sobre cidade em seus múltiplos ângulos, decifrando-os os processos de intervenções urbanísticas, de gestão e uso dos espaços públicos e privados, as tensões, lutas e as singularidades das práticas cotidianas urbanas.

Bibliografia Básica

- LIMA, Antônia Jesuítas de (org). Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte, 2007.
PECHMAN, Robert Moses (org.). Olhares sobre a cidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

Sociologia Criminal (DI 07144)

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

Bibliografia Complementar

- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro: Sete letras, 1994.
FENELON, Déa (org.). Cidades. São Paulo: Olho D'água, 1999.
LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. São Paulo: Unesp, 1998.
KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
Ementa: Noções gerais. Conceito, análise, classificação e fundamentos da Sociologia Jurídica. Criminologia e suas vertentes. Sociologia criminal como vertente da criminologia. Criminalidade e Fato Social. Relação e dinâmica Dialética.

Bibliografia Básica

- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2002.
- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora.
- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 12. ed., rev. atual. São Paulo: Revan, 2015.
- BENTHAM, Jeremy. Teoria das penas legais e Tratado dos sofismas políticos. São Paulo: Edijur, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos a onda punitiva. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Bibliografia Complementar

Temas Emergentes do Direito (DI 07145)

- BATISTA, Nilo. Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro: I. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2002.
- OLIVEIRA, Edmundo. Pólos essenciais da criminologia: o homem e seu crime. Belém: Edições CEJUP, 1983.
- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martin Claret, 2014. (Coleção A obra prima de cada autor, 48).
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl ; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro : volume 1 : parte geral. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- Ementa: Conceito de temas emergentes do Direito. Direito e cibernética. Direito e ciência da computação. Direito dos excluídos. Direito Cibernético. Novos Caminhos para o direito na nova realidade tecnológica.
- Bibliografia Básica:
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- MORAES, Alexandre De. Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 10. ed. rev. aum. e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.
- WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Org). Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- Bibliografia Complementar
- AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. Manual de português e redação jurídica. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016
- LÉVY, Pierre; COSTA, Carlos Irineu. CyberCultura. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- OLIVEIRA NETTO, José. Mini dicionário universitário: terminologia jurídica e latim forense. 2. ed. Leme, SP: Edijur, 2011.

Ementa: Fundamentos dos Direitos Humanos. Concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos. Processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana. Princípios de cidadania. Sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. Dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades. Laicidade do Estado. Democracia na educação. Transversalidade, vivência, globalidade e sustentabilidade socioambiental.

Bibliografia Básica

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo: Manole, 2004.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DOUZINAS, Costas. O Fim dos Direitos Humanos. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2009.
- GUERRA, Sidney. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- HERSHBERG, Eric- JELIN, Elizabeth. Construindo a Democracia-Direitos Humanos: Cidadania e Sociedade na América Latina. São Paulo: Edusp, 2007.
- OLIVEIRA, Cristina Godoy Bernardo de. Direitos Humanos: a luta pelo reconhecimento. São Paulo: Melius Nosti, 2013.

Bibliografia Complementar

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo: Manole, 2004.
- BOBBIO, Norberto. Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Vivências em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

- DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Filosofia, Sociedade e Direitos Humanos. São Paulo: Manole, 2012.
- VILLEY, Michel. O Direito e Os Direitos Humanos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Ementa: Análise dos aspectos teóricos e metodológicos da Educação Especial na filosofia da educação inclusiva. Inclusão escolar no cotidiano da sala de aula e o desenho universal da aprendizagem. Acessibilidade e adequação curricular na prática pedagógica inclusiva. Produção de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis. Uso e produção de Tecnologias Assistivas. Vivências na sala de aula comum, sala de recursos multifuncionais e centros

Bibliografia Básica

- ARANHA, M.S.F. Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos – a

Educação e Direitos Humanos

- fundamentação filosófica – a história – a formalização. Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, nov. 2003.
- BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed

Bibliografia Complementar

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola.- 3. ed.. 2010. CAIADO, Katia Regina Moreno. Aluno deficiente visual na escola. 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para aprendizagem.- 10. ed.. 2011. GARCIA, R. M. C. Políticas de inclusão e currículo: transformação ou adaptação da escola?. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e culturas - livro 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, v. 3, p. 582-594.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Tradução de Lopes, M.F. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão. 2007.

RABELO, L. C. C. Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos - SP, 2012. Disponível em:

http://www.btd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo= 5081>. Acessado em: 07 de out. 2014.

DUK, Cynthia; HERNANDEZ, Ana M. y SIUS, Pia. Las Adaptaciones Curriculares: Una estrategia de individualización de la enseñanza. Disponível em:

Antropologia Jurídica

<http://es.geocities.com/teoriaadaptaciones/adaptaciones.pdf>.

VILARONGA, Carla Ariela Rios. 216 f. Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino. São Carlos: UFSCar, 2014.

Ementa: Antropologia e história da Antropologia Jurídica. Estudo comparativo entre sociedades primitivas e o Estado Democrático de Direito. Aderência da Antropologia para o estudo das sociedades contemporâneas. Lendas e narrativas na formulação do universo cultural de um povo e seus efeitos na recepção das normas jurídicas antropológicas jurídicas no Brasil. O índio e o negro na cultura brasileira e movimentos atuais de inclusão social na dimensão jurídica.

Bibliografia Básica

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA JUNIOR, Fernando Alves da; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Interculturalidade e sabers: os diversos na contemporaneidade da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2015.

Bibliografia Complementar

CASSIER, Ernst. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio a Janeiro: Rocco, 2000.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

GOMES, Mercio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2011.

LÉVY, Pierre. CyberCultura. São Paulo: Editora 34, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira. Belém: Paka-Tatu, 2017.

PONTES, Heloisa; PEIXOTO, Fernanda Areas; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Antropologias, histórias, experiências. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

REALE, Miguel. Cinco temas do culturalismo. São Paulo: Saraiva, 2000.

SACCO, Rodolfo. Antropologia jurídica: contribuição para uma macro-história do Direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

Anexo 10: Lei nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de sociólogo/a

Lei nº6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e ou sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;
- c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;
- d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta lei, por estabelecimento de Pós-Graduação oficiais ou reconhecidos;
- e) aos que embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, venham exercendo efetivamente, a mais de cinco anos, atividade de sociólogo, até a data da publicação desta lei.

Art. 2º - É da competência do sociólogo:

- I. - elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos programas e projetos atinentes à realidade social;
- II. - ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;
- III. - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;
- IV. - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de plano, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - as atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela consolidação das Leis do Trabalho, em regime do estatuto dos funcionários públicos, ou como atividades autônomas.

Art. 5º - admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - o exercício da profissão de sociólogo requer prévio registro no Órgão competente no Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I. - Documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas a, b, c e d do artigo 1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma de alínea e do art. 1º;

II. - Carteira Profissional.

Parágrafo Único: para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

Art. 7º - o Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60

(sessenta) dias. Art. 8º - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - revogam-se as disposições em contrário. Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984.

Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

Anexo 11: Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de sociólogo/a

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

DECRETA:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até 11 de dezembro de 1980, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

c) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até 11 de dezembro de 1980, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos;

e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, tenham exercido, efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1980, uma das atividades definidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 2º - São atribuições dos sociólogos:

I. - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II. - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III. - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV. - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades provadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, programas e

projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto a referida atividade, sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - As atividades de sociólogo serão exercidas:

- I - mediante contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, II - em regime estatutário (Estatuto dos Funcionários Públicos); e
- III - de forma autônoma.

Art. 5º - Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviços para a realização das atividades previstas no artigo 2º deste Decreto, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - O exercício da profissão depende de prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 1º - O registro a que se refere este artigo será efetuado a requerimento do interessado, instruído com os seguintes documentos:

- a) diploma mencionado na alínea a, b, ou d do artigo 1º, ou ainda
- b) título de habilitação específica em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada na forma do disposto no artigo 1º;
- c) documento comprobatório de atividade profissional de sociólogo, durante pelo menos 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1990, observado o previsto no artigo seguinte;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo 2º - O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá conter, além do nome do interessado, a filiação, o local e a data de nascimento, o estado civil, indicação da residência e local onde exerce a profissão, número da Carteira de Identidade, seu órgão expedidor e data da expedição, bem como o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Art. 7º - A prova da situação prevista na alínea e do artigo 1º será feita por qualquer meio em direito permitido, notadamente pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou pelo recibo de pagamento do imposto relativo ao exercício da atividade profissional e somente admitida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 8º - O órgão regional do Ministério do Trabalho anotarà na carteira de

Trabalho e Previdência Social do interessado a data e o registro da profissão.

Art. 9º - O Ministério do Trabalho expedirá as instruções que se fizerem necessários à execução deste decreto.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 05 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

Anexo 12: RESOLUÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ICH/UNIFESSPA

Capítulo I

Da Finalidade

Art. 1º - Este Regulamento destina-se a normatizar o processo de elaboração, orientação e avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) - Campus de Marabá, atividade necessária para a integralização da Matriz Curricular do Curso.

Capítulo II

Da Caracterização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Art. 2º - O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Ciências Sociais constitui atividade curricular obrigatória para fins de graduação no curso de Bacharelado em Ciências Sociais e objetiva proporcionar ao discente, experiência no desenvolvimento de pesquisa social e construção de seu relatório correspondente.

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Ciências Sociais caracteriza-se por ser um trabalho de caráter monográfico e científico sobre um tema relacionado às Ciências Sociais e que estejam, preferencialmente, contemplados nas Linhas de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT).

Art. 4º - Para fins de integralização da matriz curricular, serão aceitos também:

- i) um artigo científico individual, ou em coautoria com o/a orientador/a, publicado, ou com aceite para publicação, em revista científica de mérito reconhecido na área, e que verse sobre material de pesquisa original produzida pelo/a discente. O artigo também será submetido a defesa diante de Banca Examinadora, nos mesmos termos de um trabalho monográfico.
- ii) Documento audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou cedidos pela Unifesspa ou por outras instituições de fomento à pesquisa. O documento audiovisual deve ser acompanhado

de um texto indicando resultado de atividades de pesquisa de campo e bibliográfica e também deverá ser aprovado por uma Banca Examinadora, nos mesmos termos de um trabalho monográfico.

Art. 5º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser elaborado individualmente pelo discente contando com a orientação de um docente do quadro efetivo do curso de Ciências Sociais. Será possível a orientação de um docente externo ao curso de Ciências Sociais desde que seja indicado um docente coorientador (a) vinculado à FACSAT.

Art. 6º - Para cursar a atividade curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, os/as discentes devem preencher e entregar no ato da matrícula no Colegiado do Curso o projeto de pesquisa e a sugestão de orientação a ser avaliada pelo Colegiado do Curso, de acordo com o calendário de matrícula.

Art. 7º - Para cursar a atividade curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, os/as discentes devem preencher e entregar no ato da matrícula no Colegiado do Curso o formulário de esboço da monografia (Anexo B) e a carta de aceite do/a Orientador/a (Anexo A), de acordo com calendário da Universidade.

Capítulo III

Da Organização e Funcionamento

Art. 8º - A estrutura organizacional do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a seguinte:

- I. Colegiado do Curso de Ciências Sociais;
- II. Professor dos componentes curriculares;
- III. Professor Orientador;
- IV. Coorientador (quando houver);

- V. Graduando.

Art. 9º - O TCC será desenvolvido na forma de um trabalho científico e está vinculado aos seguintes componentes e atividades curriculares:

- I - Diálogos de pesquisa I;
- II - Diálogos de pesquisa II;
- III - Trabalho de Conclusão de Curso I;
- IV - Trabalho de Conclusão de Curso II;

Art. 10º - O componente Diálogos de Pesquisa I terá como resultado o Projeto de Pesquisa a ser desenvolvido pelo/a estudante com o propósito de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 11º - O projeto de pesquisa a ser elaborado pelo/a discente do Bacharelado do Curso de Ciências Sociais deve conter minimamente os seguintes elementos:

- I - Tema
- II - Problematização;
- III - Objetivos;
- IV - Revisão Teórica;
- V - Metodologia;
- VI - Cronograma;
- VII - Referências Bibliográficas.

Art. 12º - O projeto de pesquisa deve ser aprovado pelo professor do componente Diálogos de Pesquisa I e ser submetido com fins de registro ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

Art. 13º - Uma vez registrado, a mudança do tema do projeto só será permitida mediante a anuência do/a Orientador/a do Projeto e entrega do novo projeto do Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

Parágrafo Único - Mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto elaborado serão permitidas a qualquer tempo, com consentimento do/a Orientador/a e sem a necessidade da anuência do Colegiado do Curso.

Art. 14º - O componente curricular Diálogos de Pesquisa I tem por objetivo contribuir com a
definição dos temas dos alunos e organizar os elementos essenciais para

apresentação do projeto de pesquisa. O componente Diálogos de Pesquisa II tem por objetivo discutir experiências de pesquisa e contribuir para a organização das informações e sua interpretação com base na teoria social.

Cap. IV

Requisitos Gerais do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 15º - O TCC do Bacharelado do Curso de Ciências Sociais tem como requisito:

I - Ter o projeto de pesquisa exclusivo para TCC aprovado na disciplina Diálogos de Pesquisa I e desenvolvido em Diálogos de Pesquisa II;

II - Apresentar o formulário de esboço inicial de TCC, conforme Anexo B;

III - Deve ser desenvolvido individualmente;

IV - Deve ser elaborado segundo as normas da ABNT para trabalhos científicos;

V - Deve ser apresentado publicamente e aprovado por Banca Examinadora formada por 03 (três) membros, sendo um deles o/a Orientador/a, e os demais indicados por ele e homologados no Colegiado do Curso.

Cap. V

Da inscrição

Art. 16º - A inscrição nos componentes curriculares TCC I e II será feita na Secretaria do Curso de Ciências Sociais da FACSAT mediante o preenchimento do formulário (Anexo A).

Art. 17º - Poderá se inscrever em TCC I o/a estudante aprovado/a em Diálogos de Pesquisa I.

Art. 18º - Poderá se inscrever em TCC II o/a estudante aprovado/a em Diálogos de Pesquisa II e TCC I, que apresente o esboço inicial do TCC (conforme Anexo B) e que tenha cursado no mínimo 75% do curso.

Cap. V

Das atribuições do Colegiado do Curso

Art. 19º - Caberá o Colegiado do Curso de Ciências Sociais:

I - Indicar o/a professor/a orientador/a;

II - Divulgar no começo do ano letivo o calendário para defesas do TCC a ser cumprido por discentes e docentes orientadores;

III - Reavaliar a designação do/a Orientador/a quando houver algum impedimento apresentado pelos interessados.

IV - Indicar a data de depósito do TCC.

IV - Homologar as datas de defesa TCC.

Parágrafo único: entre o depósito e a defesa transcorrerá obrigatoriamente o prazo mínimo de 10 dias.

V - Acompanhar as atividades desenvolvidas nos componentes curriculares referentes ao trabalho de curso.

VI - Colaborar sempre que necessário com o/a professor/a orientador/a acerca dos contatos com instituições públicas, privada e do Terceiro Setor, a fim de viabilizar o acesso ao material para pesquisa durante elaboração do trabalho monográfico;

VII - Definir as linhas de pesquisa e área de concentração e apresentar a relação dos professores da Unifesspa que podem orientar a feitura das monografias dentro das linhas propostas, bem como os respectivos projetos de pesquisa e extensão que desenvolvem e os grupos de estudos que coordenam/participam.

Cap. VI

Dos Direitos e Deveres

Art. 20º - São direitos dos/as professores/as orientadores/as:

I - Orientar no máximo 05 (cinco) discentes durante um período letivo;

II - Incluir a orientação no seu Plano Individual de Trabalho (PIT) e nas demais comprovações concernentes;

III - Desistir da orientação, mediante justificativa escrita encaminhada ao Colegiado do Curso, até o prazo máximo de 60 dias antes do prazo de depósito do TCC.

IV - Recorrer sempre que necessário ao Colegiado do Curso para consultas e para dirimir dúvidas referentes ao processo de orientação.

Art. 21º - São deveres do/a professor/a orientador/a:

I - Pertencer ao quadro docente da Unifesspa;

II - Reservar semanalmente um horário para atendimento (no mínimo 1 hora);

III - Avaliar o(a) graduando(a) ao longo do período de orientação de TCC;

IV - Controlar a frequência dos(as) graduandos(as) sob sua orientação;

V - Cumprir com assiduidade e pontualidade o horário acordado para desenvolver o trabalho de orientação dos(as) graduandos(as) na elaboração do TCC;

VI - Requisitar dos seus/suas Orientandos(as) três cópias encadernadas (espiral) e encaminhá-las para os membros da Banca.

VII- Participar e presidir as Bancas examinadoras de seus/suas Orientando(as);

1. Entregar, após a defesa, ao/a Colegiado uma cópia da Ata de Defesa e do Formulário de

avaliação final da Banca assinados por todos os membros, para fins de arquivamento; XIV -

Requisitar dos seus/suas Orientandos(as) uma cópia digital do TCC em CD (versão final)

com ficha catalográfica realizada, para arquivamento no Curso. A entrega deve ser feita na

secretaria do curso.

Art. 22º - São direitos dos/as orientandos/as:

I - Ter, ao cursar o TCC, um/a professor/a orientador/a e/ou coorientador do quadro de docentes da Unifesspa e vinculado ao Curso de Ciências Sociais.

II - Definir o tema do trabalho;

III - Dirigir-se ao Colegiado do Curso quando necessário, sobre assuntos pertinentes ao processo de elaboração do TCC;

IV - Dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro as possibilidades científicas e técnicas da Universidade.

Art. 23º - São deveres dos/as orientandos/as:

I - Apresentar um projeto de TCC ao/a professor(a) que deseja como orientador(a), ao final da disciplina Diálogos de Pesquisa I, no 7º semestre do Curso;

II - Realizar, com o auxílio do(a) Professor(a) Orientador(a), todas as etapas para a construção do seu TCC;

III - Redigir o texto obedecendo as regras que determina este Regulamento e de acordo com as normas metodológicas ou ABNT;

IV - Atuar efetivamente em todas as etapas (planejamento, execução, depósito e defesa) do TCC;

V - Participar de todas as atividades propostas pelo(a) Professor(a) Orientador(a);

VI - Comparecer, pontualmente, no local, datas e horários determinados pelo Professor(a)

Orientador(a) para orientação;

VII - Desenvolver as atividades de TCC com o máximo de empenho, responsabilidade e ética;

VIII - Providenciar a ficha catalográfica do TCC junto ao Setor de Bibliotecas, de acordo com os prazos e condições apresentados pelo Sistema de Bibliotecas (SIBI), e anexá-la à versão final do trabalho;

IX - Entregar na secretaria da FACSAT, no prazo estabelecido, 03 (três) cópias impressas

(encadernadas em espiral) do TCC para serem submetidas à avaliação da Banca Examinadora;

X - Entregar a versão final do TCC no prazo de 20 dias após a defesa, observadas as sugestões

propostas pela banca e possíveis modificações;

XI - Entregar 1 (uma) cópia digital da versão final do TCC na Secretaria do Curso para fins de arquivamento.

Cap. VI

Da Apresentação e Avaliação

Art. 24º - O limite para apresentação do TCC será observado dentro do prazo máximo para integralização do currículo do curso de Ciências Sociais, conforme fixado pelo Regimento de Graduação da Unifesspa.

Parágrafo 1 - O prazo para apresentação do TCC pode ser prorrogado, observando o limite para integralização do curso conforme fixado no PPC, a critério do Colegiado do Curso e mediante justificativa fundamentada por escrito apresentada pelo/a discente.

Parágrafo 2 - Parágrafo 2 - O/A estudante que não entregar o trabalho de conclusão de curso, ou que não apresentar sua defesa oral, sem motivo justificado na

forma do regulamento em vigor, está automaticamente reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo VI

Da Avaliação

Seção I - Da Banca Examinadora

Art. 25º -A Banca Examinadora será composta por três integrantes: Professor (a) orientador (a) do TCC e mais dois professores (as) examinadores, sendo que um desses examinadores deve ser necessariamente membro do corpo docente da FACSAT, e um suplente (que substituirá algum dos membros da Banca no caso de alguma impossibilidade inesperada), observadas a relação de suas produções acadêmicas e/ou atuações profissionais com o tema do trabalho.

I - Eventualmente, um(a) dos(as) avaliadores poderá ser convidado, possuindo o mesmo no mínimo especialização, observada a relação de suas produções acadêmicas e/ou atuações profissionais com o tema do trabalho, para compor a banca.

II - No caso de um dos membros da Banca ser professor de fora do quadro de docentes da Unifesspa, a Universidade não se responsabiliza por quaisquer ônus ou bônus advindos da participação na Banca examinadora.

Art. 26º - Os procedimentos da Banca examinadora são os que seguem:

I - Cada um dos integrantes da Banca fará a avaliação do trabalho, a partir dos critérios estabelecidos neste regulamento, em formulários próprios de avaliação.

II - Arguir, sobre questões pertinentes ao trabalho que está sendo apresentado perante a Banca.

III - O(a) Professor(a) Orientador(a) fará parte da Banca examinadora como presidente.

Parágrafo único - Os trabalhos em que forem comprovados qualquer forma de plágio (no todo ou em partes) serão automaticamente desqualificados e será atribuída nota 0,0 (zero) no componente curricular TCC II.

Art. 27º -A avaliação do TCC pelos membros da banca será efetuada com base na apresentação oral e no trabalho escrito apresentado pelos (as) graduandos (as), observando os seguintes indicativos:

- I - Uso do tempo, que será entre 15 (quinze) e 30 (trinta) minutos;
- II - Domínio do conteúdo;
- III - Ordenamento lógico da apresentação: exposição clara e objetiva, com articulação dos conteúdos constantes do TCC;
- IV - Uso da linguagem apropriada e de recursos didáticos;
- V - Qualidade técnica do trabalho escrito: redação coerente e lógica; identificação e referência às fontes que orientam teoricamente o trabalho; utilização adequada das normas técnicas; profundidade do tema abordado conforme.

Capítulo VIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28º -A observância dos princípios Éticos e de boa Conduta Acadêmica e Profissional é fundamental a todos os envolvidos no processo de elaboração do TCC.

Art. 29º - Compete ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais e o Orientador (a) de TCC fazer cumprir o presente Regulamento.

Art. 30º - Os prazos descritos neste Regulamento poderão ser alterados em função de alterações do calendário acadêmico e/ou do cronograma do Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA).

Art. 31º - Os casos omissos a este Regulamento serão analisados e decididos pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais

Art. 32º - Este Regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho da Faculdade.

ANEXO A

CARTA DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO CARTA DE ACEITE E COMPROMISSO NA
ORIENTAÇÃO DE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Dados do Discente orientado:

Dados do(a) docente orientador(a):

1 - Nome completo:

2 - Titulação:

3 - Telefone:

4 - E-mail:

5 – Área de atuação:

Temática Geral do TCC (Título Provisório)

Eu, _____ me
comprometo na orientação do (a) referido (a) discente, em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Marabá, _____ de _____.

Orientador

Discente Orientado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA TOCANTINS - FACSAT

REGIMENTO INTERNO

INTRODUÇÃO

Art. 1^o O presente Regimento disciplina os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento da Faculdade de Ciências Sociais de Marabá — FACSAT, em conformidade com os Estatutos e Regimentos Gerais da Universidade Federal do Pará e do Campus de Marabá.

Parágrafo Único. As normas deste Regimento serão complementadas pelas Resoluções do Órgão Colegiado, da Direção e das Coordenadorias desta Faculdade.

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS
CAPÍTULO 1

DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES

Art. 2^o São princípios da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá:

- I. — garantia da oferta do ensino público, gratuito e socialmente referenciado;
- II. — autonomia universitária;
- III. — gestão democrática;
- IV. — indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- V. — reconhecimento das especificidades sócio-culturais e políticas da região sul-sudeste do Pará, que deverão estar na base do conhecimento produzido e difundido e das intervenções práticas;— que as transformações sócio-culturais, políticas e econômicas ocorridas como parte do desenvolvimento regional sejam tratadas de forma a potencializar a ampliação da qualidade de vida das populações regionais devendo as mesmas ser priorizadas nas ações de ensino, pesquisa e extensão;

- VI. — compromisso social e o fortalecimento do diálogo com os movimentos sociais da cidade e do campo, e outros sujeitos comprometidos com as mudanças sociais necessárias a superação das desigualdades sociais;
- VII. – a universalização do conhecimento;
- IX. - o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica;
- X. — o pluralismo de ideias e de pensamento;
- XI. — a excelência acadêmica;
- XII — a preservação do meio ambiente, tendo em vista uma sociedade igualitária e sustentável.
- Art. 3º. São fins da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá:
- I. — consolidar a pesquisa e a extensão nos diversos campos das ciências Sociais, integrando-as ao ensino de modo a se constituírem como referência para o desenvolvimento de uma reflexão e intervenção qualificada sobre as dinâmicas sociais estabelecidas no mundo contemporâneo;
- II. — estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento das ciências Sociais em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica;
- III. — formar profissionais nas áreas de ciências sociais, zelando pela sua formação crítica e comprometida, de modo a contribuir para as transformações necessárias a promoção da melhoria da qualidade de vida, especialmente da população amazônica;
- III. — compartilhar, com diferentes atores sociais, em especial os segmentos da explorados e oprimidos da população, o conhecimento científico, sobretudo o relacionado com as dinâmicas sócias da região Sudeste Paraense, a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a fim de que este seja produzido, sistematizado, aplicado e difundido, contribuindo para a superação das desigualdades sociais e dos impactos sócio-ambientais, com respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural;
- IV. — potencializar a universalização do conhecimento, dando especial atenção aos segmentos sociais tradicionalmente excluídos da Universidade e, conseqüentemente, do saber acadêmico.
- V. Art. 4º. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins do Campus de Marabá, organizar-se-á em Coordenadorias, regendo-se-á em todas as instâncias pelo princípio da gestão democrática e na forma deste Regimento, em conformidade com os Estatutos e os Regimentos Gerais da Universidade Federal do Pará e do Campus de Marabá.
- VI. Parágrafo único. As Coordenadorias serão criadas à medida que as condições regimentais forem alcançadas e com a devida aprovação do Conselho da Faculdade e do Conselho do Campus.

CAPÍTULO 11

DA FACULDADE E DE SEUS OBJETIVOS

Art. 5º. A Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT é uma sub-unidade acadêmica diretamente vinculada ao Campus de Marabá, voltada a promoção da formação superior em graduação nas diversas áreas de conhecimento ligadas às Ciências Sociais.

Art. 6º O objetivo da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT é proporcionar, de maneira indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão, visando potencializar a produção de conhecimentos científicos e ações voltadas ao desenvolvimento social como um todo, na região amazônica e no Sul- Sudeste do Pará em especial por meio de cursos regulares de graduação e pós-graduação e diferentes tipos de projetos de pesquisa, extensão e ensino.

Art. 7º. Para alcançar seu objetivo, a Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT deverá cumprir a política de ensino, de pesquisa e de extensão

considerando os Estatutos e os Regimentos Gerais da UFPA e do Campus de Marabá, em consonância com as diretrizes dos projetos político-pedagógicos de seus cursos, tendo suas atividades fundamentadas nos princípios de que trata este Regimento:

Art. 8º. Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT deverá cumprir suas atividades por meio de uma programação semestral estabelecida pelo Conselho da Faculdade e supervisionada pela Direção e pelas Coordenadorias Pedagógica, de Extensão e Científica, conforme suas atribuições.

Art. 9º. Para a consecução de seus objetivos, a Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT manterá intercâmbio profissional, científico e tecnológico com outras Unidades e Sub-Unidades da UFPA, assim como com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, podendo celebrar acordos e convênios com as mesmas.

TÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 10º. O Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT é o seu órgão colegiado máximo.

S 1º. O Conselho da Faculdade poderá convocar extraordinariamente uma Assembléia Geral para a deliberação sobre assuntos de ampla relevância;

S 2º. Participam das Assembléias Gerais, com direito a voto universal, todos os docentes, técnicos-administrativos e discentes vinculados Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT;

S 3º. As decisões das Assembléias Gerais possuem caráter deliberativo, devendo ser acatadas e referendadas pelo Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT

Art. 11º. O Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT tem a seguinte composição:

- I. — o diretor da Faculdade, como seu Presidente;
- II. — o vice-diretor da Faculdade, como seu vice-presidente;
- III. — todos os docentes do quadro da FCSAT alocados em Marabá e em exercício efetivo de suas atividades, incluindo os visitantes e substitutos;
- IV. — um diretor do Centro Acadêmico de curso vinculado à FCAM•
- V. — um representante discente;
- VI. — um representante dos técnico-administrativos.

§ 1º: O Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT reunir-se-á ordinariamente conforme agenda definida anualmente, e extraordinariamente quando necessário. É permitida a participação da Comunidade em Geral nas reuniões do Conselho, mediante credenciamento com direito a voz e não a voto;

Art. 12. Da escolha dos representantes discentes e técnico-administrativos:

I — os representantes dos técnico-administrativos, e seus suplentes, serão eleitos pelo voto direto e secreto dos seus respectivos pares, devendo pertencer ao quadro efetivo de pessoal da Faculdade e exercerão seus mandatos por dois anos, podendo ser reconduzidos uma vez;

II — os representantes do corpo discente, eleitos conforme critérios definidos pela própria categoria estudantil e subordinados ao Estatuto e Regimento da UFPA, exercerão seus mandatos por um ano, podendo ser reconduzidos uma vez.

Art. 13. São atribuições do Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT:

I — apreciar e aprovar o Regimento Interno da FCSAT e submetê-lo à aprovação do Conselho do T,ampus de Marabá, assim como propor a sua reformulação, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros;

II — elaborar, avaliar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos sob sua responsabilidade;

III. — planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, avaliar os Planos Individuais de Trabalho dos docentes articulado com o Plano Semestral de Trabalho do Campus;

IV. — manifestar-se sobre o desempenho de servidores, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão na carreira;

V. — solicitar a abertura de processo seletivo para a contratação de professor temporário;

VI. — elaborar propostas orçamentárias e o plano de aplicação de verbas;

VII. — apreciar, deliberar, divulgar e publicar a prestação de contas da Faculdade, bem como dos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão;

VIII. — indicar membros de comissões examinadoras de Concursos para provimento de cargos de professor, conforme a legislação vigente;

IX. — manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios de interesse da subunidade, bem como sobre projetos de prestação de serviços a serem executados, e assegurar que sua realização se dê em observância às normas pertinentes e na defesa do espírito público da instituição;

X. — decidir questões referentes à matrícula, opção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecidas a legislação e normas pertinentes;

XI. — coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso;

XII. — representar junto ao Conselho do Campus, no caso de infração disciplinar;

XIII. — organizar e realizar eleições para a direção da Faculdade;

XIV. — propor, motivadamente, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, a destituição do diretor elou do vice-diretor da Faculdade;

I. — apresentar ao Conselho do Campus, até o último dia útil do ano fiscal, relatório das atividades desenvolvidas, acompanhado de propostas visando ao aperfeiçoamento das atividades do campus, encaminhando-o à instância competente;

II. — cumprir outras atribuições definidas no Estatuto e no Regimento Geral;

III. — convocar, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, Assembléia Geral da Faculdade, em casos de assuntos de interesse geral da Comunidade Universitária da Faculdade.

CAPÍTULO IV

DA DIREÇÃO DA FACULDADE

Art. 14^o. A coordenação da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT caberá ao seu Diretor, que será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor.

Art. 15^o. O Diretor e o Vice-Diretor são eleitos, na forma da legislação vigente, pela comunidade universitária da FCSAT de Marabá e nomeados pelo Reitor

Art. 16^o. Compete ao Diretor da Faculdade:

- I. — coordenar e representar a Faculdade junto a instâncias internas e externas à UFPA;
 - II. — garantir o pleno funcionamento da Faculdade a partir da articulação do trabalho das coordenadorias que compõem sua estrutura;
 - III. — presidir o Conselho da FACSAT;
 - IV. — administrar a infra-estrutura da Faculdade;
 - V. — administrar os recursos financeiros e de pessoal da Faculdade;
 - VI. - organizar semestralmente o calendário de aulas dos cursos da Faculdade, bem como identificar os professores para cada disciplina;
 - VII. - garantir apoio didático-pedagógico aos professores que estão ministrando aulas nos cursos da Faculdade;
 - VIII. - orientar quanto à filosofia e o projeto pedagógico do curso da Faculdade os professores de outras Faculdades/Instituições que neles venham ministrar disciplinas;
 - IX— captar recursos financeiros, de infra-estrutura e de pessoal para a Faculdade;
 - I. — articular parcerias com outras unidades ou subunidades acadêmicas da UFPA, assim como com instituições externas de ensino, pesquisa ou extensão, sejam elas nacionais ou estrangeiras;
 - II. — convocar e presidir as reuniões do Conselho da FACSAT;
 - III. — considerar, no âmbito da FACSAT, as disposições do Estatuto, do Regimento Geral, as deliberações dos colegiados superiores, do Conselho e as deste Regimento, sem prejuízo das demais normas vigentes sobre matéria de sua competência;
 - IV. — decidir sobre a lotação do pessoal técnico-administrativo, na Faculdade;
 - V. — assinar diplomas e certificados;
 - VI. — assinar, encaminhar e responder ofícios e memorandos;
 - VII. — instituir comissões para estudos de temas e execução de projetos específicos;
 - VIII. — adotar, em caso de urgência, medidas indispensáveis e resolver os casos omissos, ad referendum do Conselho da FACSAT, submetendo seu ato à ratificação desta no prazo máximo de quinze (15) dias;
 - IX. — apresentar ao Conselho da FACSAT, até um mês após o encerramento do ano letivo, relatório das atividades desenvolvidas, acompanhado de propostas visando o aperfeiçoamento das atividades da Faculdade, encaminhando-o à instância competente;
 - X. — representar elou designar representante da FACSAT no Conselho do Campus de Marabá.
- Art. 17^o. São competências do Vice-Diretor da FACSAT substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos, colaborar com este na supervisão das atividades didático-científicas e administrativas da Subunidade Acadêmica e desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo titular ou determinadas pelo Conselho da Faculdade.
- Parágrafo único. Nas faltas e impedimentos, o Vice-Diretor será substituído em ordem de prioridade, pelo Coordenador Pedagógico ; Coordenador de Pesquisa ; Coordenador de Extensão.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DA FACULDADE

Art. 18^o. Integram a estrutura Acadêmico-administrativa da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FACSAT:

I - a Direção da FACSAT;

II — a Secretaria Executiva;

II — a Coordenadoria Pedagógica;

III — a Coordenadoria de Extensão;

IV — a Coordenadoria Científica;

S 1^o: Às Coordenadorias compete prestar à Direção da FACSAT o apoio acadêmico e administrativo necessários ao desempenho das atividades a elas inerentes.

§ 2º: As decisões da Coordenadorias que afetam de maneira significativa o funcionamento acadêmico e administrativo da FACSAT e de seus cursos deverão ser submetidas ao Conselho da Faculdade.

Art. 19º. A Secretaria Executiva da FACSAT terá as seguintes atribuições:

- I. — executar as atividades pertinentes aos serviços técnico-administrativos da FACSAT•
- II. — secretariar as reuniões do Conselho da FACSAT e outras determinadas pela Direção;
- III.— organizar, conservar e providenciar o arquivamento dos documentos da FACSAT•
- IV.— providenciar o encaminhamento de expedientes e adotar medidas urgentes, necessáras à continuidade dos serviços;
- V. — apoiar a realização de concursos públicos e processos seletivos;
- VI.— divulgar publicações, eventos e calendários de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa da FACSAT e de outras Instituições afins;
- VII. — registrar a entrada e saída de documentos e processos da FACSAT•
- VIII.— encaminhar, acompanhar e informar a tramitação dos documentos e processos;
- IX.— coordenar os trabalhos de elaboração do relatório anual da FACSAT;
- XI — propor a criação de subdivisões dentro da Secretaria Executiva, de acordo com as necessidades acadêmico-administrativas da FACSAT.

Parágrafo Único: A Secretaria Executiva será coordenada por um(a) Secretário(a) Executivo(a) vinculado(a) à Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá - FCSAT.

Art. 20º. O(a) Coordenador(a) Pedagógico da FACSAT terá as seguintes atribuições:

- I. - propor e implementar processo de capacitação didático-pedagógica continuada para os docentes da FACSAT;
- II. - implementar mecanismos de inserção de novos docentes contratados para a FACSAT;
- III. - implementar processo de reflexão e avaliação coletiva e contínua do curso da FACSAT que identifiquem necessidade de ajustes no pnjeto pedagógico dos mesmos;
- IV. — estimular a interdisciplinaridade, promovendo reuniões entre professores de disciplinas complementares com vistas a ações conjuntas;
- V. — acompanhar as discussões e deliberações do Fórum de Graduação da UFPA.

Art. 21º. O(a) Coordenador(a) de Extensão da FACSAT terá as seguintes atribuições:

- I — Organizar, junto com os demais professores, os estágios obrigatórios do curso da FACSAT, através das seguintes atividades:
 - a. - articular os professores diretamente envolvidos em cada estágio, bem como o coordenador pedagógico, para o acompanhamento da elaboração dos relatórios pelos estudantes e para a correção dos mesmos ;
 - b. - identificar junto aos órgãos públicos, organizações não governamentais e movimentos sociais onde serão realizados novos estágios;
 - c. - organizar, junto com os demais professores diretamente envolvidos e os órgãos públicos, organizações não governamentais e movimentos sociais os movimentos sociais o acolhimento que receberão estudantes;
 - e - organizar na forma de relatório a restituição final dos estágio para as instituições envolvidas ,
- II — Manter e divulgar um banco de instituições que ofertarn estágios para os estudantes do curso da FACSAT, indicando procedimentos como elaboração de convênios, acordos de cooperação, etc.

Alt. 22º. O(a) Coordenador(a) Científico da FACSAT terá as seguintes atribuições:

I — Organizar os Trabalhos de Conclusão de Curso quanto aos seguintes aspectos:

- a - Estabelecer semestralmente prazos e datas para entrega de trabalhos e defesas de TCC
- b - Organizar o processo de escolha dos orientadores de TC
- c - Organizar a definição das bancas de concurso
- d - Organizar o registro acadêmico dos TCCs
- e - Organizar o arquivamento dos TCCs na biblioteca

II — Divulgar editais e concursos de projetos de pesquisa para o conjunto dos professores ;

- III— Estimular o envolvimento dos estudantes em projetos de Iniciação Científica
IV— Divulgar a produção científica da FACSAT para a comunidade universitária e a comunidade em geral através de eventos, materiais didáticos e publicações
V— Manter atualizado um banco de revistas científicas onde os professores da Faculdade tenham possibilidade de publicação de trabalhos
VI— Manter atualizado um banco de eventos científicos onde os professores e estudantes da Faculdade tenham possibilidade de participação e apresentação de trabalhos.

TÍTULO III DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA FACULDADE

CAPÍTULO V - DO QUADRO DOCENTE

Art. 23^o O quadro docente da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FACSAT é constituído pelos professores efetivos, visitantes e substitutos responsáveis por disciplinas do curso da FACSAT e pela coordenação de projetos ligados à Faculdade.

Art. 24^o. São atribuições do quadro docente as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão e de representação universitárias, constantes dos planos e programas elaborados pela FACSAT.

Art. 25^o. Fica garantido aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de pós-graduação na própria Instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior, segundo o planejamento acadêmico-administrativo da Faculdade, que deverá ser aprovado pelo Conselho da FACSAT e homologado pelo Conselho do Campus.

Art. 26^o. A alocação da carga horária dos docentes será prioritariamente nas atividades da própria FACSAT, e em seguida em outras faculdades ou programas, mediante a aprovação do Conselho da FACSAT e de acordo com o Plano Semestral de Trabalho.

Art. 27^o Os Planos Semestrais de Trabalho dos docentes serão submetidos ao Conselho da Faculdade, incluída a carga horária demandada por outra Unidade ou Subunidade, conforme o caso.

CAPÍTULO VI - DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 28^o. O quadro técnico da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins do Campus de Marabá será composto pelos servidores do seu quadro permanente.

Art. 29^o. A Faculdade garantirá aos servidores técnico-administrativos o direito de afastamento para realização de cursos de qualificação, graduação e pós-graduação em qualquer nível, de acordo com o Plano de Gestão do Campus, sendo que o afastamento deverá ser aprovado pelo Conselho da FACSAT e homologado pelo Conselho do Campus.

CAPÍTULO VII - DO CORPO DISCENTE

Art. 30^o O corpo discente da FACSAT é constituído por todos os estudantes vinculados ao seu curso de graduação.

Art. 31^o. Os estudantes da FACSAT terão assegurados os direitos inerentes à sua condição e, especificamente, os de representação, associação, assistência estudantil, estágio e candidatura aos programas de bolsas acadêmicas.

Art. 32^o. Para congregar e representar os estudantes do Curso haverá um Centro Acadêmico (CA) para o curso ofertado pela FACSAT.

Art. 33^o. A representação estudantil far-se-á, conforme os Estatutos e os Regimentos da UFPA e do Campus de Marabá, em todos os órgãos colegiados e em comissões especiais, com direito a voz e voto.

Parágrafo único: A escolha da representação estudantil para os órgãos deliberativos far-se-á baseado na livre organização das categorias que compõe a faculdade e por meio de eleição na forma do regimento do centro acadêmico.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 34^o. A Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins de Marabá — FCSAT cumprirá, anualmente, atividades acadêmicas e administrativas, cuja elaboração deverá obedecer aos parâmetros fixados nos calendários acadêmico e administrativo da UFPA
- Art. 35^o. Ao exercício da função de direção e coordenação corresponderá atribuição de carga horária, de acordo com os parâmetros fixados pela legislação vigente.

12

Art. 36^o. A FACSAT organizará suas atividades de ensino, pesquisa e extensão através de Planos Semestrais de Trabalho que deverão ser submetidos à aprovação do Conselho da Faculdade e remetidos ao Conselho do Campus.

Alt. 37^o. O presente Regimento poderá ser modificado por proposta de qualquer membro da comunidade acadêmica da FACSAT que esteja na condição de representante docente, discente ou técnico-administrativo, ou ainda por abaixo-assinado contendo não menos que 15% de discente e 30% de docentes, sendo que a proposta deverá ser submetida a reunião do conselho e aprovada por pelo menos dois terços (2/3) da totalidade dos membros do Conselho, em sessão extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Art. 40^o. O presente Regimento, após sua aprovação pelo Conselho do Campus, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41^o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

